DIÁRIO DE NOTÍCIAS DE SÃO PAULO

EDIÇÃO NACIONAL

ISSN 2675-6676

R$ 6,00

www.diariodenoticias.com.br | ANO XXXVIII • Nº 8102 • SÃO PAULO, TERÇA-FEIRA 02 DE ABRIL DE 2024 | DIRETOR RESPONSÁVEL: MÁRCIO ANTÔNIO LOPES DA COSTA

TRE começa a julgar processos que podem cassar mandato de Moro

Política Pág.03

Ex-juiz é acusado de abuso de poder econômica na campanha para o Senado

O julgamento dos processos que podem cassar o mandato do senador Sergio Moro (União-PR), ex-juiz da Operação Lava Jato , teve início ontem, 1º, no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná. Moro é acusado de abuso de poder econômico por supostos gastos irregulares no período de pré-campanha em 2022. Em dezembro ao ano passado, o Ministério Público Eleitoral (MPE) do Paraná defendeu a cassação do mandato do senador, com o entendimento de que houve uso excessivo de recursos financeiros no período que antecedeu a campanha eleitoral. Foram citados gastos de aproximadamente R$ 2 milhões com o evento de filiação de Moro ao Podemos e contratação de produção de vídeos e consultorias. Em 2021, o ex-juiz estava no Podemos e realizou atos de pré-candidatura à Presidência da República. Em seguida, deixou o partido e passou a fazer campanha para o Senado.

(Foto: Lula Marques/Agência Brasil)

Moro movimentou cerca de R$ 2 milhões com o evento de filiação ao Podemos e contratação de produção de vídeos e consultorias.

Leis e Projetos Pág.02

Servidores públicos com deficiência terão tratamento diferenciado na aposentadoria, decide comissão

Internacional Pág.05

Tropas de Israel se retiram do Hospital Shifa, o maior de Gaza, após operação de duas semanas

Economia Pág.04

IPC-S desacelera de 0,55% em fevereiro para 0,10% em março

Após alta de 0,55% em fevereiro, o Índice de Preços ao Consumidor Semanal (IPC-S) desacelerou para alta de 0,10% em março. Na terceira quadrissemana do mês passado, o índice avançou 0,22%, informou ontem, 1º, a FGV. Com o resultado, o índice acumula a alta de 2,93% nos últimos 12 meses.

Geral Pág.06

Governo estuda suplementar emendas de comissão após veto de R$ 5,6 bi

Após o corte de R$ 5,6 bilhões nas emendas de comissão do Orçamento, em janeiro, o governo estuda uma suplementação orçamentária, afirmou o deputado Danilo Forte (União Brasil-CE), que foi relator da LDO de 2024.

Contexto Jurídico Pág.10

Dino é destaque no STF ao rejeitar poder moderador das Forças Armadas

Esportes Pág.08

Lesão de Julio Furch desafia preparo físico do Santos na final do Paulistão

Geral Pág.06

Ditadura usou escolas para difundir ideologia autoritária

(Foto: Paulo Pinto/Agência Brasil)



Uma caminhada em São Paulo, domingo, lembrou os 60 anos do golpe que instaurou a ditadura civil-militar no Brasil. Chamada de Caminhada do Silêncio pelas Vítimas de Violência do Estado, o ato teve início na antiga sede do Departamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), na Rua Tutóia, na Vila Mariana, o mais terrível aparelho de repressão do regime.

Especialistas e pesquisadores falam sobre os anos da ditadura militar no Brasil, quando estudantes e professores foram perseguidos e assassinados pelo regime. Segundo eles, a educação foi um dos principais braços da repressão entre 1964 e 1985. Disciplinas obrigatórias foram criadas com o objetivo de difundir a ideologia militar e houve precarização do ensino e das escolas.

Política Pág.03

Eventual cassação de Moro abre disputa entre PT e PL por vaga no Senado

Uma possível cassação do senador Sergio Moro pelo TRT-PR, que começou a julgar ontem, 1º, as ações contra a chapa do ex-juiz da Operação Lava Jato por abuso do poder econômico nas eleições, colocará PT e PL em disputa pela vaga que será liberada no Senado. Em caso de cassação, uma eleição suplementar deve ser marcada para escolha de um novo senador pelo Paraná.

Economia Pág.04

Preço do querosene de aviação recua 1,5% na média nacional

Internacional Pág.05

França pressiona China em relação a comércio e Ucrânia antes de visita de Xi Jinping

Esportes Pág.08

Reviravolta no retorno de Di María ao Rosário Central: jogador desiste após ameaças

Cultura Pág.11

Museu de Hip Hop na América Latina disponibiliza agenda de visitações e workshops para o público interessado

Cidades Pág.13

Inovação promete acelerar o avanço do saneamento básico no Nordeste

Internacional Pág.05

Alemanha legaliza consumo recreativo de maconha

Política Pág.03

Ex-deputada condenada por corrupção é presa pela PF no Rio

NASCIMENTOS NO BRASIL

Dados de 2022

Brasil Houve uma queda de **14%** de meninas que se tornaram mães antes dos 15 anos

Apenas **Santa Catarina e Mato Grosso** registraram aumento da natalidade

39% dos nascidos tinham mães com 30 anos ou mais de idade

NÚMERO DE NASCIDOS

Ano	Nascidos
2018	2.899.851
2019	2.812.030
2020	2.678.992
2021	2.635.854
2022	**2.542.298**

QUEDAS DE NASCIMENTO POR REGIÃO

Região	Queda
Nordeste	-6,7%
Norte	-3,8%
Sudeste	-2,6%
Centro-Oeste	-1,6%
Sul	-0,7%

NOVAS MÃES POR FAIXA ETÁRIA

Faixa etária	%
Menos de 20 anos	12,10%
De 20 a 29 anos	49,2%
De 30 a 39 anos	34,5%
De 40 anos ou mais	4,2%

FONTE IBGE

® INFOGRAFFO

Acesse o nosso site: diariodenoticias.com.br

SAÚDE




Automedicação pode colocar a vida em risco
https://shre.ink/8zPS

Esportes Pág.08

Foco total: Corinthians finaliza preparação para estreia na Sul-Americana com jogadas ensaiadas de bola parada”

INDICADORES FINANCEIROS

Salário Mínimo	R$ 1.412,00
IPCA (IBGE) - mês	0,83%
IGP-M (FGV) - mês	0,07%
IPC (FIPE) - mês	0,46%
TR pré	0,0785%
Taxa básica financeira - TBF	0,7490%
Ibovespa (pontos)	126.990
Poupança (mês)	0,53%
CDB pré 30 dias - ano	10,33%
CDB pré 90 dias - ano	10,04%
CDI acumulado - mês	0,08%
CDI anualizado	10,65%
Dólar comercial	R$ 5,0590/R$ 5,0590
Dolar turismo	R$ 5,0900/R$ 5,2700
Euro turismo	R$ 5,0900/R$ 5,0900

LEIS & PROJETOS

EDIÇÃO NACIONAL

Projeto direciona recursos para projetos de biotecnologia na Amazônia brasileira

O Projeto de Lei 890/24 visa direcionar recursos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) para projetos empresariais de biotecnologia executados na Amazônia brasileira. Atualmente, a legislação obriga as empresas de tecnologia instaladas na Zona Franca de Manaus (ZFM) a investirem anualmente 5% do faturamento em atividades de PD&I nos estados da Amazônia Ocidental (Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima) e Amapá.

Dentro desse percentual, 2,3% são destinados a instituições públicas de pesquisa credenciadas e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). O projeto propõe que pelo menos 30% desses recursos sejam direcionados para projetos industriais de biotecnologia.

O deputado Saullo Vianna (União-AM), autor da proposta, destaca que a finalidade dessa reserva de recursos é estimular uma área que está em crescimento na região. Na Amazônia brasileira, a biotecnologia já está gerando resultados, como a produção de insumos renováveis a partir de óleos vegetais, que substituem produtos petroquímicos por matérias-primas renováveis. Esses insumos são voltados para os segmentos agrícola, cosmético, alimentício, de limpeza e farmacêutico.

Os próximos passos envolvem a análise do PL 890/24 nas comissões de Ciência, Tecnologia e Inovação, Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais, Finanças e Tributação, e Constituição e Justiça e de Cidadania. Se aprovado, o projeto contribuirá para o desenvolvimento sustentável e a promoção da inovação na região amazônica.

Camara analisa projeto que estende Operação Carro-Pipa; acompanhe

O Projeto de Lei 5350/23 estende a Operação Carro-Pipa para áreas urbanas do Semiárido. Atualmente, essa operação é uma ação emergencial do governo federal que leva água potável a comunidades preferencialmente rurais afetadas por seca ou estiagem, utilizando caminhões-pipa no transporte. O relator do projeto é o deputado Raniery Paulino (Republicanos-PB).

Essa legislação tem como objetivo combater os efeitos da degradação ambiental e da escassez de água em regiões vulneráveis, como o Semiárido brasileiro. A inclusão das áreas urbanas na Operação Carro-Pipa representa um reconhecimento da necessidade de ampliar o acesso à água potável em todo o território afetado pela seca.

Além disso, também está na pauta o Projeto de Lei 545/24, que permite a contratação da Embratur sem licitação. Esse projeto repete o conteúdo da Medida Provisória 1207/24, editada no mês passado. Entre outras ações, o projeto possibilita que a Embratur seja contratada sem licitação por outros órgãos ou entidades da administração pública para:

• Ações de promoção, marketing e apoio à comercialização de destinos, produtos e serviços turísticos do país no exterior.

• Ações de articulação com agentes econômicos.

• Medidas de preparação para grandes eventos de importância internacional, entre outras.

Esse projeto é relatado pelo deputado Leur Lomanto Júnior (União-BA).

PL proíbe esportista condenado por violência contra a mulher de receber Bolsa Atleta

O Projeto de Lei 736/24 propõe proibir a concessão da Bolsa Atleta a esportistas condenados por prática de violência contra a mulher. Essa proposta está em análise na Câmara dos Deputados e insere essa regra na Lei Geral do Esporte.

A medida tem como objetivo coibir a violência contra a mulher praticada por atletas. Segundo a deputada Silvye Alves (União-GO), autora do projeto, vedar o benefício é uma maneira de combater esse tipo de violência, inibindo ou até prevenindo tais práticas nefastas.

A Bolsa Atleta é concedida a esportistas de alto rendimento em modalidades olímpicas e paralímpicas. O interessado deve cumprir algumas regras, como estar matriculado em instituição de ensino. O valor varia de R$ 370 a R$ 15 mil por mês, dependendo da categoria do atleta (base, estudantil, nacional, internacional, olímpico/paralímpico e pódio).

Os próximos passos envolvem a análise do PL 736/24, em caráter conclusivo, pelas comissões de Defesa dos Direitos da Mulher, Esporte, e Constituição e Justiça e de Cidadania.

Nova lei considera a festa de Nossa Senhora Achiropita como manifestação da cultura nacional

A Festa de Nossa Senhora Achiropita, celebrada no município de São Paulo (SP), tornou-se uma manifestação da cultura nacional. Isso é determinado pela Lei 14.829/24, publicada no Diário Oficial da União em 27 de março de 2024.

Essa festa tem origem no Projeto de Lei 2475/21, proposto pelo ex-deputado Geninho Zuliani (SP). A proposta foi aprovada pela Câmara dos Deputados no ano passado e pelo Senado neste ano.

A Festa de Nossa Senhora Achiropita reúne cerca de 200 mil pessoas anualmente no bairro do Bixiga, em São Paulo. Essa comemoração tem raízes profundas, sendo trazida pelos imigrantes italianos desde 1908.

A tradição conta que, por volta do século 7, na cidade de Rossano, região da Calábria, uma pintura da Virgem Maria foi retratada de forma milagrosa em uma igreja. O termo "Achiropita" significa que essa imagem não foi feita por mãos humanas, mas sim por intervenção divina.

Essa celebração é um exemplo da riqueza cultural e religiosa presente no Brasil, e sua importância transcende as fronteiras do município de São Paulo, tornando-se parte integrante da identidade nacional.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Marcio Antonio Lopes da Costa
Diretor

Marcos Henrique
Comercial

www.diariodenoticias.com.br
site

Amaury Marques
Administração

Elaine Fernandes
Financeiro

Valter Lana
Editor responsável

redacao@diariodenoticias.com.br
e-mail

Contato: 55 11 5584-0035
marcio@diariodenoticias.com.br

Periodicidade: DIÁRIA

AMS EDITORA LTDA
Av. Nove de Julho, 4939 - cj. 76 B
Jd. Paulista - Cep. 01407-200
CNPJ nº 00.559.976/0001-07
São Paulo - SP

Administração:
Rua Samuel Morse, 120, cj. 81
Cidade Monções - Cep. 04576-060
São Paulo - SP

Auditado e Certificado





AUTENTICIDADE DA PÁGINA
Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.

Comissão aprova regras especiais para aposentadoria de servidor público com deficiência

A Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família aprovou um projeto de lei que estabelece regras específicas para a aposentadoria de servidores públicos com deficiência. Essas regras se aplicam aos servidores públicos da União, juízes federais, membros da Defensoria Pública, do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Ministério Público da União (MPU).



(Foto: Mário Agra/Câmara dos Deputados)

Laura Carneiro relatou o texto, que veio do Senado.

De acordo com o texto, um servidor público com deficiência é aquele que ocupa um cargo efetivo na administração pública federal e possui impedimentos físicos, mentais, intelectuais ou sensoriais de longo prazo que dificultam sua plena participação na sociedade.

O substitutivo da relatora, deputada Laura Carneiro (PSD-RJ), ao Projeto de Lei Complementar 454/14, do Senado, propõe novos critérios para a aposentadoria desses servidores. Além disso, prevê uma avaliação biopsicossocial realizada por uma equipe multiprofissional para definir os graus de deficiência (grave, moderada e leve) do servidor.

As condições para a aposentadoria voluntária do servidor com deficiência são as seguintes:

• Pessoa com deficiência grave: Aos 25 anos de contribuição e 55 anos de idade (homens), ou 20 anos de contribuição e 50 anos de idade (mulheres).

• Pessoa com deficiência moderada: Aos 29 anos de contribuição e 57 anos de idade (homens), ou 24 anos de contribuição e 52 anos de idade (mulheres).

• Pessoa com deficiência leve: Aos 33 anos de contribuição e 60 anos de idade (homens), ou 28 anos de contribuição e 55 anos de idade (mulheres).

• Independente do grau de deficiência: Aos 60 anos de idade (homens) e 55 anos de idade (mulheres), desde que possua pelo menos 15 anos de contribuição com comprovada deficiência no período.

Além disso, a proposta estabelece que a contagem de tempo de contribuição será diferenciada para esses servidores, considerando suas necessidades específicas.

Câmara aprova permissão para ações emergenciais do governo contra a seca no Semiárido



(Foto: Mário Agra/Câmara dos Deputados)

Paulino: há mais de 5 milhões de pessoas em área de seca extrema.

A Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira (27), um projeto de lei que permite ao governo acionar programas emergenciais nas áreas rurais e urbanas do Semiárido, com o objetivo de garantir a segurança hídrica e alimentar dessa região. Essa iniciativa visa combater os efeitos da seca e da desertificação.

O texto aprovado é um substitutivo apresentado pelo deputado Raniery Paulino (Republicanos-PB) ao Projeto de Lei 5350/23. Inicialmente, o projeto se limitava à Operação Carro-Pipa para áreas urbanas do Semiárido.

Paulino destacou que o programa Carro-Pipa não é a única medida emergencial para enfrentar situações climáticas extremas. Existem outros programas que direcionam recursos diretamente para estados e municípios, com o objetivo não apenas de abastecer água, mas também de garantir a segurança hídrica.

As mudanças climáticas têm ampliado a região semiárida do Brasil, e atualmente, mais de 5 milhões de pessoas vivem em áreas de seca extrema ou severa. Paulino ressaltou sua experiência pessoal ao testemunhar cidades na região do brejo paraibano colapsando, o que tornou necessário o atendimento por meio do programa Carro-Pipa.

O relator também acatou sugestões de outros deputados. O deputado Pedro Campos propôs medidas para garantir o abastecimento de água em escolas públicas no semiárido, beneficiando mais de 3 mil escolas no Nordeste. Além disso, o deputado Domingos Neto sugeriu a criação de linhas de crédito para ajudar pequenas produções rurais afetadas pela desertificação e seca. Em resumo, o projeto visa corrigir uma lacuna, permitindo que cidades na zona urbana do semiárido também recebam assistência hídrica, beneficiando as famílias que antes não tinham acesso a esse recurso essencial. O semiárido abrange 1.477 municípios em todos os estados do Nordeste, além de Minas Gerais e Espírito Santo, conforme dados atualizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022.

CCJC aprova projeto que ajusta repartição de ICMS para beneficiar municípios

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei Complementar 158/22, que estabelece novas regras para o Valor Adicionado (VAF). Essa proposta ainda será analisada no Plenário.

O VAF é um indicador utilizado pelos estados para calcular a parcela municipal na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Em termos técnicos, o VAF representa a diferença entre as saídas e entradas de mercadorias em cada estabelecimento contribuinte. Quanto maior a movimentação comercial das empresas em um município (mais saídas), maior é o valor adicionado e, consequentemente, o montante a receber de ICMS.

(Foto: Vinícius Loures/Câmara dos Deputados)

Fausto Pinato: a medida aprovada corrige uma distorção.

A proposta aprovada estabelece que o VAF dos produtores rurais será calculado somente sobre o valor final de saída da produção primária, sem descontar o valor das entradas. Essa medida é inserida na Lei Complementar 63/90, que trata dos critérios de partilha dos impostos estaduais com os municípios.

Essa mudança visa evitar que os insumos entregues pela indústria aos produtores parceiros que atuam em regime de produção integrada, como animais vivos, sejam debitados como entrada no cálculo do VAF, prejudicando os municípios onde esses produtores vivem.

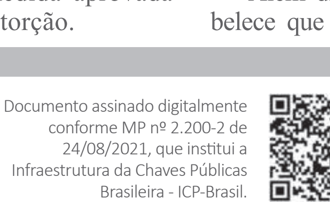
O PLP 158/22, de autoria do deputado Alceu Moreira (MDB-RS), recebeu parecer favorável do relator, deputado Fausto Pinato (PP-SP). Segundo Pinato, a medida aprovada corrige uma distorção.

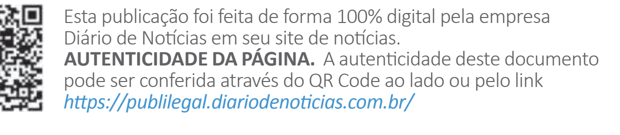
Atualmente, o fisco do Rio Grande do Sul, ao apurar o valor adicionado no município, considera as entradas dos animais vivos como débitos, deduzindo esse valor das saídas. Isso afeta significativamente os pequenos municípios, retirando recursos essenciais. Apesar de a medida referir-se ao caso gaúcho, ela vale para todos os estados.

Além disso, a proposta estabelece que o VAF negativo das empresas, quando destinado à formação de estoques, será compensado nos anos posteriores em que for positivo. Essa medida visa equilibrar os impactos financeiros para as empresas e garantir maior estabilidade econômica.

Em resumo, o projeto busca aprimorar a distribuição dos recursos do ICMS, considerando as particularidades dos produtores rurais e promovendo maior justiça fiscal entre os municípios.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676





POLÍTICA

EDIÇÃO NACIONAL

TRE inicia julgamento que pode cassar mandato de Sergio Moro

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná iniciou, ontem, 1º, em Curitiba, o julgamento dos processos que podem levar à cassação do mandato do senador Sergio Moro (União-PR), ex-juiz da Operação Lava Jato.

Serão julgadas duas ações protocoladas pelo PT e pelo PL na Justiça Eleitoral. Os partidos acusam Moro de abuso de poder econômico por supostos gastos irregulares no período de pré-campanha em 2022.

Em dezembro ao ano passado, o Ministério Público Eleitoral (MPE) do Paraná defendeu a cassação do mandato do senador. No entendimento dos procuradores, houve uso "excessivo de recursos financeiros" no período que antecedeu a campanha eleitoral oficial em 2022.

Em 2021, Moro estava no Podemos e realizou atos de pré-candidatura à Presidência da República. Em seguida, deixou o partido e passou a fazer campanha para o Senado. Segundo a acusação, houve "desvantagem ilícita" em favor dos demais concorrentes ao cargo de senador diante dos "altos investimentos financeiros" feitos antes de Moro se candidatar ao Senado.


(Foto: Marcello Casal Jr/Agência Brasil)

Moro movimentou cerca de R$ 2 milhões com o evento de filiação ao Podemos e contratação de produção de vídeos e consultorias.

Foram citados gastos de aproximadamente R$ 2 milhões com o evento de filiação de Moro ao Podemos e com a contratação de produção de vídeos e consultorias.

Caso o mandato de Sergio Moro seja cassado, caberá recurso ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em Brasília. No entanto, se a possível condenação for mantida, novas eleições para o Senado deverão ser convocadas no Paraná.

Durante a tramitação do processo, a defesa do senador negou as irregularidades e ressaltou que as acusações têm "conotação política". Para a defesa, gastos de pré-campanha à Presidência não podem ser contabilizados na campanha para o Senado, uma vez que um cargo é de votação nacional e o outro somente no Paraná.

PT e PL engatilharam cassação de Moro e agora se preparam para briga por cadeira do senador


(Foto: Dida Sampaio/Estadão)

Presidente nacional do PT, a deputa Gleisi Hoffmann pode ser escolha do partido em eventual eleição suplementar no Paraná.

Depois de se juntarem para buscar a cassação do senador Sérgio Moro (União-PR), o PT, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e o PL, do ex-presidente Jair Bolsonaro, agora se preparam para uma eventual briga pela cadeira do senador. O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) começou a julgar ontem, 1º, as ações patrocinadas pelos dois partidos contra a chapa do ex-juiz da Operação Lava Jato.

Seja qual for o resultado do julgamento no TRE, a palavra final deverá ser do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Caso a Justiça Eleitoral decida pela cassação de Moro, uma eleição suplementar deve ser marcada para escolha de um novo senador do Paraná, que vai ocupar o cargo até 2030.

No PT paranaense já existe uma disputa interna sobre quem será o candidato da sigla. Despontam a deputada Gleisi Hoffmann, presidente do partido, e o deputado Zeca Dirceu, filho do ex-ministro José Dirceu. A indefinição trava a decisão do PT sobre lançar candidatura própria à Prefeitura de Curitiba ou fechar aliança com o PSB.

Zeca quer concorrer à prefeitura, mas o grupo de Gleisi defende o apoio ao deputado Luciano Ducci (PSB). Em troca, Ducci avalizaria uma candidatura de Gleisi à cadeira de Sérgio Moro, também almejada por Zeca Dirceu.

Ex-governador do Paraná, Roberto Requião se desfiliou do PT na semana passada e, agora, aparece como outro possível candidato à vaga de Moro no Senado. Para concorrer, cogita-se a filiação dele ao PRD, recém-criado a partir da fusão de PTB e Patriota. Em suas redes sociais, o ex-governador criticou uma eventual aliança entre PT e Ducci e disse que se sentiu abandonado pelo partido.

O PL de Bolsonaro também tem mais de uma opção sendo ventilada. A mais natural é o ex-deputado Paulo Martins. Ele ficou em segundo lugar na disputa de 2022 com 29,1% dos votos, ante 33,5% de Moro. Ele já confirmou ao Estadão que tentará novamente o cargo, caso confirmada a queda do ex-juiz.

Enel está despreparada para prestar serviço e pode perder a concessão, diz ministro

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse ontem, 1º, que está determinando à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) um processo disciplinar contra a distribuidora paulista Enel São Paulo, para analisar as transgressões reiteradas realizadas pela concessionária na prestação de serviço de fornecimento da concessionária à população. Ele salientou que esse processo pode levar a processo de caducidade (perda) da concessão - o que poderia resultar numa nova licitação ou até na reestatização do serviço.

"A Enel demonstra de forma reiterada que está despreparada para prestar o serviço à altura do que a população brasileira exige", disse o ministro, em entrevista à GloboNews.

Segundo Silveira, a companhia de origem italiana terá direito ao contraditório, mas disse acreditar que a Enel "terá poucas condições de defesa desse processo, até porque foram dadas todas as oportunidades à Enel para que melhorasse a qualidade do serviço".


(Foto: Antônio Cruz/Agência Brasil)

O ministro citou que já foram aplicadas mais de R$ 300 milhões em multas à concessionária e que nenhuma delas foi paga até o momento.

Ele citou que já foram aplicadas mais de R$ 300 milhões em multas à concessionária e que nenhuma delas foi paga até o momento. "A Enel tem reiteradamente prestado serviço de qualidade muito aquém daquilo que determina inclusive a regulação", disse.

De acordo com o ministro, a medida - que classificou como "extremamente dolorosa e singular" - foi discutida com a área técnica e jurídica do MME.

PF prende ex-deputada de 72 anos condenada por corrupção na Máfia das Sanguessugas

A Polícia Federal prendeu na manhã de ontem, 1º, uma ex-deputada federal do Rio de Janeiro condenada na Operação Sanguessuga que era considerada foragida da Justiça. De acordo com a corporação, trata-se da secretária municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Igualdade Racial na Prefeitura de São João de Meriti, Almerinda Filgueiras de Carvalho.

A ex-parlamentar, de 72 anos, foi sentenciada a nove anos de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, diz a PF. Segundo a corporação, o juizo da 7° Vara da Seção da Justiça Federal em Mato Grosso expediu, no último dia 25, uma ordem de prisão preventiva decorrente de decisão condenatória contra a ex-deputada.

A sentença é decorrente das investigações iniciadas em 2006, com a deflagração de Operação contra a 'Máfia das Ambulâncias'. A ofensiva visou desarticular um grupo de parlamentares e empresários que fraudava licitações para aquisição de ambulâncias em prefeituras de, ao menos, 20 Estados.

A prisão da ex-parlamentar foi executada pelos policiais federais do Grupo de Capturas do Núcleo de Operações da Delegacia da PF em Nova Iguaçu. Após a detenção, ela foi levada à Delegacia de Polícia Federal na cidade e depois vai passar por exame de corpo de delito no Instituto Médico Legal. Em seguida, deve ser encaminhada ao sistema prisional do Estado.

O que Sérgio Moro vai fazer para tentar evitar cassação do mandato de senador

O julgamento das ações que podem levar à cassação do senador Sérgio Moro (União Brasil-PR) começa no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) ontem, 1º. O PL e a Federação Brasil da Esperança, composta por PT, PCdoB e PV, autores das ações, argumentam que os gastos durante a pré-campanha presidencial ajudaram o ex-juiz na disputa ao Senado.

No decorrer do processo, o senador negou que o investimento pré-eleitoral quando ele se apresentava como pré-candidato à Presidência tenha resultado em favorecimento na eleição para o Legislativo federal. Para avalizar os gastos, Sérgio Moro se baseia em relatório de consultoria jurídica ao seu partido. O ex-juiz também argumenta que despesas com sua segurança pessoal não deveriam ser contabilizados como "vantagens competitivas". Confira quais são os argumentos da defesa de Sérgio Moro contra a cassação e qual será a estratégia da equipe jurídica do senador.

Relatório do suplente - Sérgio Moro nega que seus gastos para concorrer ao Senado tenham excedido os limites legais. O que está em jogo, inclusive com a possibilidade de criar precedente para futuras decisões da Justiça Eleitoral, são os valores gastos durante a pré-campanha, e se esse montante deveria ser contabilizado no total das despesas para a disputa ao Legislativo.

Para justificar o montante despendido na pré-campanha, Moro baseia sua defesa em relatório jurídico elaborado pelo advogado Luís Felipe Cunha, suplente do ex-juiz no Senado e considerado braço direito dele. Cunha recebeu R$ 1 milhão do União Brasil pelos serviços de consultoria jurídica, conforme informado para a Justiça Eleitoral.

O pagamento foi alvo de perguntas do desembargador Luciano Carrasco Falavinha Souza, relator das ações, durante o depoimento de Moro ao TRE-PR. "Há de convir comigo que pareceres a R$ 1 milhão é um valor alto. Acredito que ex-ministros do Supremo, grandes operadores (do Direito), cobrem isso", disse Falavinha Souza na ocasião.

Lula e Jair Bolsonaro não comentam sobre os 60 anos do golpe militar nas redes sociais

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) silenciaram sobre o golpe militar de 1964 nas redes sociais neste domingo, 31, e ontem, dia 1º. Páscoa, redução de fila de espera para cirurgia de quadril no Sistema Único de Saúde (SUS) e visita a Balneário Camboriú (SC) dominaram as publicações nos perfis dos dois adversários políticos.

Preso pela ditadura na década de 1980 e deputado constituinte, Lula já havia afirmado não querer "ficar remoendo o passado". Em fevereiro, o presidente disse estar mais preocupado com os atos golpistas de 8 de janeiro do ano passado do que com o golpe de 1964.

A retirada do presidente João Goulart do poder, que envolveu civis e militares e iniciou a ditadura de 21 anos que cassou seus direitos políticos, torturou e matou adversários e censurou a imprensa, foi ignorada pelo presidente. No lugar, Lula fez uma postagem sobre a Páscoa.

No X (antigo Twitter), o presidente lembrou no sábado, 30, os valores do feriado cristão e também a cirurgia no quadril que realizou há seis meses. Em vídeo, ele cobrou da ministra da Saúde, Nísia Trindade, a redução da fila de espera para o procedimento no SUS.

"Queria desejar para vocês uma boa Páscoa, para os avós, para as mães e para os pais, para os filhos, para as crianças, e dizer para vocês que vamos juntos construir uma nação moderna, solidária, fraterna e uma nação justa para todos os 203 milhões de brasileiros e brasileiras que moram aqui", disse Lula no vídeo.

No domingo, o presidente compartilhou, nos stories do Instagram, a resposta da ministra da Saúde sobre a fila de cirurgia no sistema público. Nísia Trindade disse que "seguir reduzindo a espera nas filas do SUS" é a "prioridade". Lula também compartilhou uma publicação da Casa Civil sobre resultados positivos da economia do País.

Além de não se posicionar publicamente sobre o golpe, o presidente desautorizou ações do governo que relembrem a data para evitar atritos com as Forças Armadas. Dos 38 ministros, sete repudiaram a ditadura e homenagearam as pessoas que morreram no período, em publicações nas redes sociais.

O ex-presidente Jair Bolsonaro, que considera a data um "grande dia da liberdade" e já fez manifestações de apoio ao golpe militar de 1964, também não postou sobre o tema nas redes sociais. O ex-chefe do Executivo é investigado pela Polícia Federal (PF) por suposta organização de tentativa de golpe de Estado, para evitar a posse de Lula, eleito em 2022.

Ele desejou feliz Páscoa aos seus seguidores nas redes sociais e compartilhou um vídeo de sua estadia em Balneário Camboriú. Ele foi recebido no sábado por apoiadores na cidade em que o filho dele, Jair Renan (PL), se lançou como pré-candidato ao cargo de vereador.

Na sua trajetória política, Bolsonaro já exaltou figuras da ditadura diversas vezes em pronunciamentos e entrevistas, entre eles, Carlos Alberto Brilhante Ustra, primeiro militar condenado por sequestro e tortura durante o período. Chamado de "herói nacional" pelo ex-presidente, Ustra esteve à frente do DOI-Codi no período em que foram registradas ao menos 45 mortes e desaparecimentos forçados no local, de acordo com relatório elaborado pela Comissão Nacional da Verdade (CNV).

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

ECONOMIA

EDIÇÃO NACIONAL

MERCADO DE TRABALHO

Trimestre encerrado em fevereiro/24

A taxa de desemprego subiu para **7,8%**

8,5 milhões de brasileiros estão desempregados

Trabalhadores por conta própria são **25,4 milhões** de pessoas

População fora da força de trabalho chegou a **66,8 milhões**

População ocupada ficou em **100,25 milhões** de pessoas

Taxa de informalidade recuou para **38,7%**

TAXA DE DESOCUPAÇÃO (%)		RENDIMENTO MÉDIO REAL (R$)	
Jun/jul/ago23	7,8	Jun/jul/ago23	2.952
Jul/ago/set23	7,7	Jul/ago/set23	2.982
Ago/set/out23	7,6	Ago/set/out23	2.999
Set/out/nov23	7,5	Set/out/nov23	3.031
Out/nov/dez23	7,4	Out/nov/dez23	3.046
Nov/dez/jan24	7,6	Nov/dez/jan24	3.078
Dez/jan/fev24	**7,8**	**Dez/jan/fev24**	**3.110**

FONTE IBGE © INFOGRAFFO

IPC-S arrefece a 0,10% em março, após 0,55% em fevereiro e 0,22% na 3ª quadrissemana, diz FGV

O Índice de Preços ao Consumidor Semanal (IPC-S) arrefeceu a 0,10% no encerramento de março, após fechar fevereiro com variação de 0,55%. Na terceira quadrissemana de março, a alta foi de 0,22%.

As informações foram divulgadas ontem, 1º, pela FGV. Com o resultado, o índice acumula alta de 2,93% em 12 meses.

A variação do IPC-S no mês veio no piso do intervalo das estimativas do Projeções Broadcast. A mediana apontava desaceleração a 0,13% e o teto era 0,19%.

(Foto: EBC)



A queda da inflação foi liderada pela gasolina (1,23% para 0,35%).

Nesta leitura, seis das oito classes de despesas registraram decréscimos em relação à quadrissemana anterior: Transportes (0,50% para 0,21%), Educação, Leitura e Recreação (-2,00% para -2,22%), Saúde e Cuidados Pessoais (0,44% para 0,32%), Alimentação (0,67% para 0,56%), Comunicação (-0,08% para -0,31%) e Vestuário (0,07% para -0,03%).

O comportamento desses grupos foi determinado, respectivamente, por gasolina (1,23% para 0,35%), passagem aérea (-10,90% para -12,03%), artigos de higiene e cuidado pessoal (0,81% para 0,40%), frutas (4,57% para 3,38%), combo de telefonia, internet e TV por assinatura (-0,10% para -0,46%) e serviços de confecção (0,00% para -1,58%).

Houve, por outro lado, aceleração em Habitação (0,47% para 0,53%) e Despesas Diversas (0,41% para 0,42%), puxada, respectivamente, por tarifa de eletricidade residencial (-0,37% para 0,35%) e conserto de bicicleta (0,10% para 0,49%).

Influências - As maiores influências individuais que puxaram o índice para baixo nesta leitura do IPC-S partiram de passagem aérea (-10,90% para -12,03%), batata-inglesa (-14,25% para -16,51%), cenoura (-4,43% para -6,51%), protetores para a pele (-2,62% para -2,40%) e combo de telefonia, internet e TV por assinatura (-0,10% para -0,46).

Na outra ponta, puxaram o índice para cima aluguel residencial (3,14% para 2,61%), cebola (18,56% para 17,35%), plano e seguro de saúde (0,65% para 0,65%), banana-prata (9,42% para 6,97%) e serviços bancários (0,74% para 0,74%).

Indicador de Incerteza da FGV cai em março ao menor nível desde julho de 2023

O Indicador de Incerteza da Economia Brasileira (IIE-Br) recuou 0,7 ponto na passagem de fevereiro para março, para 103,8 pontos, menor nível desde julho de 2023, informou a FGV. Segundo a FGV, a nova redução fez o indicador se consolidar "em patamar favorável".

"A queda do indicador de incerteza em março foi determinada majoritariamente pelo recuo do componente de Expectativas, que, por sua vez, foi motivado pela redução na dispersão das previsões de mercado para a taxa de câmbio daqui a 12 meses. Novamente, a redução do nível de incerteza reflete os sinais de relativa resiliência da economia brasileira, com mercado de trabalho aquecido, inflação controlada e resultados favoráveis de algumas atividades setoriais nesse início de ano. Vale a ressalva de que já no fim desse mês, o início de uma discussão em torno do ritmo de queda da taxa de juros interna e do andamento da economia externa, pode vir a impactar os resultados do IIE-Br nos próximos meses", avaliou Anna Carolina Gouveia, economista do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV), em nota oficial.

O IIE-Br é formado por dois componentes: o IIE-Br Mídia, que faz o mapeamento nos principais jornais da frequência de notícias com menção à incerteza; e o IIE-Br Expectativa, que é construído a partir das dispersões das previsões para a taxa de câmbio e para o IPCA.

PMI Industrial do Brasil cai de 54,1 em fevereiro para 53,6 em março, mostra S&P Global

O índice de gerentes de compras (PMI, na sigla em inglês) que mede a atividade industrial do Brasil caiu para 53,6 na leitura com ajuste sazonal de março, após marcar 54,1 em fevereiro. Apesar do recuo, o índice se mantém acima dos 50 pontos, o que indica crescimento do setor, na margem. A leitura de março ficou novamente acima da média de longo prazo da série (50,6), conforme destacou a S&P em nota.

A agência aponta que houve aumento no volume de novos pedidos pelo terceiro mês consecutivo em março, com destaque para a recuperação do segmento de bens de capital. "O setor industrial do Brasil aproveitou o forte impulso obtido em fevereiro, com a maior melhora na demanda em 32 meses impulsionando o crescimento adicional da produção em março", escreveu a diretora associada de Economia da S&P, Pollyanna Lima.

Na avaliação de Pollyanna Lima, os esforços das empresas para atender o aumento do apetite dos clientes levou à criação de empregos e a mais uma rodada de crescimento da compra de insumos "As pressões sobre os custos permaneceram relativamente leves e a inflação de preços caiu para um mínimo de três meses, aumentando a probabilidade de outro corte na taxa básica de juros", observa.

Porto de Santos movimenta 30,4% mais cargas em fevereiro; açúcar é destaque no período

(Foto: EBC)



A movimentação de cargas no Porto de Santos em fevereiro cresceu 30,4% ante igual mês do ano passado, para 14,3 milhões de toneladas. Com esse resultado o volume movimentado no ano atinge 26,2 milhões de toneladas, 23,9% acima dos dois primeiros meses de 2023, "o maior desempenho já atingido nesse período", disse a Autoridade Portuária de Santos (APS) em nota. O agronegócio foi o destaque, puxado pelo açúcar, que em fevereiro somou 2,1 milhões de toneladas (+136,3%) movimentadas - nos dois primeiros meses do ano são 4,2 milhões de toneladas (+98,8%). De soja foram movimentadas 4,0 milhões de toneladas no mês (+19,8%) e no acumulado do ano 4,2 milhões de toneladas (+21%).

Na nota, a empresa cita fertilizantes como produto que se sobressaiu dentre as cargas de importação, atingindo 693,2 mil toneladas no mês (+16,1%) e 1,5 milhão de toneladas no ano (+22,8%). "O milho também se manteve em crescimento no mês, com 145,4 mil toneladas (+78,7%), e queda de 21,9% no acumulado do ano (1,2 milhão de toneladas)", afirmou. "A celulose teve um bom desempenho, crescendo 14,9% no mês, ao atingir 648,7 mil toneladas, elevando o acumulado para 1,2 milhão de toneladas (-4,5%). As carnes tiveram aumento de 15,9% no mês (186,4 mil toneladas) e 11,3% na soma de janeiro e fevereiro (337,9 mil toneladas)."

A Autoridade Portuária destacou o aumento de 35,2% no volume de todas as cargas destinadas à exportação no último mês. Foram 10,8 milhões de toneladas no mês e 18,8 milhões de toneladas no acumulado do ano (+ 27,2%). As importações apresentaram alta, fechando com 3,5 milhões de toneladas, 17,4% acima de fevereiro de 2023. As descargas também aumentaram no acumulado do ano, chegando a 7,4 milhões de toneladas (+16,1%).

Os embarques e descargas de contêineres atingiram 402,4 mil TEU (contêiner de 20 pés) no mês (+23,9%) e 813,2 mil TEU nos dois primeiros meses do ano (+20%).

Petrobras reduz preço do querosene de aviação em cerca de 1,5%

A Petrobras reduziu o preço do querosene de aviação (QAV) em cerca de 1,5% ontem, 1º de abril, apesar da alta do preço do petróleo nos últimos dias. Os reajustes variam de acordo com o mercado atendido pela companhia, e vão de 1,4% a 1,7%, segundo tabela publicada pela estatal.

O petróleo tem operado com grande volatilidade recentemente. Ontem, a commodity alternava pequenas altas e baixas, por volta das 11 horas, cotado a US$ 86,74 o barril, uma queda de 0,09% em relação ao último fechamento.

Em março, a Petrobras havia elevado o preço do combustível entre 8% e 8,5%. O preço do QAV tem sido usado como argumento das companhias aéreas para que o governo auxilie o setor, que foi duramente prejudicado pela pandemia de covid-19.

Em fevereiro, o QAV teve queda de 0,4%, segundo dados da estatal.

Expedição de caixas de papelão ondulado avança 11,7% em fevereiro, diz Empapel

As expedições de caixas, acessórios e chapas de papelão ondulado somaram 326,735 mil toneladas em fevereiro, o que representa um aumento de 11,7% na comparação com o mesmo período do ano anterior, de acordo com os dados da Associação Brasileira de Embalagens em Papel (Empapel).

A entidade destaca que o resultado para fevereiro é o segundo maior da série histórica, desde quando o volume começou a ser calculado em 2005. Também marca o quinto ano consecutivo em que o mês alcança uma expedição acima de 290 mil toneladas. De acordo com a Empapel, o Índice Brasileiro de Papelão Ondulado (IBPO) avançou 11,1% em fevereiro na comparação com o mesmo mês do ano anterior, para 145,5 pontos.

Preços de alimentos, de energia e de combustível são obsessão do presidente Lula, diz ministro

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse ontem, 1º, que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, tem uma grande obsessão: o preço. "Preço de alimento, preço de energia, preço de combustível, para que a gente possa, respeitando o mercado, combater a desigualdade", disse. Silveira terá uma reunião nesta segunda-feira com o presidente Lula e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para discutir o tema. Ele também sugeriu a necessidade de buscar fontes de financiamento para que o País siga avançando na expansão das energias renováveis e indicou que uma dessas fontes poderiam ser os impostos do setor de petróleo. "Ele [o petróleo] é uma grande fonte de financiamento de saúde e educação através do fundo social, e pode ser também, através de seus impostos, uma grande fonte de financiamento de preços módicos de energia elétrica", disse. Segundo o ministro, um dos problemas na área de energia elétrica são os subsídios embutidos na conta de luz, que acabam tornando os valores mais pesados para os consumidores. "Se tornou quase um hábito empurrar todos os subsídios na CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), criando grande distorção no Brasil", disse, durante entrevista à GloboNews. "Não podemos deprimir a economia com a conta de energia, que cresceu nos últimos anos de forma galopante em consequência dos subsídios enfiados na CDE, alguns importantes para a transição energética, mas muitos outros desnecessários", afirmou o ministro.

Linhas de transmissão - O ministro confirmou ter encaminhado na última sexta-feira, 29, uma medida provisória à Casa Civil para "compatibilizar" as linhas de transmissão com projetos renováveis. Na prática, conforme mostrou o Broadcast Energia (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado), se publicado, o texto dará mais prazo para que usinas eólicas e solares entrem em operação garantindo direito a subsídio nas tarifas de transmissão e distribuição.

Petrobras não pode ter objetivo único de gerar lucros exorbitantes a acionistas, diz ministro

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse ontem, 1º, ter considerado uma distorção o governo ser classificado de intervencionista por conta do episódio da retenção dos dividendos extraordinários da Petrobras. "Nós nada mais fizemos do que exercer nosso direito de discutir com nossos conselheiros indicados pelo governo, dentro da lei, respeitada a governança da Petrobras e a sua natureza jurídica, a destinação correta dos dividendos extraordinários", disse, em entrevista à GloboNews.

E afirmou: "Não podemos admitir que a Petrobras tenha o único e exclusivo objetivo de ter lucros exorbitantes para poder distribuir a seus acionistas."

Silveira salientou que os dividendos ordinários, que obrigatoriamente devem ser distribuídos aos acionistas, foram "cumpridos rigorosamente", enquanto os extraordinários foram encaminhados para uma conta de contingência que serve exclusivamente para pagar dividendos. "Existe clara demonstração de resistência do mercado em consequência da boca torta que eles adquiriram nos últimos anos, em especial nos quatro anos de governo Bolsonaro, que eles faziam o que queriam com o Brasil", comentou.

O ministro disse que o governo Lula quer que a Petrobras tenha muito lucro e seja altamente competitiva, mas não deixará de fiscalizar o que a companhia está fazendo do ponto de vista de seu plano de investimentos. "Não abriremos mão e não nos faltará coragem de discutir e de dialogar de forma permanente com o setor privado, com as nossas empresas, a fim de que se possa compatibilizar crescimento nacional com geração de emprego e renda e cumprimento do compromisso do governo que é cuidar do povo brasileiro, em especial do povo mais pobre", afirmou Silveira.

A Petrobras anunciou, no início do mês passado, junto com a divulgação do resultado anual da empresa, a retenção do equivalente a R$ 43,9 bilhões em dividendos extraordinários, que o mercado esperava que fossem distribuídos.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

INTERNACIONAL

EDIÇÃO NACIONAL

Tropas de Israel se retiram do Hospital Shifa, o maior de Gaza, após operação de duas semanas

Os militares de Israel se retiraram do hospital Shifa - o maior de Gaza - na manhã de ontem, 1º, após uma operação que durou duas semanas, na qual disseram ter matado cerca de 200 militantes e detido centenas de outros.

Residentes palestinos relataram que as tropas deixaram para trás vários mortos e uma vasta destruição.

A agência de saúde da Organização das Nações Unidas (ONU) informou que mais de 20 pacientes morreram e dezenas foram colocados em risco durante a operação, que trouxe ainda mais destruição a um hospital que já havia praticamente parado de funcionar.

Os militares israelenses descreveram o ataque ao Hospital Shifa como um dos mais bem-sucedidos dos quase seis meses de guerra.

Eles afirmaram que entre os mortos estavam importantes agentes do Hamas e outros militantes que se reagruparam no local após um ataque anterior em novembro, e que apreenderam armas e informações valiosas.

Israel acusou o Hamas de usar hospitais para fins militares e invadiu várias instalações médicas. As autoridades de saúde em Gaza negam essas acusações. Críticos acusam o exército de colocar imprudentemente os civis em perigo e de dizimar um setor da saúde já sobrecarregado pelos feridos de guerra. Os palestinos dizem que as tropas israelenses evacuaram à força casas perto de Shifa, no centro da cidade de Gaza, e forçaram centenas de residentes a marchar para o sul.

Manifestação - Dezenas de milhares de israelenses se reuniram em frente ao Parlamento de Jerusalém, domingo, 31, na maior manifestação contra o governo desde que o país entrou em guerra contra o grupo terrorista Hamas. Os manifestantes pedem o governo para que entre em um acordo para libertar os reféns detidos em Gaza e que realize eleições antecipadas. A multidão se estendeu por quarteirões ao redor do Knesset, como é conhecido o prédio do parlamento, e os organizadores prometeram continuar a manifestação por vários dias.

(Foto: EBC)



A agência de saúde da Organização das Nações Unidas (ONU) informou que mais de 20 pacientes morreram e dezenas foram colocados em risco durante a operação, que trouxe ainda mais destruição a um hospital que já havia praticamente parado de funcionar.

Alemanha legaliza consumo recreativo de maconha

(Foto: EBC)

A nova lei legaliza a posse por adultos de até 25 gramas de maconha para fins recreativos e permite que indivíduos cultivem até três plantas por conta própria.

O consumo recreativo de maconha é oficialmente legal na Alemanha a partir desta segunda-feira, dia 1º, após a aprovação, em fevereiro, de uma lei que regulamenta o uso e o cultivo pessoal de cannabis.

Apesar da oposição persistente de algumas organizações médicas, policiais e conservadores, consumidores comemoraram a medida em meio a "nuvens de fumaça" em diferentes locais do país.

A Associação Alemã de Cannabis, que fez campanha pela nova lei, organizou um evento coletivo de fumo público no emblemático Portão de Brandemburgo, em Berlim, quando a lei entrou em vigor na virada do dia.

Outros eventos do tipo foram programados em mais cidades alemãs, incluindo um em frente à catedral de Colônia e outros em Hamburgo, Regensburg e Dortmund.

A nova lei legaliza a posse por adultos de até 25 gramas de maconha para fins recreativos e permite que indivíduos cultivem até três plantas por conta própria. Essa parte da legislação entrou em vigor na segunda-feira. Os consumidores ainda precisarão que esperar três meses para comprar maconha de maneira legal em "clubes sociais de cannabis". Residentes alemães com 18 anos ou mais poderão ingressar em "clubes" sem fins lucrativos com um máximo de 500 membros cada a partir de 1º de julho. Os indivíduos poderão comprar até 25 gramas por dia, ou um máximo de 50 gramas por mês - um número limitado a 30 gramas para menores de 21 anos. Não será permitida a associação a vários clubes.

No meio da multidão, Niyazi, 25 anos, disse que com a legalização há "um pouco mais de liberdade". "É o fim da criminalização de milhões de pessoas na Alemanha", disse Torsten Dietrich, que defendia a adoção da medida há várias décadas.

Lei é criticada por médicos e policiais - A nova lei posiciona a Alemanha entre os países mais permissivos com a maconha na Europa, ao lado de Malta e Luxemburgo, que legalizaram o consumo recreativo em 2021 e 2023, respectivamente.

O governo do chanceler social-democrata Olaf Scholz, que está no poder em uma aliança com liberais e ecologistas, argumenta que a legalização vai ajudar a combater de maneira mais eficaz o tráfico de drogas.

A maconha "sai da zona tabu", afirmou o ministro da Saúde, Karl Lauterbach, que é médico, na rede social X. "É melhor para uma ajuda real aos dependentes, para a prevenção entre os jovens e para a luta contra o mercado clandestino", acrescentou.

Família imperial do Japão estreia no Instagram para se aproximar do público jovem

A família imperial do Japão estreou no Instagram com uma enxurrada de postagens nesta segunda-feira, 1º. A medida foi encarada pelo público como uma tentativa da monarquia, que é a mais antiga do planeta, a se distanciar de sua imagem reclusa e se aproximar dos jovens.

A Agência da Casa Imperial, uma agência governamental responsável pelos assuntos da família, publicou diversas fotos e vídeos mostrando as aparições públicas do Imperador Naruhito e da Imperatriz Masako nos últimos três meses. A agência disse que pretende que o público compreenda melhor as funções oficiais da família e que o Instagram foi escolhido devido a sua popularidade entre os jovens.

A primeira foto publicada foi do casal imperial sentado em um sofá com sua filha, a princesa Aiko, de 22 anos, no Ano Novo. Outras postagens também incluíram os encontros do casal imperial com dignitários estrangeiros, incluindo o príncipe herdeiro do Brunei, Haji Al-Muhtadee Billah, e sua esposa. Até a tarde desta segunda-feira, 1º, a conta tinha mais de 360 mil seguidores. Por enquanto, as imagens limitam-se às funções oficiais da família e não incluem momentos da vida privada. A agência disse que estava considerando adicionar atividades de outros membros da realeza.

'Bom que pareçam estar mais próximos' - "É bom podermos ver um pouco das suas atividades porque mal sabemos o que eles estão fazendo", disse Koki Yoneura, um estudante de 21 anos. "É bom que eles pareçam estar um pouco mais próximos de nós." Yukino Yoshiura, também estudante, disse que estava animada para ver mais postagens sobre a princesa Aiko. "Aiko-sama tem quase a nossa idade e acabou de se formar na universidade, então estou muito feliz em poder ver suas imagens", disse ela enquanto chamava a princesa com o respeitoso honorífico "sama".

(Foto: Divulgação)



Argentina e Colômbia dão por superadas suas diferenças, após embates entre Milei e Petro

Os governos da Argentina e da Colômbia deram como superadas as divergências que tensionaram ao máximo suas relações nos últimos dias, em meio ao embate verbal entre os presidentes dos dois países. Os ministérios das Relações Exteriores dos dois países latino-americanos afirmaram, em comunicado divulgado na noite de domingo, que os governos do presidente argentino Javier Milei e da sua contraparte colombiana Gustavo Petro "tomaram medidas concretas para superar quaisquer diferenças e fortalecer essa relação".

O último conflito bilateral foi produzido na semana passada, quando Milei, um economista ultraliberal e de extrema direita que chegou ao poder em dezembro, disse em uma entrevista à CNN que "muito não se pode esperar de alguém que era um assassino terrorista", em referência ao passado de Petro, um esquerdista que foi membro de um grupo guerrilheiro da Colômbia. Em protesto, o governo colombiano anunciou que iria expulsar diplomatas da embaixada argentina, e Petro acusou Milei de tentar destruir o projeto de integração latino-americana.

Em janeiro, a Colômbia chamou de volta o seu embaixador em Buenos Aires, Camilo Romero, em protesto contra as declarações do presidente argentino.

Num gesto conciliatório, o Executivo colombiano decidiu que Romero regressasse a Buenos Aires.

França: ossos de criança desaparecida em comunidade de 25 pessoas são encontrados após 8 meses

Investigadores franceses encontraram e identificaram no sábado, 30, os ossos de um menino que desapareceu em julho em um pequeno vilarejo nos Alpes, em um caso que chocou a comunidade da França. A causa da morte segue em investigação, de acordo com as autoridades.

Émile tinha dois anos e meio quando desapareceu no dia 8 de julho, em Haut-Vernet, uma comunidade localizada a 1,2 mil metros de altitude, onde vivem apenas 25 pessoas e é cercada por florestas. Ele passava o verão na região, com os avós. A mãe e o pai de Émile não estavam na cidade no dia do desaparecimento. Ele saiu sem deixar rastros. As últimas pessoas que viram a criança foram dois vizinhos, que afirmaram que ele estava caminhando sozinho por uma rua da cidade.

"No sábado, a polícia foi informada sobre a descoberta de ossos perto do vilarejo de Le Vernet", disse o promotor Jean-Luc Blachon. Os exames genéticos permitiram "concluir no domingo (31) que eram ossos do menino Émile", acrescentou.

O promotor não detalhou as causas da morte, mas afirmou que os legistas continuam examinando os ossos. "A polícia está mobilizando recursos para realizar buscas adicionais na área onde foram encontrados", acrescentou.

As autoridades organizaram uma grande operação de busca em julho do ano passado, com dezenas de policiais e soldados, cães farejadores, um helicóptero e drones, sem sucesso.

Em um primeiro momento, o Ministério Público abriu uma investigação por "desaparecimento suspeito". Mas o caso foi reclassificado pouco depois como uma investigação criminal por "sequestro" e "detenção ilegal".

Os investigadores também deixaram em aberto a possibilidade de acidente ou queda.

França pressiona China em relação a comércio e Ucrânia antes de visita de Xi Jinping

O ministro de Relações Exteriores francês, Stéphane Séjourné, pressionou a China em relação a questões comerciais e à guerra na Ucrânia ontem, antes de uma viagem programada do presidente chinês, Xi Jinping, à França ainda durante a primavera europeia.

Em encontro com o chanceler chinês, Wang Yi, em Pequim, Séjourné ecoou amplamente posições que vêm sendo manifestadas por líderes europeus, incluindo do primeiro-ministro da Holanda, Mark Rutte, que visitou a capital chinesa na semana passada. "O reequilíbrio de nossa parceria econômica é uma prioridade, assim como é para nossos parceiros europeus", disse Séjourné, em coletiva de imprensa conjunta com Wang. "A União Europeia é um mercado muito aberto, o mais aberto do mundo. Mas os atuais déficits com um determinado número de países, incluindo a China, não são sustentáveis para nós", acrescentou. Sobre a guerra na Ucrânia, Séjourné disse que a França tem a expectativa de que a China "transmita mensagens claras" à Rússia. No que diz respeito ao conflito, porém, os chineses têm posição diferente das da Europa e dos EUA, que apoiam a Ucrânia.

EUA pressiona Israel para desistir de incursão terrestre em Rafah

Autoridades americanas e israelenses mantiveram conversas virtuais nesta segunda, 1º, em meio a tentativas dos EUA para dissuadir Israel de avançar em seus planos de ataque terrestre contra o Hamas, na cidade de Rafah, no sul de Gaza. A reunião de mais de duas horas e meia por videoconferência foi descrita por ambos os lados como construtiva e produtiva. A Casa Branca pressionou Israel a tomar medidas mais direcionadas para matar ou capturar líderes do Hamas. O presidente americano Joe Biden e a sua administração têm instado público e privadamente Israel durante meses para abster-se de uma incursão em grande escala em Rafah sem um plano para realocar e proteger os civis. O primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, insistiu que as forças israelitas devem ser capazes de entrar na cidade para erradicar os batalhões sem grandes perdas civis. O conselheiro de segurança nacional dos EUA, Jake Sullivan, e o secretário de Estado, Antony Blinken, presidiram a reunião pelo lado dos EUA.

Irã: porta-voz diz que governo tomará medidas contra ataque israelense a consulado

dos Negócios Estrangeiros iraniano, Nasser Kanaani, disse hoje que "o regime sionista será responsabilizado" pela ofensiva contra um consulado do Irã na cidade de Damasco, na Síria. O porta-voz disse ainda que o governo do Irã tomará medidas em resposta ao ataque e vai decidir como punir o agressor.

Kanaani descreveu o ataque brutal como uma violação grosseira da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas de 1961, dizendo que a comunidade internacional e a ONU deveriam condenar o ato nos termos mais fortes possíveis e deveriam tomar as medidas necessárias contra o agressor.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Procuradoria afirma que 'impunidade' a violações da ditadura pode ter estimulado o 8 de Janeiro

"Um dos maiores erros de nossa história." Assim a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão se pronunciou, domingo, 31, sobre os 60 anos do golpe militar de 1964.

"Homicídios, torturas, estupros, sequestros, ocultações de cadáver e abusos de autoridade", segue a nota ao dar o tom das perseguições que marcaram a ditadura militar no Brasil (1964-1985).

A Procuradoria dos Direitos do Cidadão concentra iniciativas do Ministério Público Federal contra violações de direitos humanos, inclusive ações de reparação pelos anos de chumbo.

No comunicado divulgado neste domingo, o órgão afirma que é "dever jurídico e moral do Estado" preservar a memória do golpe para evitar que algo semelhante aconteça.

"Nossa democracia não será plenamente estável sem o conhecimento, a análise e a discussão acerca das ações e omissões dos envolvidos no regime de exceção, bem como das consequências delas decorrentes. A real conciliação demanda, no lugar do esquecimento, a memória", diz o texto.

O texto, assinado pelo procurador federal dos Direitos do Cidadão, Carlos Alberto Vilhena, e por outros oito membros do MPF que participam do Grupo de Trabalho Memória e Verdade, relacionada ainda a "impunidade estrutural" de violações da ditadura com o 8 de Janeiro.

"As tentativas, após as eleições gerais, de ações antidemocráticas em Brasília, em dezembro de 2022, seguidas da invasão das sedes dos Poderes da República, em 8 de janeiro de 2023, comprovam que o esquecimento deliberado, os segredos e a ocultação da história se mostram incompatíveis com a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, o pluralismo político, o acesso à justiça e o direito à informação, incentivando a impunidade."

Danilo Forte diz que governo estuda suplementação após veto de R$ 5,6 bi em emendas de comissão

O deputado Danilo Forte (União Brasil-CE), que foi relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, afirmou que o governo estuda fazer uma proposta de suplementação orçamentária após a gestão do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ter cortado R$ 5,6 bilhões em emendas de comissão na sanção do Orçamento, em janeiro. De acordo com o parlamentar, o governo deve fazer uma nova reunião no dia 8 para tratar do tema.

"Já há uma ideia de suplementar a Lei Orçamentária Anual, a LOA, no que diz respeito àqueles R$ 5,6 bilhões que ficaram pendentes entre a proposta orçamentária aprovada no Congresso Nacional no final do ano passado e os vetos que foram feitos na LOA deste ano", disse Forte à imprensa ontem.

A declaração ocorreu após o parlamentar ter se reunido ontem com o secretário especial de Assuntos Parlamentares, Valmir Prascidelli, no Palácio do Planalto. De acordo com Danilo, a suplementação deve ser feita via Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN).

A ideia de o governo suplementar ocorre após o Ministério do Planejamento ter divulgado, na semana passada, o detalhamento do bloqueio de R$ 2,9 bilhões no Orçamento federal. O bloqueio foi necessário porque a projeção de despesas para o ano, após a primeira revisão bimestral, ficou acima do permitido pelo novo arcabouço fiscal.

"O governo está querendo fazer uma contrapartida suplementando principalmente aqueles ministérios que ficaram sem verba de investimento. Esse contingenciamento foi simplesmente superado e o que houve foi um bloqueio de 2,9 bilhões, é muito pouco diante do montante do Orçamento Geral da União, então isso significa dizer que nós fizemos um Orçamento com responsabilidade, nós fizemos um orçamento dentro dos parâmetros do que estava previsto. Não houve essa necessidade de contingência", disse o deputado.

Segundo Forte, a reunião desta segunda-feira também tratou sobre os vetos da LDO. De acordo com ele, o Congresso deve realizar, na próxima semana, provavelmente no dia 11, sessão conjunta para análise dos vetos. Segundo ele, a reunião do dia 8 também deve fechar posição em relação aos vetos.

Danilo disse ainda que os vetos da LDO que desagradem o conjunto de parlamentares cairão. Sobre o cronograma de emendas, o deputado disse que o governo fez uma proposta de cronograma que ainda está dentro do prazo de cumprimento.

Força Nacional continuará apoiando Ibama na Amazônia Legal

O Ministério da Justiça e Segurança Pública prorrogou, até 31 de dezembro de 2024, o emprego da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) nas ações de fiscalização e repressão ao desmatamento ilegal e outros crimes ambientais na Amazônia Legal.

A medida foi publicada ontem (1º), no Diário Oficial da União e tem validade de 275 dias.

Os agentes permanecerão na região prestando apoio ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), inclusive nas ações de combate aos incêndios florestais e queimadas.

A intensificação do monitoramento e controle ambiental é um dos 12 eixos previstos no Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), que foi atualizado, está em sua 5ª fase, após a retomada das políticas ambientais em 2023, e estabeleceu a meta de desmatamento zero até 2030.

Por medida de segurança, a diretoria da Força Nacional de Segurança Pública não divulga o contingente disponibilizado para atuar nas ações, mas cada operação segue um planejamento e recebe o apoio logístico do próprio Ibama na região.

(Foto: EBC)



Os agentes permanecerão na região prestando apoio ao Ibama, inclusive nas ações de combate aos incêndios florestais e queimadas.

Rio de Janeiro - A FNSP também foi autorizada a permanecer atuando no estado do Rio de Janeiro por mais 30 dias, "nos serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, em caráter episódico e planejado", conforme portaria também publicada no Diário Oficial da União. A prorrogação já havia sido solicitada pelo governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, no último dia 28 de março. Com a confirmação, os agentes permanecerão apoiando as forças de segurança locais nas operações de patrulhamento das rodovias federais.

Escolas foram usadas para difundir ideologia autoritária na ditadura

Edson Luís, Ismael Silva de Jesus, Nilda Carvalho Cunha, Helenira Resende, Honestino Guimarães, Ana Kucinski, Vladimir Herzog. Esses são apenas alguns dos estudantes e professores que foram perseguidos e assassinados pela ditadura militar no Brasil, que teve, na educação, um dos principais braços da repressão. Nesse período, entre 1964 e 1985, disciplinas obrigatórias foram criadas com o objetivo de difundir a ideologia do regime e houve uma precarização do ensino e das escolas, com desvalorização salarial dos professores e falta de infraestrutura, além de censura e perseguições a professores e estudantes. O cenário é descrito por especialistas e pesquisadores entrevistados pela Agência Brasil.

Segundo o professor de história da educação básica da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) João Victor Oliveira, durante a ditadura, as escolas foram alvo de mudanças substanciais.

"Isso porque os ditadores vão entender que esse espaço é um lugar não só de uma formação de mão de obra para o mercado de trabalho - uma mão de obra barata. A gente costuma analisar esses currículos como currículos muito tecnicistas, excludentes, voltados a um capitalismo em ascensão, que os militares vão ser responsáveis por colocar em marcha -, mas também como lugar para difusão de ideologias, sobre o bastião da ideia de ordem e de obediência", diz o professor que leciona, em Belo Horizonte, na escola estadual Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Entre as mudanças que ocorreram na educação no período da ditadura estão a inclusão nos currículos das disciplinas Educação Moral e Cívica, no primeiro grau, atual ensino fundamental, Organização Social e Política do Brasil, a chamada OSPB, no segundo grau, atual ensino médio, e Estudos de Problemas Brasileiros, no ensino superior.

Anvisa autoriza registro de vacina que previne bronquiolite em bebês

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorizou o registro da vacina Abrysvo, da farmacêutica Pfizer. A dose combate o vírus sincicial respiratório (VSR), causador de infecções no trato respiratório, como a bronquiolite. A resolução foi publicada ontem (1º) no Diário Oficial da União.

Em nota, a Anvisa destacou que a bronquiolite é uma inflamação dos brônquios que acomete com bastante preocupação crianças pequenas e bebês.

O imunizante é indicado para a prevenção da doença do trato respiratório inferior em crianças desde o nascimento até os seis meses de idade por meio da imunização ativa em gestantes.

"Isso significa que, para a proteção das crianças, a aplicação da vacina deve ser feita nas mães, durante a gestação. A vacina não é aplicada diretamente nos bebês", reforçou a agência. A dose também foi autorizada para a prevenção da doença do trato respiratório inferior em pessoas com 60 anos ou mais, população também considerada de risco para a doença.

A vacina - A vacina Abrysvo é descrita como bivalente, já que é composta por dois antígenos da proteína de superfície F do VSR. A administração é intramuscular e em dose única. Segundo a Anvisa, o imunizante deve ser aplicado durante o segundo ou terceiro trimestre da gestação.

"Como todo medicamento, foram observados alguns efeitos colaterais na administração do imunizante, sendo os mais comuns: dor no local da vacinação, dor de cabeça e dor muscular", destacou a agência.

Caminhada em São Paulo lembra golpe militar e faz homenagem às vítimas

Uma caminhada em São Paulo lembrou os 60 anos do golpe que instaurou a ditadura civil-militar no Brasil. Chamada de Caminhada do Silêncio pelas Vítimas de Violência do Estado, o ato teve início na antiga sede do Departamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), na Rua Tutóia, na Vila Mariana.

"Esse é um ato que relembra os 60 anos da malfadada ditadura. Estamos em frente a um dos mais importantes centros de repressão da ditadura militar brasileira que é a antiga sede do DOI-Codi, onde as Forças Armadas, associada à sociedade civil de São Paulo, torturaram milhares de pessoas no fundo desse prédio e onde dezenas de companheiros e companheiras foram assassinados", disse Henrique Olita, membro do Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores (PT). Foi nesse lugar que o ex-deputado estadual e presidente da Comissão da Verdade da Assembleia Legislativa de São Paulo, Adriano Diogo, ficou preso por 90 dias durante a ditadura militar. "Fiquei 90 dias aqui. Fiquei 90 dias em uma cela solitária bebendo água de boi", relembrou ele hoje, em entrevista à Agência Brasil. "Aqui é uma casa de morte", reforçou.

Também foi no DOI-Codi que Maria Amélia de Almeida Teles, a Amelinha, foi presa, torturada e estuprada. "Fui presa política aqui no DOI-Codi entre 1972 e 1973. Aqui fui torturada e estuprada. Minha família toda foi sequestrada e trazida aqui para o DOI-Codi. Minha filha, Janaína, tinha cinco anos de idade [na época] e meu filho tinha quatro anos. Os 60 anos do golpe militar de 1964 não tem como serem esquecidos. Esse é um passado que está muito presente ainda. São feridas que não cicatrizaram e que continuam sangrando nos dias de hoje. O Brasil continua ameaçado de golpes e de violência do Estado", disse ela. "As novas gerações precisam conhecer isso para se fortalecer e para investir mais na construção da democracia brasileira", acrescentou.

Memória - Na quarta edição da caminhada, os manifestantes reforçaram a necessidade da memória, adotando como tema a frase: "Para que Não se Esqueça, Para que Não Continue Acontecendo". E lembraram que as populações periféricas seguem sofrendo com a violência policial, mesmo nos dias atuais.

Como mulheres vítimas em app de relacionamento se juntaram para prender suspeito no Rio

A Polícia Civil do Rio de Janeiro prendeu Caio Henrique Comossato, acusado de aplicar golpes contra mulheres que conhecia em aplicativos de relacionamento. Pelo menos 11 mulheres já haviam caído em supostos golpes financeiros aplicados pelo suspeito com prejuízos que ultrapassam R$1,6 milhão.

Comossato foi preso em um restaurante em Jacarepaguá, zona oeste da capital, no dia 22 de março. Na ocasião, ele acreditava que iria se encontrar com uma potencial vítima que havia conhecido por aplicativos. O compromisso, no entanto, havia sido marcado através de um perfil fake, criado por mulheres que já haviam sido extorquidas anteriormente.

Segundo a Polícia Civil, o acusado se apresentava com diferentes sobrenomes e fingia ser empresário, produtor musical e agropecuarista para impressionar mulheres.

O homem buscava criar vínculos com as vítimas se mantendo presente e até mesmo apresentando as mulheres para integrantes de sua família. Quando conquistava a confiança, o acusado solicitava empréstimos de quantias em dinheiro.

Em mensagens divulgadas pelo Fantástico, da TV Globo, o acusado diz a uma das vítimas que está passando por problemas financeiros após o falecimento do avô, uma tentativa de sensibilizar a vítima. "Eu era o único herdeiro, maior dor de cabeça. Tenho zilhões de dificuldades para resolver na fazenda lá de Minas, na fazenda de Goiânia", relatava em áudios.

Tayara Banharo emprestou cerca de R$1 mil ao acusado que teve uma atitude suspeita durante uma internação hospitalar da mulher "Fiquei uma semana internada, falando com ele, ele simplesmente aparece no hospital para me visitar. Fiquei até meio assim. A pessoa que você conhece no aplicativo de relacionamento vai te encontrar no hospital?", disse ao Fantástico.

A vítima descobriu que se tratava de um golpe após ter acesso a reportagens que denunciavam o homem e então buscou pessoas que também haviam passado pela mesma situação.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Herói da II Guerra Mundial foi torturado pelo regime militar

O fato de ser herói da II Guerra Mundial, onde participou de 94 missões como piloto de caça com o avião P-47, contra a média de 35 ações de um piloto norte-americano no mesmo conflito, não livrou o brigadeiro Rui Moreira Lima de ser preso três vezes durante o regime militar e cassado pelo AI-1. Até hoje não foi anistiado pelo Estado brasileiro, segundo relata à Agência Brasil o filho dele, o economista Pedro Luiz Moreira Lima.

O Ato Institucional número 1, assinado em 9 de abril de 1964 pela junta militar, composta pelo general do Exército Artur da Costa e Silva, tenente-brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo e vice-almirante Augusto Hamann Rademaker Grünewald, suspendia por dez anos os direitos políticos de todos os cidadãos vistos como opositores ao regime, entre congressistas, militares e governadores. Nesse período, surgiu a ameaça de cassações, prisões, enquadramento como subversivos e eventual expulsão do país. O AI-1 foi o embrião da Lei de Segurança Nacional, publicada em 3 de Março de 1967. Acusado de ser comunista, uma contravenção grave na época, Rui Moreira Lima recusou-se a entregar a Base Aérea de Santa Cruz, que comandava, no Rio de Janeiro, foi posto na reserva e preso pela primeira vez. Foram cassadas licenças de voo de oficiais da Aeronáutica, entre elas a de Rui. Sua carteira de voo foi recuperada apenas em 1979, quando, devido à idade, não tinha mais condições de executar pilotar. Pedro Luiz contou que o pai foi um dos milhares de militares, dentre os quais cerca de 2 mil oficiais, atingidos pela ditadura que não poderiam recorrer à Justiça comum para reaver seus direitos, de acordo com o Artigo 181 da Constituição de 1967.

(Foto: EBC)



Acusado de ser comunista, uma contravenção grave na época, Rui Moreira Lima recusou-se a entregar a Base Aérea de Santa Cruz, que comandava, no Rio de Janeiro, foi posto na reserva e preso pela primeira vez.

Ato de força - O artigo 181 dizia que "ficam aprovados e excluídos de apreciação judicial os atos praticados pelo Comando Supremo da Revolução de 31 de março de 1964, assim como os atos do governo federal, com base nos Atos Institucionais e nos Atos Complementares e seus efeitos, bem como todos os atos dos ministros militares e seus efeitos, quando no exercício temporário da Presidência da República". Pedro Luiz definiu: "foi um ato de força. Foi com este artigo que o pai abandonou sua luta pelo direito de voar e sua promoção. Somente na Constituição de 88 esse artigo foi derrubado e, sem dúvida, graças ao pai". O economista conta que a ditadura queria expulsar o pai das Forças Armadas. "Teve gente que pensou em até eliminar todos os oficias cassados. Em 1988, ele entrou na Justiça comum e chegou, em 1992, ao posto de major-brigadeiro".

Quase 90% dos brasileiros admitem ter acreditado em fake news

(Foto: EBC)



Para 26%, maior risco é a eleição de maus políticos.

Quase 90% da população brasileira admite ter acreditado em conteúdos falsos. É o que revela uma pesquisa do Instituto Locomotiva e obtida com exclusividade pela Agência Brasil. Segundo o levantamento, oito em cada dez brasileiros já deu credibilidade a fake news.

Mesmo assim, 62% confiam na própria capacidade de diferenciar informações falsas e verdadeiras em um conteúdo. Sobre o conteúdo das notícias falsas que acreditaram, 64% era sobre venda de produtos, 63% diziam respeito a propostas em campanhas eleitorais, 62% tratavam, de políticas públicas, como vacinação, e 62% falavam de escândalos envolvendo políticos. Há ainda 57% que afirmaram que acreditaram em conteúdos mentirosos sobre economia e 51% em notícias falsas envolvendo segurança pública e sistema penitenciário.

O instituto ouviu 1.032 pessoas com 18 anos de idade ou mais entre os dias 15 e 20 de fevereiro. Na opinião de 65% dos entrevistados, as notícias falsas são distribuídas com a ajuda de robôs e inteligência artificial. A cada dez pessoas, oito reconhecem que há grupos e pessoas pagas para produção e disseminação de notícias falsas.

O maior risco da desinformação para 26% da população é a eleição de maus políticos, enquanto 22% acreditam que o perigo maior e atingir a reputação de alguém e 16% avaliam como maior problema a possibilidade de causar medo na população em relação a própria segurança. Há ainda 12% que veem como maior risco prejudicar os cuidados com a saúde.

Micro-ônibus desgovernado atropela fiéis em procissão e mata quatro em Pernambuco

Quatro pessoas - dois homens e duas mulheres entre 60 e 65 anos - morreram na tarde deste domingo de Páscoa, dia 31, após um micro-ônibus desgovernado atropelar fiéis em uma procissão que era realizada em Jaboatão dos Guararapes, cidade da região metropolitana de Recife, em Pernambuco.

O acidente aconteceu na tarde deste domingo, na avenida Barretos de Medeiros, no bairro Marcos Freire, região periférica da cidade.

De acordo com o major Rafael Silva, supervisor de operações do Corpo de Bombeiros de Pernambuco, o motorista do micro-ônibus perdeu o controle da direção e acabou atingindo os fiéis que participavam da procissão.

Das quatro pessoas morreram, duas vítimas foram a óbito logo após o choque com o veículo e as outras duas chegaram a passar pela processo de reanimação por agentes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), mas não resistiram e morreram no local.

A central de operações dos Bombeiros, segundo o major, recebeu a informação de que 25 pessoas teriam sido vítimas do atropelamento. Em nota, a corporação não precisou o número de feridos, mas informou que as pessoas atingidas no episódio foram encaminhadas para hospitais da região metropolitana de Recife. Ao Estadão, o major Silva relatou também que o motorista do micro-ônibus fugiu do local após o acidente. "Quando a gente chegou no endereço do sinistro, o ônibus (micro-ônibus) estava parado, as vítimas atropeladas e o motorista já não se encontrava no local."

(Foto: Divulgação)



O micro-ônibus faz parte da rede de transporte público auxiliar de Jaboatão dos Guararapes, que conduz moradores da periferia da cidade para as chamadas "integrações", de onde partem outros ônibus para outros regiões mais centrais, como Recife.

Como mulheres vítimas em app de relacionamento se juntaram para prender suspeito no Rio

A Polícia Civil do Rio de Janeiro prendeu Caio Henrique Comossato, acusado de aplicar golpes contra mulheres que conhecia em aplicativos de relacionamento. Pelo menos 11 mulheres já haviam caído em supostos golpes financeiros aplicados pelo suspeito com prejuízos que ultrapassam R$1,6 milhão.

Comossato foi preso em um restaurante em Jacarepaguá, zona oeste da capital, no dia 22 de março. Na ocasião, ele acreditava que iria se encontrar com uma potencial vítima que havia conhecido por aplicativos. O compromisso, no entanto, havia sido marcado através de um perfil fake, criado por mulheres que já haviam sido extorquidas anteriormente.

Segundo a Polícia Civil, o acusado se apresentava com diferentes sobrenomes e fingia ser empresário, produtor musical e agropecuarista para impressionar mulheres.

O homem buscava criar vínculos com as vítimas se mantendo presente e até mesmo apresentando as mulheres para integrantes de sua família. Quando conquistava a confiança, o acusado solicitava empréstimos de quantias em dinheiro.

Em mensagens divulgadas pelo Fantástico, da TV Globo, o acusado diz a uma das vítimas que está passando por problemas financeiros após o falecimento do avô, uma tentativa de sensibilizar a vítima. "Eu era o único herdeiro, maior dor de cabeça. Tenho zilhões de dificuldades para resolver na fazenda lá de Minas, na fazenda de Goiânia", relatava em áudios.

Sobe para sete o número de mortos em acidente durante procissão em Pernambuco

Sete pessoas - três homens e quatro mulheres entre 21 e 75 anos - morreram na tarde de domingo de Páscoa, dia 31, após um micro-ônibus desgovernado atropelar fiéis em uma procissão que era realizada em Jaboatão dos Guararapes, cidade da região metropolitana de Recife, em Pernambuco.

O acidente aconteceu na tarde de domingo, na avenida Barretos de Medeiros, no bairro Marcos Freire, região periférica da cidade. A atualização do número de mortos ocorreu na manhã de ontem, dia 1º.

De acordo com o major Rafael Silva, supervisor de operações do Corpo de Bombeiros de Pernambuco, o motorista do micro-ônibus perdeu o controle da direção e acabou atingindo os fiéis que participavam da procissão. Das sete pessoas que morreram, duas vítimas foram a óbito logo após o choque com o veículo. Outras duas chegaram a passar pelo processo de reanimação por agentes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), mas não resistiram e morreram no local. A Secretaria Estadual de Saúde confirmou a morte de outras três vítimas que haviam sido atendidas nas Unidades de Pronto-Atendimento (UPA) Imbiribeira, Ibura e no Hospital da Restauração.

A central de operações dos Bombeiros, segundo o major, recebeu a informação de que 26 pessoas teriam sido vítimas do atropelamento.

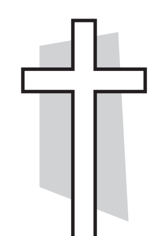
Reforma Tributária pode elevar carga do setor de óleo e gás em até 20%, afirma consultoria

A Reforma Tributária poderá elevar a carga sobre os investimentos da indústria de petróleo e gás natural em 14%, revela estudo da Infis Consultoria, especializada em tributação do setor. O número poderia chegar a 20%, caso o regime especial de compra e venda de equipamentos para exploração e produção de petróleo, o Repetro, não seja mantido, calcula a consultoria.

Segundo a Infis, o impacto se daria pela incidência plena dos novos tributos sobre bens e serviços - Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). A consultoria levou em consideração uma alíquota padrão de 28% do novo IVA Dual sobre contratos de desenvolvimento de campos de petróleo e gás do pré-sal.

"Essa tributação acarretaria em um aumento de carga tributária significativo das empresas do setor, visto que os gastos com a contratação de serviços, aluguel de máquinas e equipamentos e afretamento de navios e plataformas são vultosos e teriam um incremento de alíquotas significativo", explica Eduardo Pontes, especialista em tributação do setor e sócio da Infis. "Isso resultaria em reflexos muito negativos para o País na atração de novos investimentos".

NOTA DE FALECIMENTO



⁕ 21/04/1943 • ✞ 31/03/2024

É com imenso pesar, que comunicamos o falecimento de

Maria Neusa de Freitas

ocorrido em 31 de março de 2024.

A despedida será realizada no **Cemitério São Pedro**
Terça-Feira, 02 de Abril de 2024
Velório - 11h30 às 14h30

Av. Francisco Falconi, 837 - Vila Alpina
São Paulo - SP, 03227-000

Após o velório a cremação será realizada no **Crematório Vila Alpina**

Av. Francisco Falconi, 837 - Vila Alpina
São Paulo - SP, 03227-000

Oremos pelos seus filhos, netos, genros e amigos enlutados e sensibilizados.

Neste momento de dor nos solidarizamos com todos os familiares e amigos.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676



edp

Central Geradora Fotovoltaica Monte Verde Solar III S.A.

CNPJ/ME nº 41.813.115/0001-82 - NIRE 35.300.567.838

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 05 de Março de 2024

1. Data, Hora e Local. Realizada em 05 (cinco) de março de 2024, às 13h15min, na sede social da **Central Geradora Fotovoltaica Monte Verde Solar III S.A.** ("Companhia"), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3729, 9º andar, Sala 42, Itaim Bibi, CEP 04538-905, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Presença.** Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("LSA"), por estar presente a acionista representante da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa.** Assumiu a presidência e o secretariado da mesa da assembleia o Sr. **Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior**. **4. Ordem do Dia.** Deliberar sobre: **(i)** o aumento de capital social da Companhia; **(ii)** aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **5. Deliberações.** Instalada a Assembleia, após a discussão das matérias, a acionista deliberou, sem quaisquer ressalvas ou restrições: **5.1.** Aprovar o aumento de capital social da Companhia em R$ 177.057.339,00 (cento e setenta e sete milhões, cinquenta e sete mil, trezentos e trinta e nove reais), mediante a emissão de 177.057.339 (cento e setenta e sete milhões, cinquenta e sete mil, trezentas e trinta e nove) novas ações, ao preço de emissão no valor de R$ 1,00 (um real) por ação, fixado de acordo com o disposto no inciso II do §1º, do Artigo 170, da LSA, de forma que o capital social da Companhia passa dos **atuais** R$ 45.727.310,00 (quarenta e cinco milhões, setecentos e vinte e sete mil, trezentos e dez reais) **para** R$ 222.784.649,00 (duzentos e vinte e dois milhões, setecentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e nove reais). **5.2.** O aumento de capital ora aprovado é totalmente subscrito e integralizado nesta data pela acionista **EDP Renováveis Brasil S.A.**, sociedade por ações, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3729, 9º andar, parte, Itaim Bibi, CEP 04538-905, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.334.083/0001-20, e serão integralizadas, neste ato, conforme o Boletim de Subscrição que integra a presente ata como **Anexo I**. **5.3.** Em face do aumento de capital aprovado acima, aprovar a alteração do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar com a seguinte nova redação: *"ARTIGO 5º O capital social é de R$ 222.784.649,00 (duzentos e vinte e dois milhões, setecentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e nove reais) dividido em 222.784.649 (duzentos e vinte e dois milhões, setecentos e oitenta e quatro mil, seiscentas e quarenta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais se encontram totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional."* **5.4.** Por fim, foi aprovada a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que integra a presente ata como **Anexo II**. **6. Encerramento.** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. Assinaturas: Mesa: Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Presidente e Secretário. Acionista: EDP Renováveis Brasil S.A. (representada por seus diretores Paula Ferrareto Dalbello e Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior). *Declaro que a presente é cópia fiel extraída do original.* São Paulo, 05 de março de 2024. Mesa: **Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior** - Presidente e Secretário. JUCESP nº 123.933/24-9 em 19/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **Estatuto Social - Capítulo I - Denominação, Sede, Foro e Prazo de Duração: Artigo 1º** Sob denominação de **CENTRAL GERADORA FOTOVOLTAICA MONTE VERDE SOLAR III S.A.** (a "Companhia") opera a sociedade anônima, subsidiária integral da EDP Renováveis Brasil S.A., regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º** A Companhia tem sede e foro na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3729, 9º andar, Sala 42, Itaim Bibi, CEP 04538-905, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Parágrafo Único** - A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, abrir, transferir, e/ou encerrar filiais agências, escritórios e representações e quaisquer outros estabelecimentos para a realização das atividades da Companhia, no Brasil ou em outro país da América do Sul. **Artigo 3º** A Companhia tem prazo de duração indeterminado. **Artigo 4º** A Companhia tem por objeto a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial solar do Projeto Monte Verde III, a comercialização da energia gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades. **Capítulo II - Capital Social e Ações: Artigo 5º** O capital social é de R$ 222.784.649,00 (duzentos e vinte e dois milhões, setecentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e nove reais) dividido em 222.784.649 (duzentos e vinte e dois milhões, setecentos e oitenta e quatro mil, seiscentas e quarenta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais se encontram totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional. **Parágrafo 1º** - Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia. **Parágrafo 2º** - As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **Parágrafo 3º** - A propriedade de ações presumir-se-á pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro de Ações Nominativas". Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo termo no livro de "Transferência de Ações Nominativas". Mediante solicitação de qualquer acionista, a Companhia deverá emitir certificados de ações. Os certificados de ações deverão ser assinados por 2 (dois) Diretores ou por 1 (um) Diretor juntamente com 1 (um) procurador legal com poderes especiais. **Capítulo III - Assembleia Geral: Artigo 6º** A Assembleia Geral reunir-se-á, na forma da lei, ordinariamente dentro dos 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social de cada ano. **Artigo 7º** Os acionistas poderão ser representados por outros acionistas ou procuradores. **Artigo 8º** Dependerão da aprovação de, no mínimo, metade das ações com direito a voto nos termos do artigo 136 da Lei das Sociedades por Ações, para deliberação sobre da Assembleia Geral da Companhia: **(i)** Aumento do capital social; **(ii)** Alteração do Estatuto Social da Companhia; **(iii)** Celebração de qualquer contrato relacionado à emissão de valores mobiliários conversíveis em ações da Companhia; **(iv)** Resgate, amortização ou aquisição de ações ou valores mobiliários de emissão da Companhia; **(v)** Aprovação das demonstrações financeiras anuais da Companhia; **(vi)** Alteração da política de dividendos da Companhia; **(vii)** Alteração dos direitos das ações ou valores mobiliários de emissão da Companhia; **(viii)** Realização de Oferta Pública Inicial de ações de emissão da Companhia; **(ix)** Ingresso com pedido de recuperação judicial, falência, dissolução liquidação judicial, insolvência, ou aprovação de alívio de dívida de devedores da Companhia e qualquer uma de suas controladas; **(x)** Aprovação de operação de fusão, cisão, incorporação ou outra operação de reorganização societária; e **(xi)** Celebração de qualquer contrato relacionado às matérias acima. **Artigo 9º** A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor-Presidente ou na sua ausência, pelo acionista escolhido pela maioria de votos dos acionistas presentes, cabendo ao presidente da Assembleia designar o secretário. **Parágrafo Único -** Cada Assembleia Geral poderá ser convocada por até 3 (três) vezes para discutir a mesma matéria, até que seja atingido o quórum necessário para a deliberação da matéria da ordem do dia, observado os termos do Acordo de Acionistas. As Assembleias Gerais serão convocadas, em primeira convocação, com 20 (vinte) dias de antecedência e, em segunda ou terceira convocações, com 5 (cinco) dias de antecedência à data de sua realização. **Capítulo IV - Administração da Companhia - Da Diretoria: Artigo 10** A Companhia será administrada por uma Diretoria, com os poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o presente Estatuto Social. **Artigo 11** A remuneração global da Diretoria será anualmente fixada pela Assembleia Geral, a qual não poderá ser superior a 1% (um por cento) da Receita Operacional Líquida anual da Companhia. **Artigo 12** Os membros da Diretoria tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo nos livros das Atas de Reuniões da Diretoria, permanecendo sujeitos aos requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades previstos nos Artigos 145 a 158 da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 13** A Diretoria será composta de 02 (dois) a 05 (cinco) membros, residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral, sendo 01 (um) Diretor Presidente e os outros sem designação específica. **Artigo 14** Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja por lei ou pelo presente Estatuto atribuída a competência à Assembleia Geral. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos de administração necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, de acordo com a orientação geral dos negócios estabelecida pela Assembleia Geral, incluindo poderes sobre a aplicação de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, prestar caução, avais e fianças, emitir, endossar, caucionar, descontar, sacar e avalizar títulos em geral, assim como abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas neste Estatuto Social. **Artigo 15** A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor Presidente ou por quaisquer dois Diretores, em conjunto, sempre que assim exigirem os negócios sociais, com antecedência mínima de 02 (dois) dias, e a reunião somente será instalada com a presença da maioria de seus membros. **Parágrafo 1º** - No caso de impedimento ou ausência temporária de qualquer Diretor, este poderá nomear outro Diretor para representá-lo nas reuniões, caso em que, o Diretor assim nomeado para representá-lo deverá votar nas reuniões da Diretoria em seu próprio nome e em nome do Diretor por ele representado. A nomeação deverá ser realizada mediante notificação escrita ao Diretor Presidente, que deverá conter claramente o nome do Diretor designado e os poderes a ele conferidos e será anexada à ata da respectiva reunião. Alternativamente, em se tratando de ausência temporária, o Diretor poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito, por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico entregue ao Diretor Presidente. **Parágrafo 2º** - Ocorrendo vaga na Diretoria, compete aos demais Diretores indicar, entre os mesmos, um substituto que acumulará, interinamente, as funções do substituído, perdurando a substituição interina até o provimento definitivo do cargo a ser decidido pela primeira Assembleia Geral que se realizar, atuando o substituto então eleito até o término do mandato da Diretoria. **Parágrafo 3º** - As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação, e tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Neste caso, os membros da Diretoria que participarem remotamente da reunião da Diretoria deverão expressar seus votos por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico que identifique de forma inequívoca o remetente. **Parágrafo 4º** - Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Diretores fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas da Diretoria da Companhia. Os votos proferidos por Diretores que participarem remotamente da reunião da Diretoria ou que tenham se manifestado na forma deste Artigo, em seu Parágrafo Terceiro deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas da Diretoria, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Diretor ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata. **Artigo 16** As deliberações nas reuniões da Diretoria serão tomadas por maioria de votos dos presentes em cada reunião ou que tenham manifestado seu voto na forma do Artigo 15, Parágrafo Terceiro, sendo que, no caso de empate, caberá ao Diretor Presidente o voto de qualidade. **Artigo 17** A Companhia considerar-se-á obrigada quando representada: **(a)** por 2 (dois) Diretores em conjunto; **(b)** por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador com poderes especiais, devidamente constituído; **(c)** por 2 (dois) procuradores em conjunto, com poderes especiais, devidamente constituídos; e **(d)** por 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador, conforme os poderes constantes do respectivo instrumento de mandato, neste caso exclusivamente para a prática de atos específicos. **Parágrafo 1º** - As procurações serão outorgadas em nome da Companhia por 2 (dois) Diretores em conjunto, devendo especificar os poderes conferidos e salvo aquelas previstas no parágrafo segundo deste artigo, terão período de validade limitado a, no máximo, 01 (um) ano. **Parágrafo 2º** - As procurações para fins judiciais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado e aquelas outorgadas para fins de cumprimento de cláusula contratual poderão ser outorgadas pelo prazo de validade do contrato a que estiverem vinculadas. **Capítulo VI - Conselho Fiscal: Artigo 18** A Companhia terá um Conselho Fiscal não permanente composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral que deliberar sua instalação e que lhes fixará os honorários, respeitados os limites legais. Quando de seu funcionamento, o Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes conferidos por lei. O período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após a sua instalação. **Capítulo VII - Exercício Social e Distribuição do Lucro: Artigo 19** O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras do exercício, que serão, após manifestação da Diretoria e do Conselho Fiscal, se instalado, submetidas à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com proposta de destinação do resultado do exercício. **Artigo 20** Dos resultados apurados serão inicialmente deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda e Tributos sobre o lucro. O lucro remanescente terá a seguinte destinação. **(a)** A Companhia deverá maximizar a distribuição do seu lucro líquido aos acionistas; **(b)** Caso a distribuição de dividendos seja a aprovada, o pagamento dos dividendos deverá ser feito nos primeiros quatro meses do ano; e **(c)** o saldo ficará à disposição da Assembleia. **Artigo 21** Os dividendos não reclamados em 03 (três) anos, contado da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, prescrevem em favor da Companhia. **Artigo 22** A Companhia poderá levantar balanços semestrais e/ou trimestrais, podendo com base neles declarar, por deliberação de Assembleia Geral, dividendos intermediários e intercalares. Os dividendos intermediários e intercalares previstos neste Artigo poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 23** A Companhia poderá pagar aos seus acionistas juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Parágrafo Único** - Revertem em favor da Companhia os juros sobre o capital próprio que não forem reclamados dentro do prazo de 3 (três) anos após a data em que forem colocados à disposição dos acionistas. **Capítulo VIII - Liquidação: Artigo 24** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou por deliberação da Assembleia Geral, que estabelecerá a forma da liquidação, elegerá o liquidante e, se for o caso, instalará o Conselho Fiscal, para o período da liquidação, elegendo seus membros e fixando-lhes as respectivas remunerações. **Capítulo IX - Foro: Artigo 25** Para dirimir todas e quaisquer dúvidas e/ou controvérsias oriundas deste Contrato Social, fica desde já eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Bravia Educação Holding S.A.

CNPJ nº 31.239.816/0001-04

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Balanço Patrimonial

Ativo	Individual 31/dez/23	Individual 31/dez/22	Consolidado 31/dez/23	Consolidado 31/dez/22
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6.066	2.132	6.246	2.339
Contas a receber	1.505	777	1.510	777
Outros créditos	162	39	233	375
Impostos a recuperar	1.719	1.089	1.726	1.094
Mercadorias para revenda	-	-	67	-
Despesas antecipadas	441	1.238	441	1.238
	9.893	**5.276**	**10.223**	**5.823**
Não circulante				
Títulos a Receber	22.699	12.984	22.602	12.984
Outros Créditos	2.012	1.572	2.012	1.572
Investimentos	170	163	-	-
Imobilizado	7.505	7.927	7.514	7.938
Intangível	109	120	109	120
	32.496	**22.766**	**32.237**	**22.614**
Total do ativo	**42.389**	**28.042**	**42.460**	**28.437**

Passivo e patrimônio líquido	Individual 31/dez/23	Individual 31/dez/22	Consolidado 31/dez/23	Consolidado 31/dez/22
Circulante				
Empréstimos e Financiamentos	1.563	1.833	1.563	1.833
Fornecedores	640	1.129	709	1.157
Obrigações Trabalhistas	741	528	741	543
Obrigações Tributárias	1.394	1.113	1.404	1.114
Obrigações societárias	4.338	2.357	4.338	2.357
Outras Obrigações	2.357	1.748	3.358	2.768
	11.032	**8.708**	**12.113**	**9.772**
Não Circulante				
Empréstimos e Financiamentos	-	1.453	-	1.453
Obrigações Tributárias Diferidas	1.224	972	1.224	972
Receitas a Realizar	-	2.353	-	2.353
Participações A Pagar	250	200	100	100
Passivo a descoberto	859	568	-	-
	2.333	**5.546**	**1.324**	**4.878**
Patrimônio líquido				
Capital Integralizado	7.600	7.600	7.600	7.600
Ações em Tesouraria	(135)	-	(135)	-
Reserva Legal	1.004	354	1.004	354
Reserva de Capital	503	503	503	503
Lucros e Prejuízos Acumulados	20.052	5.331	20.052	5.331
	29.024	**13.787**	**29.024**	**13.787**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**42.389**	**28.042**	**42.460**	**28.437**

Demonstração do Resultado do Exercício

	Individual 2023	Individual 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
(=) Receita Operacional Líquida	**66.008**	**43.792**	**66.044**	**43.792**
(-) Custo do Serviço Prestado e CMV	(25.601)	(19.413)	(25.683)	(19.413)
(=) Lucro Bruto	**40.407**	**24.379**	**40.360**	**24.379**
Despesas Operacionais				
(-) Despesas Comerciais	(1.633)	(1.132)	(1.633)	(1.132)
(-) Despesas Gerais e Administrativas	(17.714)	(13.838)	(17.754)	(14.121)
(-) Resultado de equivalência patrimonial	(93)	(289)	-	-
(+/-) Outras Despesas / Receitas Operacionais	5.182	5.007	5.183	5.007
(=) Resultado Operacional	**26.148**	**14.127**	**26.157**	**14.133**
(+/-) Resultado Financeiro	**470**	**133**	**461**	**127**
LAIR	**26.618**	**14.260**	**26.618**	**14.260**
Provisão para IRPJ e CSLL	(9.265)	(4.880)	(9.265)	(4.880)
Lucro Liquido do Exercicio	**17.353**	**9.379**	**17.353**	**9.379**

Demonstrações do resultado abrangente

	Individual 2023	Individual 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro (Prejuizo) do exercício	17.353	9.379	17.353	9.379
Total do resultado abrangente do exercício	**17.353**	**9.379**	**17.353**	**9.379**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital Social	Ações em Tesouraria	Reserva Legal	Reserva de Capital	Lucro e Prejuízos Acumulados	Patrimonio Liquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**7.600**	**-**	**354**	**503**	**5.331**	**13.788**
Capital Integralizado	-			-	-	-
Constituição de reserva de Capital	-		650	-	(650)	-
Ajustes de Exercícios anteriores						-
Lucro / Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	17.353	**17.353**
Ações em Tesouraria	-	(135)	-	-		**(135)**
Dividendos	-	-	-	-	(1.981)	**(1.981)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**7.600**	**(135)**	**1.004**	**503**	**20.052**	**29.024**

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Individual 2023	Individual 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
(=) Lucro / Prejuízo do exercício	**17.353**	**9.379**	**17.353**	**9.379**
Ajustes que não afetam caixa:				
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(18)	-	(18)
Equivalencia patrimonial	93	289	-	-
Depreciação	1.128	1.103	1.134	1.105
Perdas com participação societária	252	194	-	194
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo:				
Clientes	(728)	(535)	(733)	(535)
Outros créditos	(563)	(77)	(298)	(413)
Impostos a recuperar	(630)	(369)	(632)	(369)
Estoque	-	-	(67)	-
Títulos a Receber	(9.715)	(7.787)	(9.618)	(7.787)
Despesas antecipadas	797	(1.229)	797	(1.229)
Fornecedores	(489)	879	(448)	906
Obrigações Trabalhistas	213	294	199	303
Obrigações Tributárias	533	554	542	555
Outras Obrigações	609	634	590	654
Receitas a realizar	(2.353)	(1.119)	(2.353)	(1.119)
Caixa líquido originado das (consumido nas) atividades operacionais	**6.501**	**2.192**	**6.465**	**1.626**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:				
Investimentos	(7)	-	-	-
Adições do imobilizado e intangível	(970)	(2.194)	(970)	(2.194)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(977)**	**(2.194)**	**(970)**	**(2.194)**
Atividades de financiamentos				
Empréstimos e Financiamentos	(1.724)	(1.589)	(1.724)	(1.589)
Integralização de capital	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	135	-	135	-
(=) Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	**(1.589)**	**(1.589)**	**(1.589)**	**(1.589)**
Aumento (redução) líquida de caixa	**3.934**	**(1.591)**	**3.907**	**(2.156)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	2.132	3.723	2.339	4.495
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	6.066	2.132	6.246	2.339
Aumento (redução) líquida de caixa	**3.934**	**(1.591)**	**3.907**	**(2.156)**

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional: A Bravia Educação Holding S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado regida por seu Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações"). Foi constituída em 13 de agosto de 2018 como sociedade Limitada, sob a razão social Bravia Educação Holding Ltda., com Capital Social de 100.000 reais, distribuídos em 100.000 cotas. Em 15 de maio de 2019, ocorreu a transformação da Companhia para sociedade anônima de capital fechado, com aumento de Capital Social para 7.600.000 reais, distribuídos em 125.000 ações e razão social Bravia Educação Holding S.A. **2. Base de apresentação e preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), de acordo com a NBC TG 1000, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, através das Resoluções n. 1.255/09, n. 1.285/10 e n. 1.319/10. Estes pronunciamentos foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) através do CPC PME - Contabilidade para pequenas e médias empresas. **3. Resumo das principais políticas e práticas contábeis:** As principais práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas consistentemente para a Companhia para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

O Relatório da Administração, as Notas explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis na sede da Companhia.

Diretoria

Alvaro Schocair de Souza Filho - Sócio

Fábio Lages Comitre - Contador CRC 1SP308888/O-1

Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A. CNPJ/MF n° 17.875.483/0001-70

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Relatório da Administração: Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A. apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, preparadas de acordo com as normas brasileiras de contabilidade, referentes ao exercício social de 2023. A receita líquida atingiu R$ 20.738 em 2023 e era de R$ 20.284 em 2022. A Companhia apurou um lucro líquido de R$ 858 em 2023, comparado a um lucro líquido de R$ 156 no ano anterior. O lucro decorre, substancialmente, do aumento das receitas financeiras proveniente dos rendimentos de aplicações financeiras e redução das despesas financeiras relativas aos juros de financiamento. Em 31 de dezembro de 2023 o patrimônio líquido era R$ 35.709. Por fim, a Companhia quer registrar seus agradecimentos aos clientes, acionistas, fornecedores, representantes, instituições financeiras e órgãos governamentais pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores pelo empenho e dedicação dispensados. São Paulo, 01 de abril de 2024. A ADMINISTRAÇÃO.

Balanço patrimonial

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	22.880	23.804
Contas a receber	7	489	3.588
Estoques		1.067	696
Tributos a recuperar	8	1.344	1.053
Partes relacionadas	9	134	198
Despesas antecipadas		307	
Outras contas a receber		88	60
Total do ativo circulante		**26.309**	**29.399**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar	8	49	307
Depósitos vinculados a financiamento	10	3.638	3.563
Depósitos judiciais	15	4	3
Tributos diferidos	11	1.053	989
		4.744	**4.862**
Imobilizado	12	101.359	101.806
Intangível		116	128
Total do ativo não circulante		**106.219**	**106.796**
Total do ativo		**132.528**	**136.195**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Fornecedores	13	3.420	1.158
Financiamento	14	53.738	59.454
Partes relacionadas	9	180	398
Tributos a pagar		632	865
Provisão de ressarcimento	15	32.865	26.787
Provisão liminar excludente	15	3.641	3.550
Total do passivo circulante		**94.476**	**92.212**
Não circulante			
Provisão de ressarcimento	15	1.336	8.398
Provisão para desmobilização	15	1.007	734
Total do passivo não circulante		**2.343**	**9.132**
Total do passivo		**96.819**	**101.344**
Patrimônio líquido	16		
Capital social		50.562	50.562
Prejuízos acumulados		(14.853)	(15.711)
Total do patrimônio líquido		**35.709**	**34.851**
Total do passivo e patrimônio líquido		**132.528**	**136.195**

Demonstração do Resultado

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida de vendas	17	20.738	20.284
Custo do serviço de energia elétrica	18	(11.981)	(11.628)
Lucro bruto		**8.757**	**8.656**
Despesas gerais e administrativas	19	(1.763)	(2.039)
Outros ganhos (perdas), líquidos	19	(1.148)	(254)
Lucro operacional		**5.846**	**6.363**
Resultado financeiro	20		
Receitas financeiras		2.917	2.055
Despesas financeiras		(6.433)	(6.930)
		(3.516)	**(4.875)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**2.330**	**1.488**
Imposto de renda e contribuição social	21	(1.472)	(1.332)
Lucro líquido do exercício		**858**	**156**
Lucro líquido básico e diluído atribuível por lote de mil ações - R$	16	**0,017**	**0,003**

Demonstração do resultado abrangente

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	858	156
Outros componentes do resultado abrangente		
Total do resultado abrangente	**858**	**156**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 01 de janeiro de 2022	**45.062**	**(15.867)**	**29.195**
Aumento de capital (nota 19)	5.500		5.500
Lucro líquido do exercício		156	156
Em 31 de dezembro de 2022	**50.562**	**(15.711)**	**34.851**
Lucro líquido do exercício		858	858
Em 31 de dezembro de 2023	**50.562**	**(14.853)**	**35.709**

Demonstração dos fluxos de caixa

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		2.330	1.488
Ajustes de receitas e despesas			
Depreciação e amortização	18	5.163	5.056
Baixa de ativo imobilizado	12	1.589	537
Atualização financeira de provisão de desmobilização	20	93	126
Provisão e atualização financeira de ressarcimento	17 e20	8.050	6.945
Juros, variações monetárias e amortização de custo – financiamento	20	5.089	5.421
Atualização financeira de liminar excludente	20	91	284
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber		3.099	(413)
Estoques		(371)	(64)
Tributos a recuperar		(33)	(203)
Partes relacionadas		(154)	649
Outras contas a receber		(28)	271
Despesas antecipadas		(307)	2
Depósitos judiciais		(1)	(3)
Fornecedores		(278)	35
Provisão de ressarcimento		(9.034)	
Tributos a pagar (i)		(553)	(338)
Caixa gerado proveniente das operações		**14.745**	**19.793**
Juros pagos de financiamentos	14	(4.525)	(4.954)
Imposto de renda e contribuição social pagos (i)		(1.216)	(1.091)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**9.004**	**13.748**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	12	(3.573)	(872)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**(3.573)**	**(872)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de financiamento	14	(6.280)	(6.214)
Depósitos vinculados a financiamento		(75)	(63)
Aumento de capital			5.500
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		**(6.355)**	**(777)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		(924)	12.099
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**23.804**	**11.705**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**22.880**	**23.804**

(i) Em 31 de dezembro de 2022 foi realizada a reclassificação entre as rubricas de tributos a pagar e impostos e contribuição social pagos para a melhor apresentação do saldo comparativo. As transações das atividades de investimento e financiamento que não impactaram caixa estão apresentadas na Nota 23.

Notas explicativas

Informações gerais: Contexto operacional: A Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A. ("Companhia" ou Santo Augusto III) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 2014. A Companhia tem por objeto social: (i) a exploração, em nome próprio ou através da participação em consórcios ou sociedades, de usina de geração de energia elétrica a partir da fonte eólica Ventos de Santo Augusto III, com 29,6 MW de capacidade instalada, localizado no Estado do Piauí, na forma permitida em lei e mediante a obtenção das respectivas concessões e autorizações; (ii) a produção e comercialização de energia elétrica a partir de fonte eólica; e (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal desiderato. A Companhia é controlada pela Chapada do Piauí III Holding S.A. ("Controladora") que detém 100% das ações da Companhia. Em última instância a Companhia é controlada pela KKR Cretaceous Aggregator GP LLC. Em 4 de dezembro de 2015, a ANEEL emitiu, através do Despacho no 3.942, o atestado que as unidades geradoras do parque eólico de Ventos de Santo Augusto III atenderam aos requisitos necessários para entrarem em operação em teste a partir do dia 5 de dezembro de 2015. Em 15 de janeiro de 2016 foi publicado o Despacho nº 103 da ANEEL que libera as unidades geradoras das usinas eólicas Ventos de Santo Augusto V para início da operação comercial em 16 de janeiro de 2016. As atividades da Companhia são reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"). A Companhia possui outorga de geração emitida pelo Ministério de Minas e Energia – MME conforme listado abaixo:

Eólica	Portaria MME	Termino das outorgas
Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.	Portaria nº 342, de 17 de julho de 2014	Julho de 2049

Com contratos de *Power Purchase Agreement* ("PPA") com as seguintes características:

Eólica	Estado	Cidade	Capacidade instalada (MW)	Energia assegurada MWh/Ano	Inicio	Término
Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.	Piauí	Simões	29,60	107.748	Janeiro de 2016	Dezembro de 2036

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 28 de março de 2024.

Diretor: **Daniel Pastro**

Contador: **Cristiano Pavane** - CRC 1SP271178/O-8

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no site: https://publilegal.diariodenoticias.com.br/. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 01 de abril de 2024, sem modificações.

AGROGALAXY

Agrogalaxy Participações S.A.

CNPJ nº 21.240.146/0001-84 - NIRE 35.300.489.543

Ata de Reunião de Conselho de Administração realizada em 28 de março de 2024

1. Data, Hora e Local: No dia 28 de março de 2024, às 09:00 horas, na sede social da **Agrogalaxy Participações S.A.** ("**Companhia**"), localizada na Rua Iguatemi, nº 192, 10º andar, conjuntos 103 e 104, Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01451-010. **2. Convocação:** Dispensada a convocação por estar presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, conforme autorizado pelo Estatuto Social da Companhia. **3. Composição da Mesa:** Presidente: Sebastian Marcos Popik; Secretária: Marina Godoy da Cunha Alves. **4. Ordem do Dia: (i)** Tomar conhecimento sobre a renúncia apresentada pelo Sr. **Benildo Carvalho Teles**, abaixo qualificado, ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração; **(ii)** Tomar conhecimento sobre a renúncia apresentada pelo Sr. **José Maurício Mora Puliti**, abaixo qualificado, ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração; **(iii)** Tomar conhecimento sobre a renúncia apresentada pela Sra. **Tarcila Reis Correa Ursini**, abaixo qualificada, aos cargos de membro independente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Pessoas e membro do Comitê de Sustentabilidade; **(iv)** Retificar a Ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 26 de março de 2024 e divulgada na mesma data; **(v)** Em razão das renúncias apresentadas, recomendar aos acionistas para deliberação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada em 29 de abril de 2024 ("**AGOE**"): (v.i) a alteração do número de membros do Conselho de Administração da Companhia, de 9 (nove) membros para 7 (sete) membros; e (v.ii) a eleição do Sr. **Welles Clovis Pascoal**, abaixo qualificado, ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia; e **(vi)** Autorizar os membros da Diretoria da Companhia a adotar todas as providências necessárias para efetivar as deliberações tomadas nesta ata. **5. Deliberações**: Após discutidas as matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração presentes, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas, deliberaram o quanto segue: **5.1.** Tomar conhecimento do pedido de renúncia apresentado pelo Sr. **Benildo Carvalho Teles**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade nº M-1.398.111, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 294.258.756-34, com endereço profissional na Rua Iguatemi, nº 192, 10º andar, conjuntos 103 e 104, Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01451- 010, do seu cargo de membro efetivo do Conselho de Administração, conforme carta de renúncia arquivada na sede da Companhia, com efeitos a partir da AGOE (29 de abril de 2024). **5.2.** Tomar conhecimento do pedido de renúncia apresentado pelo Sr. **José Maurício Mora Puliti**, brasileiro, divorciado, engenheiro elétrico, portador da carteira de identidade nº 19.388.615-7, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 246.535.668-28, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, n.º 192, conjuntos 103 e 104, no 10º andar do Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, CEP 01451-010, do seu cargo de membro efetivo do Conselho de Administração, conforme carta de renúncia arquivada na sede da Companhia, com efeitos a partir da AGOE (29 de abril de 2024). **5.3.** Tomar conhecimento do pedido de renúncia apresentado pela Sra. **Tarcila Reis Correa Ursini**, brasileira, casada, economista e advogada, portadora da cédula de identidade nº 19.710.137-9, expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 176.122.698-30, com endereço profissional na Rua Iguatemi, nº 192, 10º andar, conjuntos 103 e 104, Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01451- 010, do seus cargos de membro independente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Pessoas e membro do Comitê de Sustentabilidade, conforme carta de renúncia arquivada na sede da Companhia, com efeitos a partir da AGOE (29 de abril de 2024). **5.3.1.** Consignar que, em razão da renúncia acima, os cargos por ela ocupados nos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia permanecerão vagos até que seja convocada reunião do Conselho de Administração para eleição de novo(s) membro(s) para os referidos Comitês, conforme aplicável, após a realização da AGOE. **5.4.** Em razão da existência de erro material identificado na Ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 26 de março de 2024 e divulgada na mesma data, retificar a deliberação nº **5.5** conforme segue: **5.4.1. Onde se lê:** "5.5. Aprovar a convocação da AGOE, para o próximo dia 29 de abril de 2024 às 10:00 horas, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias: (...) (vi) eleição de membro *independente* do Conselho de Administração da Companhia, em mandato unificado com os demais membros, até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024; (...)" **5.4.2. Leia-se:** "5.5. Aprovar a convocação da AGOE, para o próximo dia 29 de abril de 2024 às 10:00 horas, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias: (...) (vi) eleição de membro *efetivo* do Conselho de Administração da Companhia, em mandato unificado com os demais membros, até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024; (...)" **5.5.** Em razão das renúncias apresentadas, recomendar aos acionistas para deliberação na AGOE: **5.5.1.** A alteração do número de membros do Conselho de Administração da Companhia, de 9 (nove) membros para 7 (sete) membros, nos termos do artigo 15 do Estatuto Social da Companhia; e **5.5.2.** A partir da recomendação do Comitê de Pessoas, a aprovação da eleição do Sr. **Welles Clovis Pascoal**, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador da cédula de identidade nº M-1.160.572, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 263.295.496-72, com endereço profissional na Rua Iguatemi, nº 192, 10º andar, conjuntos 103 e 104, Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01451- 010, ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração. **5.6.** Autorizar os membros da Diretoria da Companhia a praticar todos os atos e assinar todo e qualquer documento necessários à implementação das deliberações tomadas na presente reunião. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 28 de março de 2024. Composição da Mesa: Presidente: Sebastian Marcos Popik; Secretária: Marina Godoy da Cunha Alves. Conselheiros presentes: Sebastian Marcos Popik, Tomas Agustin Romero, Larissa Yastrebov Pomerantzeff, José Maurício Mora Puliti, João Fernando Garcia, Benildo Carvalho Teles, Mauricio Luis Luchetti, Tarcila Reis Corrêa Ursini e Eduardo de Almeida Salles Terra. São Paulo, 28 de março de 2024. Mesa: **Sebastian Marcos Popik -** Presidente, **Marina Godoy da Cunha Alves -** Secretária.

AGROGALAXY

Agrogalaxy Participações S.A.

CNPJ nº 21.240.146/0001-84 - NIRE 35.300.489.543

Ata de Reunião de Conselho de Administração realizada em 26 de março de 2024

1. Data, Hora e Local: No dia 26 de março de 2024, às 13:00 horas, na sede social da **Agrogalaxy Participações S.A.** ("**Companhia**"), localizada na Rua Iguatemi, nº 192, 10º andar, conjuntos 103 e 104, Edifício Iguatemi Offices Building, Itaim Bibi, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01451-010. **2. Convocação:** Convocados os membros do Conselho de Administração, na forma do estatuto social da Companhia, sendo registrada a presença da maioria de seus membros. **3. Composição da Mesa:** Presidente: Sebastian Marcos Popik; Secretária: Marina Godoy da Cunha Alves. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** as Demonstrações Financeiras da Companhia contendo as Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório e Parecer dos Auditores Independentes e do Relatório Anual Resumido e Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** o Relatório da Administração e respectivas Contas dos Administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(iii)** a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(iv)** a proposta de remuneração global dos administradores da Companhia referente ao exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2024; **(v)** a convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária para o próximo dia 29 de abril de 2024 às 10:00 horas ("AGOE"), a fim de deliberar sobre as matérias de sua competência; e **(vi)** a autorização aos membros da Diretoria da Companhia a adotar todas as providências necessárias para efetivar as deliberações tomadas nesta ata. **5. Deliberações**: Após discutidas as matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração presentes, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas, deliberaram o quanto segue: **5.1.** Recomendar à AGOE a aprovação das Demonstrações Financeiras da Companhia contendo as Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório e Parecer dos Auditores Independentes e do Relatório Anual Resumido e Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **5.1.1.** As Demonstrações Financeiras da Companhia foram avaliadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, que emitiu parecer sem ressalvas a respeito do documento. Adicionalmente, o Comitê de Auditoria Estatutário manifestou-se favoravelmente à aprovação das referidas demonstrações financeiras. **5.2.** Recomendar à AGOE a aprovação do Relatório da Administração e respectivas Contas dos Administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **5.3.** Recomendar à AGOE, em virtude do resultado negativo da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a aprovação da destinação do prejuízo no valor de R$ 374.134.696,36 (trezentos e setenta e quatro milhões, cento e trinta e quatro mil, seiscentos e noventa e seis reais e trinta e seis centavos), da seguinte forma: a) R$ 12.961.430,31 (doze milhões, novecentos e sessenta e um mil, quatrocentos e trinta reais e trinta e um centavos) a serem absorvidos pela reserva legal; b) R$ 206.446.739,97 (duzentos e seis milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, setecentos e trinta e nove reais e noventa e sete centavos) a serem absorvidos pela reserva de investimentos; e c) R$ 154.726.526,08 (cento e cinquenta e quatro milhões, setecentos e vinte e seis mil, quinhentos e vinte e seis reais e oito centavos) destinados a conta de prejuízos acumulados. **5.3.1.** A proposta de destinação de resultados foi avaliada pelo Comitê Financeiro, que se manifestou favoravelmente, nos termos de seu Regimento Interno. **5.4.** Recomendar à AGOE a aprovação da remuneração global dos administradores da Companhia referente ao exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2024 no montante de R$ 14.843.521,00 (quatorze milhões, oitocentos e quarenta e três mil, quinhentos e vinte e um reais). **5.4.1.** A proposta de remuneração global dos administradores da Companhia foi avaliada pelo Comitê de Pessoas, que se manifestou favoravelmente, nos termos de seu Regimento Interno. **5.5.** Aprovar a convocação da AGOE, para o próximo dia 29 de abril de 2024 às 10:00 horas, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias: (i) exame, discussão e deliberação acerca das Demonstrações Financeiras da Companhia contendo as Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório e Parecer dos Auditores Independentes e do Relatório Anual Resumido e Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) exame, discussão e deliberação acerca do Relatório da Administração e respectivas Contas dos Administradores referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (iii) Aprovação da destinação do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (iv) aprovação da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2024; (v) alteração do número de membros e ratificação da composição do Conselho de Administração da Companhia; (vi) eleição de membro independente do Conselho de Administração da Companhia, em mandato unificado com os demais membros, até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024; (vii) aprovação da criação do Plano de Incentivos Baseados em Ações da Companhia; e (viii) reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia a fim de refletir as disposições da Lei das S.A. em seu artigo 31. **5.6.** Autorizar os membros da Diretoria da Companhia a praticar todos os atos e assinar todo e qualquer documento necessários à implementação das deliberações tomadas na presente reunião. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 26 de março de 2024. Composição da Mesa: Presidente: Sebastian Marcos Popik; Secretária: Marina Godoy da Cunha Alves. Conselheiros presentes: Sebastian Marcos Popik, Tomas Agustin Romero, Larissa Yastrebov Pomerantzeff, Benildo Carvalho Teles, João Fernando Garcia, Mauricio Luis Luchetti, Tarcila Reis Corrêa Ursini e Eduardo de Almeida Salles Terra. Certifico que a presente confere com o original lavrado no livro próprio. São Paulo, 26 de março de 2024. Mesa: **Sebastian Marcos Popik -** Presidente, **Marina Godoy da Cunha Alves -** Secretária.

Prefeitura Municipal de Limeira

EDITAL: 43/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 69.343/2023
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2024
OBJETO: AQUISIÇÃO DE COLPOSCÓPIO BINOCULAR, PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE COLPOSCÓPIO.
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 29/04/2024 às 09:30 horas.

EDITAL: 44/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 10.981/2024
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2024
OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TESTE RÁPIDO EM CASSETE PARA DETECÇÃO QUALITATIVA DE ANTÍGENO SARS-COV-2 EM SECREÇÃO NASAL.
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 29/04/2024 às 09:30 horas.

EDITAL: 45/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 63.851/2023
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2024
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE COMBATE E SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO NA UNIDADE ESCOLAR CEIEF RAFAEL AFFONSO LEITE.
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 30/04/2024 às 09:30 horas.

EDITAL: 46/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 63.849/2023
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2024
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE COMBATE E SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO NA UNIDADE ESCOLAR EMEI THERESA VERONESI D' ANDREA UNIDADE I - SITUADA NA RUA MANOEL RATO, 25 - PARQUE NOVO MUNDO - LIMEIRA SP.
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 03/05/2024 às 09:30 horas.

EDITAL: 47/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 61.986/2023
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2024
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ADEQUAÇÕES DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DA EMEIEF CRESO ASSUMPÇÃO COIMBRA.
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 02/05/2024 às 09:30 horas.

Edital e seus anexos poderão ser adquiridos sem custo no site da Prefeitura Municipal de Limeira: www.limeira.sp.gov.br ou mediante a gravação em mídia, desta forma o interessado deve comparecer com mídia gravável no Departamento de Gestão de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Limeira, no horário das 9h00 às 16h00, de segunda a sexta-feira, na Rua Dr. Alberto Ferreira, nº 179 – Centro ou ainda mediante o recolhimento da taxa de R$ 0,37 (trinta e sete centavos) por folha de acordo com o Decreto Municipal nº 337 de 27 de dezembro de 2023.

Limeira, 01 de abril de 2024
Departamento de Gestão de Suprimentos

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Chapada do Piauí III Holding S.A. CNPJ/MF nº 21.345.407/0001-20

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Relatório da Administração: Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração Chapada do Piauí III Holding S.A. apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia e suas controladas ("Grupo"), preparadas de acordo com as normas brasileiras de contabilidade, referentes ao exercício social de 2023. A receita líquida atingiu R$ 41.082 em 2023 e era de R$ 39.430 em 2022. A Companhia apurou um lucro líquido de R$ 3.907 em 2023, comparado a um lucro líquido de R$ 327 no ano anterior. O lucro decorre, substancialmente, do aumento das receitas financeiras proveniente dos rendimentos de aplicações financeiras e redução das despesas financeiras relativas aos juros de financiamentos. Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio líquido era R$ 74.107. Por fim, a Companhia quer registrar seus agradecimentos aos clientes, acionistas, fornecedores, representantes, instituições financeiras e órgãos governamentais pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores, pelo empenho e dedicação dispensados. São Paulo, 01 de abril de 2024. A ADMINISTRAÇÃO

Balanços patrimoniais

Ativo	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	1		52.847	50.807
Contas a receber	7			966	7.031
Estoques				1.440	999
Tributos a recuperar	8			2.691	2.150
Partes relacionadas	9				79
Despesas antecipadas				622	6
Outras contas a receber				169	170
Total do ativo circulante		1		58.735	61.242
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Tributos a recuperar	8			94	602
Depósitos vinculados aos financiamentos	10			7.238	7.110
Depósitos judiciais	17			26	19
Tributos diferidos	11			2.090	1.973
				9.448	9.704
Investimentos	12	74.321	70.428		
Imobilizado	13			195.183	200.023
Intangível	14			307	339
Total do ativo não circulante		74.321	70.428	204.938	210.066
Total do ativo		**74.322**	**70.428**	**263.673**	**271.308**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Circulante					
Fornecedores	15		7	4.322	1.768
Financiamentos	16			106.729	118.081
Partes relacionadas	9	215	215	503	930
Tributos a pagar				962	1.664
Provisão de ressarcimento	17			65.269	53.683
Provisão de liminar excludente	17			7.187	7.005
Outras contas a pagar			6		6
Total do passivo circulante		215	228	184.972	183.137
Não circulante					
Provisão de ressarcimento	17			2.581	16.503
Provisão para desmobilização	17			2.013	1.468
Total do passivo não circulante				4.594	17.971
Total do passivo		215	228	189.566	201.108
Patrimônio líquido	18				
Capital social		100.968	100.968	100.968	100.968
Prejuízos acumulados		(26.861)	(30.768)	(26.861)	(30.768)
Total do patrimônio líquido		74.107	70.200	74.107	70.200
Total do passivo e patrimônio líquido		**74.322**	**70.428**	**263.673**	**271.308**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social Subscrito	Capital social (-)a integralizar	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 01 de janeiro de 2022	**89.968**		**(31.095)**	**58.873**
Lucro líquido do exercício			327	327
Aumento de capital	11.000			11.000
Em 31 de dezembro de 2022	**100.968**		**(30.768)**	**70.200**
Lucro líquido do exercício			3.907	3.907
Aumento de capital (nota18)	11.000	(11.000)		
Em 31 de dezembro de 2023	**111.968**	**(11.000)**	**(26.861)**	**74.107**

Demonstração do Resultado

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Receita líquida de vendas	19			41.082	39.430
Custo do serviço de energia elétrica	20			(22.997)	(22.370)
Lucro bruto				**18.085**	**17.060**
Despesas gerais e administrativas	21	(12)	(93)	(3.639)	(4.229)
Resultado com participações societárias	12	3.893	443		
Outros ganhos (perdas), líquidos	21	29		(1.077)	(436)
Lucro operacional		**3.910**	**350**	**13.369**	**12.395**
Resultado financeiro	22				
Receitas financeiras				6.499	4.643
Despesas financeiras			(12)	(12.778)	(13.897)
			(12)	**(6.279)**	**(9.254)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**3.910**	**338**	**7.090**	**3.141**
Imposto de renda e contribuição social	23	(3)	(11)	(3.183)	(2.814)
Lucro líquido do exercício		**3.907**	**327**	**3.907**	**327**
Lucro líquido básico e diluído atribuível por lote de mil ações - R$	18			**0,035**	**0,003**

Demonstração do resultado abrangente

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Lucro líquido do exercício	3.907	327	3.907	327
Outros componentes do resultado abrangente				
Total do resultado abrangente	**3.907**	**327**	**3.907**	**327**

Demonstração dos fluxos de caixa

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		3.910	338	7.090	3.141
Ajustes de receitas e despesas					
Depreciação e amortização	20		2	10.195	9.915
Baixa de ativo imobilizado	13			1.902	736
Resultado com participações societárias	12	(3.893)	(443)		
Atualização financeira de provisão de desmobilização	22			185	255
Provisão e atualização financeira de ressarcimento	19 e 22			15.338	14.019
Juros, variações monetárias e amortização de custo – financiamentos	22			10.125	10.787
Atualização financeira de liminar excludente de responsabilidade	22			182	561
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber				6.065	(817)
Estoques				(441)	(55)
Tributos a recuperar				(33)	(352)
Partes relacionadas			144	(348)	1.176
Outras contas a receber				1	413
Outras contas a pagar		(6)		(6)	
Despesas antecipadas				(616)	1
Depósitos judiciais				(7)	(12)
Fornecedores		(7)	1	14	(342)
Provisão de ressarcimento				(17.674)	
Tributos e obrigações trabalhistas a pagar		(3)	(42)	(1.533)	(783)
Caixa gerado nas operações		**1**		**30.439**	**38.643**
Juros pagos de financiamentos	22			(9.004)	(10.013)
Imposto de renda e contribuição social pagos				(2.469)	(2.213)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**1**		**18.966**	**26.417**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Investimentos em controladas			(11.000)		
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	13			(4.325)	(1.565)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos			**(11.000)**	**(4.325)**	**(1.565)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Pagamento de financiamentos	16			(12.473)	(12.187)
Depósitos vinculados a financiamentos				(128)	(142)
Aumento de capital			(11.000)		11.000
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos			**11.000**	**(12.601)**	**(1.329)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		1		2.040	23.523
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício				**50.807**	**27.284**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**1**		**52.847**	**50.807**

As transações das atividades de investimento e financiamentos que não impactaram caixa estão apresentadas na Nota 25.

Notas explicativas

1. Informações gerais: 1.1Contexto operacional: A Chapada do Piauí III Holding S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), tem sede na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo. A Companhia tem por objeto social participar, como sócia ou acionista, do capital de outras sociedades ou empreendimento cujos objetos sociais sejam relacionados a geração e comercialização de energia elétrica, bem como apoiar e monitorar o desempenho das empresas cujo capital participar, em especial no que se refere à estruturação, desenvolvimento, implantação e exploração de empreendimentos de energia elétrica por fonte eólica. A acionista atual da Companhia é a Contour Global do Brasil Holding Ltda. (controladora), com participação de 100% das ações. Em última instância o Grupo é controlado pela KKR Cretaceous Aggregator GP LLC. As atividades da Companhia e suas controladas (conjuntamente, "Grupo") são reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"). O Grupo possui outorga de geração emitida pelo Ministério de Minas e Energia – MME conforme listado abaixo:

SPE	Portaria MME	Término das outorgas
Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.	Portaria nº 342, de 17 de julho de 2014	Julho de 2049
Ventos de Santo Augusto V Energias Renováveis S.A.	Portaria nº 341, de 17 de julho de 2014	Julho de 2049

Com contratos de PPA (*Power Purchase Agreement*) com as seguintes características:

Eólica	Estado	Cidade	Capacidade instalada (MW)	Energia assegurada MWh/Ano	Inicio	Término
Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.	Piauí	Simões	29,60	107.748	Janeiro de 2016	Dezembro de 2036
Ventos de Santo Augusto V Energias Renováveis S.A.	Piauí	Simões	29,60	101.616	Janeiro de 2016	Dezembro de 2036
			59,20	**209.364**		

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela administração da Companhia em 01 de abril de 2024. **1.2 Situação financeira:**

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Total do ativo circulante	1		58.735	61.242
(-) Total do passivo circulante	(215)	(228)	(184.972)	(183.137)
Capital circulante líquido	**(214)**	**(228)**	**(126.237)**	**(121.895)**

O capital circulante líquido negativo apresentado no balanço em 31 de dezembro de 2023, decorre substancialmente do passivo circulante dos financiamentos e provisões de ressarcimento. Apesar do valor calculado como Capital Circulante Líquido, as projeções de fluxo de caixa para os próximos 12 meses indicam que o Grupo terá condições de honrar suas obrigações de curto prazo desconsiderando um eventual vencimento antecipado das dívidas. Desde outubro de 2023 foi retomada a cobrança dos ressarcimentos que estavam suspensos pela ANEEL por força do despacho nº 2.303/2019 (nota 1.3 (a)), e o pagamento dessas parcelas dos ressarcimentos implicam em um impacto de caixa adicional, já considerado nas projeções de fluxo de caixa do Grupo. Cabe salientar que em 31 de dezembro de 2023 as Controladas não atingiram o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") de 1,20 exigido no contrato de financiamentos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"). O saldo devedor do BNDES foi integralmente classificado no passivo circulante em 2022, conforme detalhado na nota explicativa 16. Considerando o descumprimento do ICSD mínimo e a possibilidade das dívidas terem seu vencimento antecipado exigido, o valor total dos financiamentos segue classificado no passivo circulante. Em 4 de dezembro de 2023 foi celebrado um contrato de compra e venda de quotas que resultará na alienação total, de forma indireta, da participação societária detida pela Contour Global do Brasil Holding Ltda. no capital social do Grupo. Após a conclusão da operação, sujeita a condições precedentes usuais às transações dessa natureza, o Grupo passará a ser controlado pela Infraestrutura Brasil Holding XX S.A., empresa controlada por fundos geridos pelo Pátria Investimentos. Mediante os fatos apresentados, o Grupo está com tratativas em andamento junto ao BNDES, entre outros assuntos, sobre troca de controle indireto da Companhia, não atingimento do ICSD e eventuais aportes de capital necessários. **1.4 Principais eventos ocorridos no exercício de 2023: (a) Pagamento de ressarcimento:** Em 2023, seguindo o cronograma de liquidação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), o Grupo pagou o valor de R$ 11.929 que se refere a parte do saldo da conta de ressarcimento ("Conta Ressarcimento") que reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos nos seus Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado ("CCEAR") e que havia sido suspensa pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") por força do despacho nº 2.303/2019. **(b) Contrato de compra e venda da Companhia:** Em 04 de dezembro de 2023, a ContourGlobal Terra 3 S.à.R.L. ("Terra 3"), sócia controladora da ContourGlobal do Brasil Holding Ltda. ("ContourGlobal") que por sua vez é acionista controladora direta da Companhia, celebrou contrato de compra e venda de quotas com a Infraestrutura Brasil Holding XX S.A., empresa controlada por fundos geridos pelo Pátria Investimentos, para a alienação da totalidade do capital social da ContourGlobal e, de forma indireta, da totalidade da participação societária detida pela ContourGlobal nos capitais sociais de suas subsidiárias, que incluem a Companhia. A conclusão da operação está sujeita à verificação ou renúncia de condições precedentes usuais para transações dessa natureza, incluindo a obtenção das aprovações do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e do BNDES. **2. Demonstrações financeiras individuais e consolidadas: 2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas juntamente com suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão condizentes com as utilizadas pela administração em sua gestão. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis materiais do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3. Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais do Grupo. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar, sob esse aspecto, ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível os acionistas da Controladora. **2.1.1 Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: **CPC 26(R1) - Divulgação de políticas contábeis:** alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. **CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. **CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. **CPC 32 – Tributos sobre o Lucro:** em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "GloBE effective tax rate" ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para o Grupo, exceto pelas alterações em relação às alterações do CPC 26 (R1) sobre a definição e identificação de políticas contábeis materiais. **2.1.2 Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia: CPC 26(R1) e CPC40** - **Acordos de Financiamento de Fornecedores** - As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. **CPC 06(R2)** - **Passivo de arrendamento em uma transação de *"Sale and Leaseback"*** - a alteração traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação. **CPC 26 (R1)** - Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante e Passivo Não Circulante com Covenants. O Grupo não espera impactos significativos em suas demonstrações financeiras em relação as normas supracitas. As alterações serão aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2024. **2.1.3 Consolidação:** A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As empresas controladas incluídas na consolidação estão relacionadas abaixo. **Controladas:** As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle, abaixo a relação das controladas nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022.

Controladas	Localização	Atividade principal
Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.	Simões - PI	Geração de energia elétrica
Ventos de Santo Augusto V Energias Renováveis S.A.	Simões - PI	Geração de energia elétrica

2.2 Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Grupo atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional do Grupo e, também, a moeda de apresentação do Grupo. **(b) Transações e saldos:** Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, o Grupo não possuía saldos em aberto de ativos e passivos mensurados em moedas estrangeiras. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas do Grupo não apresentam riscos significativos, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período. **(a) Provisão de ressarcimento sobre a receita:** No momento, identificamos que as áreas sujeitas a estimativas e premissas contábeis críticas estão relacionados ao contrato de venda de energia proveniente de novos empreendimentos. Suas premissas e estimativas estão coerentes com as faixas para apuração da receita, cujos limites operacionais contratuais aceitáveis, sem cobrança de penalidades ou recebimentos de bônus, estão em faixas que variam em percentuais da energia contratada conforme cada ano contratual e quadriênio (nota 17 (b)). **(b) Provisão de desmobilização:** Os valores da provisão de desmobilização, no consolidado, são contabilizados com base em estimativa do custo total de desmontagem das plantas ajustadas ao valor presente das controladas da Companhia (nota 17 (a)). **4. Gestão de risco: 4.1 Fatores de risco financeiro:** Os principais passivos financeiros do Grupo referem-se ao saldo de financiamentos relacionados à construção do Complexo Eólico Chapada III e à Conta Ressarcimento. O Grupo possui como ativos financeiros: saldos em caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, partes relacionadas, depósitos vinculados aos financiamentos e outras contas a receber. As atividades do Grupo a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros praticados no mercado, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. O Grupo não tem utilizado instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela área financeira, seguindo as políticas do Grupo. A área financeira identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros em cooperação com a administração. É política não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos. O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Administração do Grupo gerencia sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado – Variação monetária	Financiamentos de longo prazo com taxas variáveis (TJLP)	Análise de sensibilidade	Projeção do serviço da dívida Cenários de rating de crédito (cenários de estresse)
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes	Análise de vencimento Avaliações de crédito	Banco de primeira linha Monitoramento dos limites de crédito e *ratings*
Risco de liquidez	Financiamentos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

(a) Risco de mercado: (i) Risco cambial: O Grupo não está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de moedas estrangeiras, já que não possui saldos em aberto em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 de ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras. **(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros praticados no mercado:** Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas. O Grupo mantém contratos de financiamentos remunerados a uma taxa de juros de 2,18% a.a. acima da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"). Com essa exposição o Grupo está sujeito às variações que representam ao Grupo um risco de fluxo de caixa. Em relação à taxa fixa, o Grupo está exposto ao risco relacionado com as taxas de juros praticadas no mercado. Com o objetivo de administrar a liquidez em moeda nacional, o Grupo atualiza os controles de exposição à taxa de juros e avalia a necessidade de cobertura ou não do risco de acordo com as perspectivas macroeconômicas. Com base nesses estudos, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros. Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 o Grupo não possuía contratos de derivativos ou de swap de taxa de juros. **(b) Risco de crédito:** O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, assim como de exposição de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Os investimentos relacionados à caixa só podem ser feitos em instituições com fundos que apresentem no mínimo um rating de crédito BB- pela agência *S&P Global Ratings*, com liquidez diária e classificados como baixo risco segundo o mercado local. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência nos seus ativos financeiros com instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 não existiam aplicações financeiras com saldos vencidos ou *impaired* e a totalidade dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de ativos financeiros estão aplicados em instituições consideradas de primeira linha pela administração. As atividades operacionais do Grupo são reguladas pela ANEEL, órgão regulador do setor de Energia Elétrica do Brasil. As receitas provenientes das operações possuem contratos de longo prazo de geração de energia, tendo como clientes diversas distribuidoras, diminuindo assim a exposição de risco de crédito. **(c) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de tesouraria, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A tesouraria investe o excesso de caixa em Certificados de Depósito Bancário ("CDBs"), escolhendo instrumentos com baixo nível de risco, com vencimentos apropriados, com liquidez diária, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do balanço, o Grupo mantinha CDBs e caixa disponível na controladora de R$ 1 e no consolidado de R$ 52.847 (R$ 50.807 em 31 de dezembro de 2022). Tal saldo, com liquidez diária, pode ser prontamente acessado na gestão do risco de liquidez, caso necessário. Cabe salientar que em 31 de dezembro de 2023 as Controladas não atingiram o ICSD exigido no contrato de financiamentos junto ao BNDES, que é de 1,20x. Nesse sentido, até que a Companhia obtenha junto ao BNDES a dispensa do cumprimento desta obrigação, o credor poderá exigir vencimento antecipado do saldo da sua dívida. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

Controladora

	Vencimentos (i) 12 meses	13 a 24 meses	25 a 60 meses	Acima de 61 meses	Total
Em 31 de dezembro de 2023					
Partes relacionadas	215				215
Em 31 de dezembro de 2022					
Fornecedores	7				7
Partes relacionadas	215				215

Consolidado

	Vencimentos (i) 12 meses	13 a 24 meses	25 a 60 meses	Acima de 61 meses	Total
Em 31 de dezembro de 2023					
Fornecedores	4.322				4.322
Financiamentos (ii)	20.620	19.555	52.737	50.134	143.046
Partes relacionadas	503				503
Provisão liminar excludente	7.187				7.187
Provisão de ressarcimento	65.269	2.466	115		67.850
Em 31 de dezembro de 2022					
Fornecedores	1.768				1.768
Financiamentos (ii)	21.354	20.407	55.130	66.033	162.924
Partes relacionadas	930				930
Provisão liminar excludente	7.005				7.005
Provisão de ressarcimento	53.683	16.098	405		70.186

(i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas nos vencimentos contratuais remanescentes. (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da administração. Ressaltamos ainda que os financiamentos foi considerado os vencimentos originais do contrato, que difere da classificação realizada no balanço, cuja transação foi reclassificada para o passivo circulante (nota 16). Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para financiamentos. O Grupo adotou a premissa de não considerar os efeitos de atualizações monetárias baseadas em projeções macroeconômicas futuras para elaboração dos fluxos de caixa não descontados das rubricas de fornecedores, partes relacionadas, provisão de ressarcimento, provisão liminar excludente. A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação. **(d) Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro do Grupo. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade das informações utilizadas como base para a preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados do Grupo em função das variações do TJLP. A Companhia realiza análise de sensibilidade do principal risco ao qual os seus financiamentos está exposto, representado pela variação do TJLP que corrige monetariamente o saldo das debêntures. Para verificar a sensibilidade dessa correção monetária na data-base 31 de dezembro de 2023, foram definidos cinco cenários diferentes. O cenário I (provável) considera o cenário esperado de variação do TJLP para os próximos 12 meses a partir de 31 de dezembro de 2023, tendo como base a taxa futura de TJLP a média observada nos bancos Itaú e Santander, sobre o saldo em aberto da dívida é aplicada a diferença esperada de (0,29)% entre o TJLP realizado do ano 2023 no valor de 6,55% e o TJLP esperado para 31 de dezembro de 2024 no valor de 6,26%. Os demais cenários sensibilizam a variação calculada aplicando variações de mais 25% e 50% e menos 25% e 50% sobre a variação esperada.

Operação	Saldo em exposição	Impacto provável no resultado	Cenário +25%	Cenário +50%	Cenário (-) 25%	Cenário (-) 50%
Financiamentos – Juros TJLP	106.729	(304)	(380)	(456)	380	456

4.2 Gestão de capital: Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas tem de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas. Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos (incluindo financiamentos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados aos financiamentos. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 podem ser assim sumarizados:

	Nota	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Total dos financiamentos	16	106.729	118.081
(-) Caixa e equivalentes de caixa	6	(52.847)	(50.807)
(-) Depósitos vinculados a financiamentos	10	(7.238)	(7.110)
Dívida líquida		**46.644**	**60.164**
Total do patrimônio líquido	18	74.107	70.200
Total do capital (patrimônio líquido e dívida líquida)		**120.751**	**130.364**
Índice de alavancagem financeira - %		**39%**	**46%**

4.3 Outros riscos considerados relevantes: (a) Risco regulatório: As atividades do Grupo, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo. **(b) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil:** Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos no Grupo. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. **(c) Mudanças climáticas:** Os parques eólicos do Grupo, por essência, já são grandes contribuintes para a redução das emissões dos Gases de Efeito Estufa (GEE), que são os principais causadores do aquecimento global e das mudanças climáticas. Ao gerar energia por fonte renovável, ou seja, sem a queima de combustíveis fósseis, o Grupo não só fornece energia limpa para o crescimento econômico do país, como contribui para que o Brasil seja cada vez menos dependente do petróleo. Em se tratando das consequências das mudanças climáticas e possíveis impactos sobre os negócios do Grupo, os principais riscos operacionais para os negócios são: incêndio, explosão, interrupção de operação e danos naturais. Entretanto, não foram identificados riscos climáticos relevantes, exceto pela variação do recurso eólico que impacta na geração de energia. O Grupo monitora constantemente e atualiza seus estudos de recurso eólico para avaliar eventuais impactos em sua produção de energia futura. **(d) Riscos de liquidação dos financiamentos e ressarcimentos:** O parque eólico de Chapada do Piauí III não tem gerado energia suficiente para atingir os volumes acordados em seus respectivos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado ("CCEAR") e, portanto, tem-se observado a quebra dos *covenants* devido ao não atingimento do ICSD definido nos contratos de financiamentos com o BNDES (nota 16), desde a operacionalização dos projetos, exigindo anualmente a liberação de *waiver* por parte do referido credor. Em 2023 a CCEE retomou o desconto dos valores da Conta Ressarcimento relativos aos CCEAR, cujo montante estimado para os próximos 12 meses é de R$ 65.269 impactando assim uma redução significativa nos recebimentos provenientes dos CCEAR no referido período. Dessa forma, estimamos que o Grupo necessitará de um reforço de caixa para cumprir com o serviço da dívida contratada junto ao BNDES. **5. Instrumentos financeiros por categoria: (a) Ativos financeiros:** As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou quando recebidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. O Grupo avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro esteja registrado com valor acima de seu valor recuperável (*impairment*) e, quando esta situação é identificada, uma provisão é reconhecida na demonstração do resultado. **Classificação, reconhecimento e mensuração:** O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de ativos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros ao custo amortizado, conforme definição abaixo: **(i) Ativos financeiros ao custo amortizado:** Os ativos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros ao custo amortizado do Grupo compreendem: "Caixa e equivalentes de caixa", "Contas a receber", "Partes relacionadas" "Depósitos vinculados aos financiamentos" e "Outras contas a receber".

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
Caixa e equivalentes de caixa	6	1		52.847	50.807
Contas a receber	7			966	7.031
Partes relacionadas	9				79
Depósitos vinculados aos financiamentos	10			7.238	7.110
Outras contas a receber				169	170
Ao custo amortizado		**1**		**61.220**	**65.197**

(ii) Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(iii) *Impairment* de ativos financeiros: Ativos mensurados ao custo amortizado:** O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 o Grupo não identificou evidências de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos financeiros. **(b) Passivos financeiros ao custo amortizado:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Passivo, conforme o balanço patrimonial					
Financiamentos	16			106.729	118.081
Partes relacionadas	9	215	215	503	930
Fornecedores	15		7	4.322	1.768
Provisão de ressarcimento	17			67.850	70.186
Provisão de liminar excludente	17			7.187	7.005
Outras contas a pagar			6		6
Ao custo amortizado		**215**	**228**	**186.591**	**197.976**

As obrigações decorrentes da legislação estão excluídas do saldo de fornecedores e outras obrigações, uma vez que essa análise é exigida somente para instrumentos financeiros. Não houve mudança na classificação dos passivos financeiros entre os métodos de avaliação em 31 de dezembro de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O valor justo da parte dos financiamentos classificado no circulante não difere significativamente do seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é relevante, considerando os valores principais de financiamentos. **6. Caixa e equivalentes de caixa: Política contábil:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários à vista e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

Composição

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Recursos em banco e em caixa	1		11.506	4.157
Recursos em aplicações financeiras			41.341	46.650
	1		**52.847**	**50.807**

As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2023 referiam-se a operações compromissadas com CDBs atrelados à taxa DI (depósito interbancário), remunerados à uma taxa média de 99% (99% em 2022) do CDI, com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de valor. **7. Contas a receber: Política contábil:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD"). A administração efetua análise criteriosa no contas a receber de clientes e de acordo com a abordagem simplificada. Quando necessário, é constituída uma PECLD para cobrir eventuais perdas desses ativos em sua realização. As controladas avaliaram seus históricos de recebimentos e identificaram que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

Composição

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Contas a receber de clientes	966	7.031
	966	**7.031**

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
A vencer	966	6.744
Vencidos de 1 a 30 dias		287
	966	**7.031**

8. Tributos a recuperar: Política contábil: Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial do Grupo os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação. Os tributos a recuperar compõem-se, preponderantemente por: IRRF, PIS e COFINS sobre ressarcimento.

Composição

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Circulante		
IRRF sobre aplicações financeiras	235	348
PIS/COFINS sobre ressarcimento (i)	2.382	1.735
ICMS a Recuperar	11	
Outros (ii)	63	67
	2.691	**2.150**
Não Circulante		
PIS/COFINS sobre ressarcimento (i)	94	602
	94	**602**
	2.785	**2.752**

(i) PIS, COFINS, sobre provisão de ressarcimento que representa a quantidade de energia faturada, mas não gerada no ambiente dos contratos de venda de energia valorado pelo preço dos contratos. **(ii)** Composto principalmente por retenção de PIS, COFINS, ISS e IR retidos na fonte. **9. Partes relacionadas: Política contábil:** As transações com partes relacionadas são realizadas entre as empresas do Grupo, coligadas, controladas e acionistas. As operações seguem condições comutativas, observando-se as práticas usuais de mercado e, portanto, não originam quaisquer benefícios ou prejuízos indevidos às partes envolvidas. No curso normal das operações, o Grupo realiza contratos com partes relacionadas (coligadas, controladas e acionistas), relativos às transações apresentadas no quadro a seguir.

Empresas	Natureza	Controladora 31/12/2023 Passivo circulante	Controladora 31/12/2022 Passivo circulante
Contour Global do Brasil Holding Ltda.	Custo compartilhado	144	144
Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.	Custo compartilhado	71	71
		215	**215**
Total		**215**	**215**

Controladora

Movimentação	Ativo circulante – Natureza Custo compartilhado	Ativo circulante – Total	Passivo circulante – Natureza Custo compartilhado	Passivo circulante – Total
Saldo em 01/01/2022	**193**	**193**	**264**	**264**
Resultado			3	3
Liquidação	(193)	(193)	(52)	(52)
Saldo em 31/12/2022			**215**	**215**
Resultado	430	430		
Liquidação	(430)	(430)		
Saldo em 31/12/2023			**215**	**215**

Empresas	Natureza	Consolidado 31/12/2023 Passivo circulante	Consolidado 31/12/2023 Ativo circulante	Consolidado 31/12/2022 Passivo circulante
Contour Global do Brasil Holding Ltda.	Custo compartilhado	326		870
Ventos de Santa Joana XV Energias Renováveis S.A.	Custo compartilhado	177		60
Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A.	Custo compartilhado		16	
Asa Branca V Energias Renováveis S. A.	Custo compartilhado		63	
		503	**79**	**930**
Total		**503**	**79**	**930**

Consolidado

Movimentação	Ativo circulante – Natureza Custo compartilhado	Ativo circulante – Natureza Contas a receber	Ativo circulante – Total	Passivo circulante – Natureza Custo compartilhado	Passivo circulante – Natureza Contas a pagar	Passivo circulante – Total
Saldo em 01/01/2022	**908**	**3**	**911**	**503**	**83**	**586**
Ingresso				2.565		2.565
Resultado	346		346	1.548		1.548
Liquidação	(1.175)	(3)	(1.178)	(3.686)	(83)	(3.769)
Saldo em 31/12/2022	**79**		**79**	**930**		**930**
Ingresso				2.248		2.248
Resultado	14		14	978		978
Liquidação	(93)		(93)	(3.653)		(3.653)
Saldo em 31/12/2023				**503**		**503**

Empresas	Natureza	Consolidado 31/12/2023 Resultado	Consolidado 31/12/2022 Resultado
Contour Global do Brasil Holding Ltda.	Custo compartilhado	(2.248)	(2.566)
Ventos de Santa Joana XV Energias Renováveis S.A.	Custo compartilhado		1
		(2.248)	**(2.565)**

Compartilhamento de custos e despesas: Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 o Grupo mantinha contratos de compartilhamentos de custos com partes relacionadas, a saber: **(a) Compartilhamento de custos e despesas complexo de Chapadas:** O Grupo mantém contrato de compartilhamento de custos e despesas entre as empresas do complexo de Chapada do Piauí I, Chapada do Piauí II e Chapada do Piauí III, o qual tem por objeto compartilhar entre as empresas custos e despesas que venham a incorrer na operação e manutenção dos parques eólicos e que tragam benefícios para as partes envolvidas. O rateio é realizado com base na potência instalada de cada usina. **(b) Compartilhamento de despesas do escritório de São Paulo:** O Grupo mantém contrato de compartilhamento de despesas com a Contour Global do Brasil Holding Ltda., com objetivo compartilhar, substancialmente, despesas com pessoal, despesas gerais e administrativas e tecnologia da informação, as quais são repassadas ao Grupo com base em critério de rateio definido em contrato firmado entre as partes. **(c) Compartilhamento de custos e despesas Centro de Inteligência:** Além dos contratos de compartilhamento de custos supracitados, o Grupo mantém contrato referente aos custos do centro de inteligência, com a Contour Global do Brasil Holding Ltda. O centro de inteligência de Natal – RN monitora as operações das usinas eólicas do Grupo Contour Global no Brasil, nesse sentido, os custos incorridos nessa filial, são compartilhados de acordo com a potência instalada das usinas beneficiadas. **Remuneração do pessoal chave da administração:** A Companhia mantém política de remuneração de alta administração. Tais remunerações totalizaram R$ 304 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 1.008 em 31 de dezembro de 2022). **10. Depósitos vinculados aos financiamentos:** Os Depósitos vinculados exigidos pelo contrato de financiamentos são compostos pelas contas reservas mencionadas abaixo: **(a)** "Conta Reserva do Serviço da Dívida": Conta corrente de titularidade das controladas , não movimentável, constituída em benefício do BNDES, para as quais será transferido das contas centralizadoras, até o último dia da carência, o valor necessário para perfazer o saldo correspondente a 3 (três) vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, no caso de conta constituída em benefício do BNDES, entendendo-se por prestação do serviço da dívida como a soma da amortização do principal e dos acessórios da dívida decorrentes do referido contrato.

Composição

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.	3.130	2.700
Ventos de Santo Augusto V Energias Renováveis S.A.	3.092	2.683
	6.222	**5.383**

(b) "Conta Reserva de O&M": Conta corrente de titularidade das controladas não movimentável, cujo saldo deverá perfazer o montante equivalente a ¼ (um quarto) do valor anual de pagamentos que incumba cada uma das SPEs em decorrência dos respectivos contratos de O&M, devendo providenciar-se, a cada 31 de dezembro, para que o saldo corresponda a ¼ (um quarto) do valor de pagamentos previstos para o ano subsequente.

Composição

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.	508	863
Ventos de Santo Augusto V Energias Renováveis S.A.	508	864
	1.016	**1.727**

Os montantes das contas supracitadas são aplicados em fundos de investimentos pelo banco administrador. A posição do Grupo em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 7.238 (R$ 7.110 em 31 de dezembro de 2022). **11. Tributos diferidos: Política contábil:** Os tributos diferidos são constituídos com base nas diferenças temporárias existentes entre a base de cálculo contábil e fiscal oriundas dos desvios apurados entre a energia gerada e a efetivamente faturada (nota 19) das controladas do Grupo. Os impostos diferidos foram calculados utilizando como forma de tributação o lucro presumido. A expectativa de realização dos respectivos impostos está de acordo com os ciclos anuais e quadrienais dos contratos de comercialização de energia.

Composição

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Ativo de imposto diferido sobre a provisão de ressarcimento		
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	2.010	1.465
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de mais de 12 meses	80	508
	2.090	**1.973**

Movimentação

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Em 1° de janeiro	1.973	1.471
Compensação	(186)	
Despesa da demonstração do resultado	303	502
	2.090	**1.973**

Em 31 de dezembro de 2023 não foram reconhecidos os ativos de impostos diferidos relacionados a prejuízos fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido acumulados nos montantes de R$ 140 (R$ 142 em 31 de dezembro de 2022), pois a Companhia não tem expectativa de geração de resultado tributável futuro para realização dos respectivos valores. **12. Investimentos: Política contábil:** Os investimentos em controladas são aqueles em que a Controladora está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela. Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Composição e movimentação do investimento:

	Ventos de Santo Augusto III	Ventos de Santo Augusto V	Total do investimento
Participação acionária	**100%**	**100%**	
Patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2022	**29.196**	**29.789**	**58.985**
Equivalência patrimonial	156	287	443
Integralização de capital	5.500	5.500	11.000
31 de dezembro de 2022	**34.852**	**35.576**	**70.428**
Equivalência patrimonial	858	3.035	3.893
31 de dezembro de 2023	**35.710**	**38.611**	**74.321**

(b) Resumo das informações financeiras das controladas:

31/12/2022

Controladora	Participação	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido	Demonstração do resultado
Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.	100%	29.400	106.795	92.211	9.132	34.852	156
Ventos de Santo Augusto V Energias Renováveis S.A.	100%	31.961	103.270	90.816	8.839	35.576	287
Total		**61.361**	**210.065**	**183.027**	**17.971**	**70.428**	**443**

31/12/2023

Controladora	Participação	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido	Demonstração do resultado
Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.	100%	26.308	106.218	94.473	2.343	35.710	858
Ventos de Santo Augusto V Energias Renováveis S.A.	100%	32.559	98.720	90.415	2.253	38.611	3.035
Total		**58.867**	**204.938**	**184.888**	**4.596**	**74.321**	**3.893**

13. Imobilizado: Política contábil: O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamentos relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. As controladas reconhecem uma obrigação (nota 17(a)) para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. As taxas anuais de depreciação dos bens vinculados ao setor elétrico estabelecidas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, deverão ser adotadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de geração, transmissão e distribuição. Os outorgados, cujo ato de outorga não prevê indenização dos bens ao término do prazo contratual, devem amortizar esses bens pelo prazo da concessão/autorização. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Sempre que um bem sofrer um reparo, reforma ou transformação que resulte na alteração de sua vida útil, este valor poderá ser imobilizado em adição ao valor residual do ativo. A contagem da vida útil do bem deverá ser reiniciada, de acordo com as taxas de depreciação regulatórias vigentes. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado. As taxas de depreciação utilizadas nas controladas da Companhia são baseadas nas premissas dispostas na resolução normativa Nº 674/2015 de 11 de agosto de 2015 da ANEEL ajustado ao prazo de concessão/autorização.

Composição

Consolidado	Imobilizado em andamento	Máquinas, equipamentos e outros	Edificações, obras civis e benfeitorias	Provisão de desmobilização	Total
Em 1º de janeiro de 2022	**77**	**205.383**	**3.419**	**1.618**	**210.497**
Adições	795	770			1.565
Baixa imobilizado		(974)		(1.412)	(2.386)
Depreciação		(9.738)	(130)	(14)	(9.882)
Baixa depreciação		238			238
Transferência (i)	(580)	2.610	(2.039)		(9)
Saldo contábil, líquido	**292**	**198.289**	**1.250**	**192**	**200.023**
Custo	292	264.498	2.240	407	267.437
Depreciação acumulada		(66.209)	(990)	(215)	(67.414)
Em 31 de dezembro de 2022	**292**	**198.289**	**1.250**	**192**	**200.023**
Adições	1.548	5.317			6.865
Remensuração				360	360
Baixa imobilizado		(2.486)			(2.486)
Depreciação		(10.093)	(56)	(14)	(10.163)
Baixa depreciação		584			584
Transferência	(1.744)	1.744			
Saldo contábil, líquido	**96**	**193.355**	**1.194**	**538**	**195.183**
Custo	96	269.073	2.240	767	272.176
Depreciação acumulada		(75.718)	(1.046)	(229)	(76.993)
Em 31 de dezembro de 2023	**96**	**193.355**	**1.194**	**538**	**195.183**

(i) Transferência ocorrida entre imobilizado e intangível. **(a) Aquisições:** As adições ao imobilizado referem-se substancialmente aos investimentos no parque eólico, que consiste na substituição ou reparação dos aerogeradores e/ ou suas respectivas peças, com o objetivo de aumentar as margens de segurança e eliminar defeitos provenientes de falhas de operação. **(b) Bens em garantia:** Conforme contrato de financiamentos junto ao BNDES, a Companhia dá ao banco a propriedade fiduciária dos aerogeradores, que estão substancialmente alocados na rubrica de máquinas, equipamentos e outros. **14. Intangível: Política contábil: Direito de uso de servidão:** Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com tal finalidade, como servidões de passagem. Geralmente são direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à geração de energia na área de concessão do Grupo e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel. Estes ativos intangíveis são de vida útil definida e serão amortizados em 18 anos. ***Softwares:*** As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares,* que em geral é de cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamentos incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

Continua

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Continuação

Composição

	Consolidado		
	Direito de uso de servidão	Software	Total
Em 1º de janeiro de 2022	340	23	363
Amortização	(24)	(9)	(33)
Transferência (i)		9	9
Saldo contábil, líquido	316	23	339
Custo	457	65	522
Amortização acumulada	(141)	(42)	(183)
Em 31 de dezembro de 2022	316	23	339
Amortização	(25)	(7)	(32)
Saldo contábil, líquido	291	16	307
Custo	457	65	522
Amortização acumulada	(166)	(49)	(215)
Em 31 de dezembro de 2023	291	16	307

(i) Transferência ocorrida entre imobilizado e intangível. **15. Fornecedores: Política contábil:** O saldo de fornecedores representa obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Materiais e serviços		7	1.534	1.522
Aquisições de ativos imobilizados			2.540	7
Custo de transmissão			230	226
Taxa de fiscalização Aneel			18	13
		7	4.322	1.768

16. Financiamentos: Política contábil: Os financiamentos é reconhecido, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos captado é apresentado pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*). Portanto, elas são classificadas como mensurados ao custo amortizado. Os custos financeiro incorridos em virtude da captação de financiamentos são reconhecidos em rubrica redutora da dívida no passivo e amortizados pelo prazo do contrato, de acordo com a taxa efetiva de juros. Quando não houver evidências da probabilidade de captação de parte ou da totalidade da dívida, os custos financeiros já incorridos são reconhecidos no resultado do exercício. Os financiamentos é classificado como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos dos financiamentos, gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de financiamentos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

Composição

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Financiamentos	106.837	118.219
(-) Custo de colocação financiamentos	(108)	(138)
Total Financiamentos	106.729	118.081

Movimentação de financiamentos

	Consolidado					
	Natureza		Passivo circulante	Natureza		Passivo não circulante
Movimentação	Financiamento	(-) Custo de colocação financiamentos	Total	Financiamento	(-) Custo de colocação financiamentos	Total
Saldo em 01/01/2022	12.725		12.725	116.942	(173)	116.769
Provisão de juros	9.853		9.853			
Atualização monetária	899		899			
Amortização de custos de colocação		35	35			
Liquidação do principal	(12.187)		(12.187)			
Liquidação dos encargos	(10.013)		(10.013)			
Transferência	116.942	(173)	116.769	(116.942)	173	(116.769)
Saldo em 31/12/2022	118.219	(138)	118.081			
Provisão de juros	8.963		8.963			
Atualização monetária	1.132		1.132			
Amortização de custos de colocação		30	30			
Liquidação do principal	(12.473)		(12.473)			
Liquidação dos encargos	(9.004)		(9.004)			
Saldo em 31/12/2023	106.837	(108)	106.729			

Financiamentos obtido junto ao BNDES mediante contrato nº 15.2.0607.1, no valor total de R$ 169.990, firmado em 17 de dezembro de 2015, a ser pago em 192 parcelas mensais a partir de 15 de julho de 2016, com taxa de juros de 2,18% a.a. (a título de remuneração) acima da TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil. Os financiamentos obtido está sujeito a cláusulas restritivas cujo descumprimento pode resultar em antecipação do vencimento das obrigações. Conforme estabelecido no contrato a Companhia realizou a medição para o fechamento de 31 de dezembro de 2023 e 2022 e identificou que não atingiu o ICSD mínimo exigido, que é de 1,20. Em relação ao não atingimento do ICSD no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia recebeu do BNDES em 24 de março de 2023 a carta de anuência (*"waiver")* quanto à dispensa do cumprimento das obrigações de manutenção do ICSD Consolidado mínimo de 1,20. Entretanto, pelo fato da resposta ter sido recebida após o encerramento do ano de 2022, a Companhia reclassificou o montante de R$ 104.335 que estava classificado no passivo não circulante para a rubrica de passivo circulante no referido exercício. Cabe salientar que o referido *waiver* possuía condições suspensivas e resolutivas, que até o momento não foram cumpridas. Cabe salientar que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não obteve o *waiver* do BNDES durante o ano. Sendo assim, em conformidade ao que determina as normas contábeis vigentes, o montante correspondente às parcelas da dívida exigíveis em longo prazo classificado no passivo circulante é de R$ 93.939. **17. Provisões: Política contábil:** As provisões são compostas substancialmente por provisões de desmobilização, ressarcimento e liminar excludente de responsabilidade que são reconhecidas quando: 1. O Grupo tiver uma obrigação presente ou não formalizada *(constructive obligation)* como resultado de eventos já ocorridos; 2. É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e 3. O valor puder ser estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida quando a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja provável. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **(a) Provisão para desmobilização de ativos:** A mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar e recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. As provisões para desmobilização de ativos consideram que as controladas, ou seja, parques eólicos com contratos de arrendamentos dos terrenos, assumiram obrigações de retirada de ativos ao final do prazo do contrato. As provisões foram inicialmente mensuradas ao seu valor justo e, posteriormente, são ajustadas ao valor presente e mudanças nos valores ou tempestividades dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. O valor da provisão de desmobilização, no consolidado, foi contabilizado com base em estimativa do custo total de desmontagem das plantas das controladas da Companhia, conforme laudo técnico efetuado por consultor externo especialista do mercado de energia eólica. Este laudo efetuado em 2023 leva em consideração as obrigações de desmobilização existentes que são em função dos contratos regulatórios, ambientais e de arrendamentos dos terrenos das controladas, tendo como contrapartida o ativo imobilizado. Os valores do laudo com data base 2023 foram projetados até o término dos contratos de arrendamento dos terrenos com uma taxa de inflação de 3,5% ao ano e atualizados a valor presente à uma taxa de desconto de 10,36% ao ano. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de autorização do parque eólico.

Composição

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Não circulante		
Provisão desmobilização	2.013	1.468
	2.013	1.468

Movimentação

	Consolidado			
	31/12/2023			31/12/2022
	Desmobilização	(-) Ajuste a valor presente	Total	Total
Saldo inicial do exercício	36.717	(35.249)	1.468	2.625
Remensurações (i)	(10.588)	10.948	360	
(-) reversão				(1.412)
Atualização financeira		185	185	255
Saldo final do exercício	26.129	(24.116)	2.013	1.468

(i) Em 2023, houve a remensuração dos custos de desmobilização dos ativos das controladas da Companhia, tendo como contrapartida a rubrica do ativo imobilizado. Por se tratar de uma obrigação a ser exigida em longo prazo, os custos atuais estimados foram atualizados levando em consideração a inflação projetada até o momento da realização da obrigação, no caso foi utilizado o IPCA (que representa a melhor estimativa desse mesmo custo no futuro), descontados à valor presente com base na taxa indicativa do título de dívida pública do governo (NTN-F) com vencimento semelhante ao prazo da exigência da obrigação de desmobilização. **(b) Provisão de ressarcimento: Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR:** O Grupo firmou os contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado - CCEAR, na modalidade disponibilidade de energia elétrica com 28 distribuidores de energia elétrica no 17º leilão de energia nova promovido em 18 de novembro de 2013. Pelos contratos em questão, o Grupo compromete-se a vender a totalidade de sua energia gerada as distribuidoras, pelo prazo de 20 anos, a contar de 01 de janeiro de 2016 ao preço médio de R$132,56 por MWh, atualizados anualmente pelo IPCA. Os limites operacionais contratuais aceitáveis sem cobrança de penalidades ou pagamentos de bônus estão nas faixas que variam de 90 a 130% da energia contratada no 1º ano, 90 a 120% no 2º ano, 90 a 110% no 3º ano e 90 a 100% no 4º ano, e apurada ao final de cada ano. Ao final de cada quadriênio apura-se a entrega de ao menos 100% do volume contratado para o período. Nesses casos, os desvios superiores ou inferiores entre os volumes de energia contratados e aqueles efetivamente gerados são reconhecidos no Ativo ou Passivo, respectivamente, mediante a aplicação dos fatores de Penalidades ou Bônus sobre o MWh a ser entregue. Eventuais diferenças entre a geração e a entrega de energia elétrica prevista em contrato serão compensadas em 12 parcelas pelo ressarcimento anual e/ou quadrienal, sendo que o primeiro quadriênio se encerrou em 31 de dezembro de 2019 e o próximo se encerrará em 31 de dezembro de 2027. **(i) Ressarcimento anual:** Caso a energia fornecida seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento será equivalente a aplicação do máximo entre o preço contratual vigente e o PLD – preço de liquidação das diferenças médio do ano na região Nordeste, sobre o montante em MWh que for inferior aos 90% da energia contratada. Caso a energia fornecida seja maior que os limites máximos anuais (130% no primeiro, 120% no segundo, 110% no terceiro e 100% no quarto ano) da energia contratada, o Grupo receberá o valor equivalente a aplicação do PLD – preço de liquidação das diferenças da região Nordeste sobre o montante em MWh que extrapolar os limites estabelecidos para cada ano. No caso de ressarcimento em decorrência de energia fornecida ser inferior a 90%, o acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais após a conclusão de todo o processo de apuração no próximo ano contratual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas. **(ii) Ressarcimento quadrienal:** Caso a energia gerada no período seja inferior a 100% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento será equivalente a aplicação do máximo valor entre o preço contratual vigente ajustado por um valor de penalidade de 6%, ou o PLD – preço de liquidação da diferenças médio do quadriênio na região Nordeste) sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante contratado (lembrando que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%). Caso a energia fornecida seja superior a 100% da energia contratada, o Grupo receberá o valor equivalente a aplicação do PLD – preço da liquidação das diferenças no Nordeste sobre o montante em MWh. No caso de ressarcimento em decorrência de energia fornecida ser inferior a 100% do volume contratado para o período, o acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais a partir do primeiro mês seguindo o final do último ano contratual do quadriênio, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelo Grupo. O primeiro quadriênio encerrou-se em 31 de dezembro de 2019 e o próximo se encerrará em 31 de dezembro de 2027.

Composição

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Provisão de ressarcimento	28.851	5.793
Provisão de despacho	36.418	47.890
	65.269	53.683
Não circulante		
Provisão de ressarcimento	2.581	16.503
	2.581	16.503
Total	67.850	70.186

(c) Provisões liminar excludente de responsabilidade: Conforme determinou a Portaria nº 226, de 5 de julho de 2013 do Ministério de Minas e Energia, os empreendimentos negociados no Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, denominado Leilão "A-3" de 2013, ocorrido em 18 de novembro de 2013, deveriam ter seu suprimento de energia elétrica iniciado em 1º de janeiro de 2016. Nesse sentido, a Companhia através de seus consultores externos, entrou com o processo judicial contra a ANEEL, a fim de reconhecer seu direito de não ser penalizada em virtude do atraso na implementação das usinas eólicas, alegando a ocorrência de causas excludentes de responsabilidade do Grupo pelos fatores que ocasionaram os atrasos no cronograma de obras das usinas, tais como: (i) Embargo ilegal realizado por órgão ambiental incompetente – ICM-Bio; (ii) Queda de linha de transmissão de outras empresas sobre as linhas de transmissão das usinas do Grupo. A provisão foi calculada com base nos possíveis efeitos financeiros relacionados a venda de energia durante o pré-operacional dos parques, em função do atraso no início das operações, considerando uma eventual revogação da atual liminar. A provisão está reconhecida no passivo circulante pelo fato da liminar se tratar de uma tutela provisória que pode ser revogada a qualquer momento em caso de sentença desfavorável ao Grupo. Tais efeitos são calculados de acordo com os dados contabilizados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica à época das liminares e atualizados mensalmente pelo IGPM - Índice Geral de Preços do Mercado e IPCA - Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo.

Composição

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Não circulante		
Provisão liminar excludente	7.187	7.005
	7.187	7.005

Movimentação (b) (c)

	Consolidado					
	Passivo circulante				Passivo não circulante	
Movimentação	Liminar excludente de responsabilidade	Provisão de ressarcimento (i)	Provisão de despacho (ii)	Total	Provisão de ressarcimento (i)	Total
Saldo em 01/01/2022	6.444	8.486	37.177	52.107	10.504	10.504
Provisão (iii)		5.097		5.097	6.724	6.724
Atualização financeira	561		2.198	2.759		
Transferência (iii)		(7.790)	8.515	725	(725)	(725)
Saldo em 31/12/2022	7.005	5.793	47.890	60.688	16.503	16.503
Provisão		7.283	(6.037)	1.246	6.430	6.430
Pagamento			(11.929)	(11.929)		
Atualização financeira	182		1.917	2.099		
Transferência		15.775	4.577	20.352	(20.352)	(20.352)
Saldo em 31/12/2023	7.187	28.851	36.418	72.456	2.581	2.581

(i) A provisão do ressarcimento está sendo demonstrada sem os efeitos da provisão de ressarcimento do despacho nº 2.303/2019 mencionado no item (ii). Cabe salientar que a provisão reconhecida já está apresentada líquida do montante relativo ao *curtailment* (situações de corte de geração, denominadas no setor elétrico como *constrained-off*, que ocorrem quando há descasamento entre a oferta de energia disponível e a demanda) determinados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, tendo como base a Resolução Normativa nº 1.030/2022 que revoga a Resolução Normativa nº 923/2021 e consolida procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por *constrained-off* de usinas eolioelétricas. Sendo assim, o Grupo reconheceu os montantes relativos aos volumes de energia não gerada por motivo de *curtailment* como redutor da provisão de ressarcimento no referido período. (ii) O Despacho 2303/2019 emitido pela ANEEL, suspendeu os ressarcimentos estabelecidos na contratação de energia elétrica no ambiente regulado e na contratação de energia de reserva perante a CCEE para analisar e para regulamentar o *Constrained-off* de usinas eólicas. Ou seja, tal suspensão permanece vigente até a decisão final sobre o resultado da Audiência Pública nº 034/2019, a qual visa regular os procedimentos e critérios para apuração da restrição de operação por *Constrained-off*. O *Constrained-off* pode ser definido como a redução de geração definida pelo ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico, devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nestes casos, o gerador fica impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *Constrained-off* de usinas. Em 23 de março de 2021 a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de *Constrained-off* de usinas eólicas. A regulamentação estipula uma metodologia de cálculo para os eventos ocorridos até setembro de 2021, e outra para os eventos ocorridos posteriormente a esta data. No entanto, em 13 de maio de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 355/22, informando a necessidade de adequações e testes sistêmicos, bem como troca de informações e validação de parâmetros de entrada com o ONS- Operador Nacional do Sistema Elétrico. Informou também que apenas após esta etapa concluída apresentaria ao mercado novo cronograma de operacionalização dos cálculos dos ressarcimentos. Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, divulgando o cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que tiveram início em junho de 2023 e estão sendo realizadas em parcelas de 2 a 4 meses, contemplando apenas os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021. Para o período a partir de outubro de 2021 ainda será divulgado novo cronograma, pois a Consulta Pública ANEEL nº 22/2022, que visa a aprovação das Regras de Comercialização da CCEE, necessárias para performar o cálculo para o período, não foi concluída até o momento. Cabe ressaltar que o Grupo reconheceu as provisões de *Constrained-off* normalmente nos exercícios supracitados. A liquidação dos valores provisionados iniciou-se em outubro de 2023, seguindo o calendário divulgado pela CCEE, conforme indicado na nota 1.3 (a). (iii) Em 31 de dezembro de 2022 foram realizadas reclassificações entre provisão de ressarcimento e transferência no curto prazo e no longo prazo para adequação dos saldos, cabe salientar que estas reclassificações não provocam alterações no saldo final de 2022. **(d) Causas e depósitos judiciais:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não há processos com probabilidade de perda avaliada como provável nas quais o Grupo esteja envolvido. O Grupo possui questões cíveis, tributárias e trabalhistas em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas de risco possível portanto, não é requerido o registro de provisão para perdas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Adicionalmente, determinados contratos com assessores jurídicos, que defendem o Grupo nesses processos, preveem honorários que somente serão devidos quando do êxito da ação em favor do Grupo, mediante percentuais sobre as causas, conforme previstos em contratos.

Causas com probabilidade de perda possível

	Consolidado	
Empresas	Cíveis	Total
Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.	3.884	3.884
Ventos de Santo Augusto V Energias Renováveis S.A.	3.884	3.884
Saldo em 31/12/2022	7.768	7.768
Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A.	4.408	4.408
Ventos de Santo Augusto V Energias Renováveis S.A.	4.408	4.408
Saldo em 31/12/2023	8.816	8.816

As ações cíveis são referentes a questões imobiliárias, bem como pedidos de indenização formulados por proprietários de imóveis que alegam que não podem mais usufruir de seus imóveis pelo fato da instalação de linha de transmissão que passa pela propriedade. Os depósitos judiciais no consolidado em 31 de dezembro de 2023 são de R$ 26 de processos tributários (em 31 de dezembro de 2022 os depósitos eram de R$ 19 de processos tributários). **18. Patrimônio líquido: (a) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito da Companhia era de R$ 111.968 (R$ 100.968 em 31 de dezembro 2022), dividido em 111.967.536 (100.967.536 em 31 de dezembro de 2022) ações, estando a quantia de R$ 100.968 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 100.968 em 31 de dezembro de 2022) correspondente a 100.967.536 (100.967.536 em 31 de dezembro de 2022) ações totalmente subscritas e integralizadas e a quantia de R$ 11.000 correspondente a 11.000.000 ações a serem integralizadas até 31 de dezembro de 2024 conforme AGE de 24 de março de 2023 e AGE de 28 de dezembro de 2023.

		Controladora e Consolidado			
		31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2022	
Acionistas	Participação %	Quantidade de ações	Total	Quantidade de ações	Total
Contour Global do Brasil Holding Ltda.	100%	100.967.536	100.968	100.967.536	100.968
	100%	100.967.536	100.968	100.967.536	100.968

(b) Aumento de capital: Conforme AGE de 24 de março de 2023 e AGE de 28 de dezembro de 2023 a administração da Companhia aprovou o aumento de capital no montante de R$ 11.000 a ser integralizado até 31 de dezembro de 2024. Convém mencionar que o respectivo aumento no capital da Companhia representa o montante estabelecido em uma das condições suspensivas para efetiva validade da carta de abstenção (waiver) quanto a declaração de vencimento dos financiamentos junto ao BNDES. **(c) Lucro básico e diluído por lote de mil ações:** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia	3.907	327
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	111.968	94.518
Lucro líquido básico e diluído atribuível por lote de mil ações - R$	0,035	0,003

19. Receita líquida de vendas: Política contábil: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos ressarcimentos. O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita é reconhecida no resultado quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. O faturamento de suprimento de energia é efetuado mensalmente, com base nos contratos bilaterais. Eventuais diferenças provenientes da energia faturada em relação à energia despachada são reconhecidas como provisão e descontadas subsequentemente no exercício seguinte e quadriênio. A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida		
Receita com energia	56.522	52.950
(-) Provisão de ressarcimento	(13.713)	(11.821)
(-) Impostos sobre vendas	(1.498)	(1.501)
(-) Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica – TFSEE	(229)	(198)
	41.082	39.430

20. Custo do serviço de energia elétrica:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Energia elétrica comprada para revenda	(2.616)	(2.228)
Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão	(2.720)	(2.546)
Custo de operação (a)	(17.661)	(17.596)
	(22.997)	(22.370)

(a) Custo de operação:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(892)	(654)
Manutenções	(393)	(358)
Materiais e serviços de terceiros	(6.181)	(6.669)
Depreciações e amortizações	(10.195)	(9.915)
	(17.661)	(17.596)

21. Despesas gerais e administrativas e Outros ganhos (perdas), líquidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de terceiros	(12)	(74)	(622)	(571)
Aluguéis				(6)
Seguros			(632)	(563)
Comunicações				(39)
Viagens			(156)	(105)
Despesas Tributárias			(16)	(75)
Projetos sociais			(117)	(28)
Amortização		(2)		(2)
Outras receitas (despesas) operacionais		(17)	152	(275)
Outros ganhos (perdas), líquidos (i)	29		(1.077)	(436)
Despesas compartilhadas			(2.248)	(2.565)
	17	(93)	(4.716)	(4.665)

(i) O saldo da rubrica é composto substancialmente por baixas de ativo imobilizado. **22. Resultado financeiro: Política contábil: Receitas (despesas) financeiras:** As receitas financeiras sobre aplicações financeiras são reconhecidas usando a taxa de juros de mercado prevista contratualmente. Os juros são incorporados às aplicações financeiras, em contrapartida de receitas financeiras. As receitas financeiras sobre as contas a receber em atraso são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando a taxa de juros prevista contratualmente. Os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receitas financeiras. As despesas financeiras sobre financiamentos são reconhecidas a taxa de juros prevista contratualmente. As demais despesas financeiras compreendem substancialmente os valores de atualizações financeiras e fianças bancárias.

Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras				
Receitas de aplicações financeiras (i)			6.445	4.568
Outras receitas financeiras (i)			54	75
			6.499	4.643
Despesa financeira				
Juros financiamentos			(8.963)	(9.853)
Amortização de custos da dívida			(30)	(35)
Atualização monetária			(1.132)	(899)
Atualização financeira de liminar excludente de responsabilidade			(182)	(561)
Atualização financeira de desmobilização			(185)	(255)
Atualização financeira de ressarcimento (ii)			(1.625)	(2.198)
Fiança bancária			(72)	
Variação cambial realizada				
Outras despesas financeiras		(12)	(589)	(96)
		(12)	(12.778)	(13.897)
Resultado financeiro		(12)	(6.279)	(9.254)

(i) Em 31 de dezembro de 2022 foi realizada a reclassificação entre as rubricas de receitas de aplicações financeiras e outras receitas financeira para a melhor apresentação do saldo comparativo. Cabe salientar que esta reclassificação não provocou alteração no saldo final de 2022. (ii) A atualização financeira da provisão do ressarcimento está apresentada líquida dos efeitos de PIS e COFINS. **23. Imposto de renda e contribuição social: Política contábil:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. A Companhia não possuí impostos diferidos ativos registrados no balanço dado a incerteza da recuperabilidade, pois não há uma previsão de lucros tributáveis futuros, e consequentemente, um "*valuation allowance*" é reconhecido para anular o efeito no balanço. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social na Controladora são apurados com base no regime de tributação do lucro real e nas controladas são apurados com base no regime de tributação do lucro presumido. Com base neste último regime, o lucro tributável corresponde a 8% da receita de geração de energia elétrica, acrescido de outras receitas operacionais e financeiras, para fins de imposto de renda, e 12% das vendas de geração de energia elétrica, acrescido de outras receitas operacionais e financeira, para fins de contribuição social. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 para imposto de renda e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. **Reconciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro contábil antes dos impostos	3.910	338	7.090	3.141
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto calculado com base na alíquota de imposto local, aplicável aos lucros	(1.329)	(115)	(2.411)	(1.068)
Prejuízos fiscais e ajustes temporários para os quais nenhum imposto diferido foi constituído	1	(36)	1	(36)
Resultado de equivalência patrimonial	1.325	151		
Ajuste relativo a períodos anteriores		(11)		
Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido			(773)	(1.710)
Encargo fiscal	(3)	(11)	(3.183)	(2.814)
Corrente	(3)	(11)	(3.486)	(3.178)
Diferido			303	364
Despesa de IRPJ e CSLL	(3)	(11)	(3.183)	(2.814)

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo acumulado de prejuízo fiscal e de base negativa da Companhia é de R$ 140 (R$ 142 em 31 de dezembro de 2022). **24. Compromissos:**

	Consolidado			
	Até 1 ano	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Arrendamento de terrenos (i)	421	2.913	16.360	19.694
Contrato de manutenção (ii)	3.893	5.096		8.989
Contrato de transmissão (iii)	2.982	20.050	23.960	46.992
Comissão de fianças (iv)	268	1.077	1.084	2.429
	7.564	29.136	41.404	78.104

(i) Arrendamento de terrenos: Contratos firmados com os proprietários das terras onde os parques eólicos são instalados e preveem prazo de locação de até 49 anos. Os contratos arrendamentos contêm cláusulas de pagamentos variáveis ligados ao faturamento. Tais condições são específicas do setor. Os pagamentos de arrendamentos variáveis que dependem do faturamento são reconhecidos no resultado no exercício em que ocorre a condição que dá origem a tais pagamentos. **(ii) Contrato de manutenção:** Contratos de longo prazo firmados com o fornecedor das máquinas e equipamentos de cada parque eólico para manutenção. **(iii) Contrato de transmissão:** São os contratos de longo prazo junto com as empresas de transmissão para envio da energia gerada em cada parque eólico. **(iv) Comissão de fianças:** Comissão de fiança é exigida contratualmente para garantia do pagamento da tarifa de transmissão (Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST). Essa fiança é emitida para o Operador Nacional do Sistema Elétrico com uma vigência anual e o valor garantido é a previsão do valor da tarifa de transmissão para o ano subsequente à data de emissão. O compromisso ligado à essa fiança é projetado pela duração do contrato de venda de energia por se tratar de uma obrigação inerente à operação da planta eólica. **25. Atividade de investimento não envolvendo caixa:** A atividade de investimento descrita abaixo não tem impacto direto sobre os fluxos de caixa correntes, muito embora afete a estrutura de capital e de ativos da Companhia. De acordo com o CPC 03 (R2), a exclusão de transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa da demonstração dos fluxos de caixa é consistente com o objetivo da referida demonstração, visto que tais itens não envolvem fluxos de caixa no período corrente.

	Consolidado
Principais transações que não afetaram o caixa	31/12/2023
Aquisição de bens ativo imobilizado	2.540

26. Cobertura de seguros: Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo possuía cobertura de seguro patrimonial e lucros cessantes com valor em risco em montante equivalente ao valor total dos ativos e lucros estimados para o período de 12 meses, e limite máximo de indenização de R$ 250.000 e o seguro de responsabilidade civil com limite máximo de indenização de R$ 50.000. Cabe salientar que as apólices dos respectivos seguros são compartilhadas com as demais companhias controladas diretas e indiretamente pela Contour Global do Brasil Holding Ltda. A Administração entende que as coberturas mencionadas acima representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas (não auditado pelos auditores independentes).

Diretor: **Daniel Pastro**

Contador: **Cristiano Pavane** - CRC 1SP271178/O-8

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas Chapada do Piauí III Holding S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Chapada do Piauí III Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para as Notas 1.2, 4.1(c) e 16 às demonstrações financeiras, que descrevem que a Companhia apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício no montante de R$ 126.237 mil, no consolidado e R$ 214 mil, na controladora. Adicionalmente, as referidas Notas explicativas descrevem que as controladas da Companhia não atingiram os índices descritos nas cláusulas restritivas (*covenants*) dos contratos de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Dessa forma, uma vez que a Companhia não obteve *waiver* do BNDES para suspender a exigibilidade da dívida no curto prazo, o montante de R$ 93.939 mil correspondente às parcelas que deveria estar classificada no passivo não circulante foi reclassificada para o passivo circulante. A situação patrimonial e financeira da Companhia, aliada à incerteza da possibilidade de antecipação da dívida, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 01 de abril de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/O-5

Lia Marcela Rusinque Fonseca
Contadora CRC 1SP291166/O-4

Ventos de Santo Augusto V Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 17.875.427/0001-36

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Relatório da Administração: Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração Ventos de Santo Augusto V Energias Renováveis S.A. apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, preparadas de acordo com as normas brasileiras de contabilidade, referentes ao exercício social de 2023. A receita líquida atingiu R$ 20.344 em 2023 e era de R$ 19.146 em 2022. A Companhia apurou um lucro líquido de R$ 3.035 em 2023, comparado a um lucro líquido de R$ 287 no ano anterior. O lucro decorre, substancialmente, do aumento das receitas financeiras proveniente dos rendimentos de aplicações financeiras e redução das despesas financeiras relativas aos juros de financiamento. Em 31 de dezembro de 2023 o patrimônio líquido era R$ 38.611. Por fim, a Companhia quer registrar seus agradecimentos aos clientes, acionistas, fornecedores, representantes, instituições financeiras e órgãos governamentais pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores pelo empenho e dedicação dispensados. São Paulo, 01 de abril de 2024. A ADMINISTRAÇÃO.

Balanço patrimonial

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	29.966	27.002
Contas a receber	7	477	3.443
Estoques		372	302
Tributos a recuperar	8	1.347	1.096
Despesas antecipadas		315	6
Outras contas a receber		81	110
Total do ativo circulante		32.558	31.959
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar	8	45	296
Depósitos vinculados a financiamento	10	3.600	3.547
Depósitos judiciais	15	22	16
Tributos diferidos	11	1.036	984
		4.703	4.843
Imobilizado	12	93.824	98.217
Intangível		191	211
Total do ativo não circulante		98.718	103.271
Total do ativo		131.276	135.230

Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Fornecedores	13	900	604
Financiamento	14	52.991	58.627
Partes relacionadas	9	241	435
Tributos a pagar		331	798
Provisão de ressarcimento	15	32.405	26.895
Provisão liminar excludente	15	3.545	3.456
Total do passivo circulante		90.413	90.815
Não circulante			
Provisão de ressarcimento	15	1.245	8.105
Provisão para desmobilização	15	1.007	734
Total do passivo não circulante		2.252	8.839
Total do passivo		92.665	99.654
Patrimônio líquido	16		
Capital social		50.566	50.566
Prejuízos acumulados		(11.955)	(14.990)
Total do patrimônio líquido		38.611	35.576
Total do passivo e patrimônio líquido		131.276	135.230

Demonstração do Resultado

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida de vendas	17	20.344	19.146
Custo do serviço de energia elétrica	18	(11.016)	(10.742)
Lucro bruto		9.328	8.404
Despesas gerais e administrativas	19	(1.864)	(2.097)
Outros ganhos (perdas), líquidos	19	43	(182)
Lucro operacional		7.507	6.125
Resultado financeiro	20		
Receitas financeiras		3.582	2.589
Despesas financeiras		(6.346)	(6.955)
		(2.764)	(4.366)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		4.743	1.759
Imposto de renda e contribuição social	21	(1.708)	(1.472)
Lucro líquido do exercício		3.035	287
Lucro líquido básico e diluído atribuível por lote de mil ações - R$	16	0,060	0,006

Demonstração do resultado abrangente

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	3.035	287
Outros componentes do resultado abrangente		
Total do resultado abrangente	3.035	287

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 01 de janeiro de 2022	45.066	(15.277)	29.789
Lucro líquido do exercício		287	287
Aumento de capital (nota 18)	5.500		5.500
Em 31 de dezembro de 2022	50.566	(14.990)	35.576
Lucro líquido do exercício		3.035	3.035
Em 31 de dezembro de 2023	50.566	(11.955)	38.611

Demonstração dos fluxos de caixa

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		4.743	1.759
Ajustes de receitas e despesas			
Depreciação e amortização	18	5.033	4.859
Baixa de ativo imobilizado	12	314	199
Atualização financeira de provisão de desmobilização	20	93	127
Provisão e atualização financeira de ressarcimento	17 e 20	7.289	7.075
Juros, variações monetárias e amortização de custo – financiamento	20	5.036	5.364
Atualização financeira de liminar excludente	20	89	277
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber		2.966	(404)
Estoques		(70)	10
Tributos a recuperar			(149)
Partes relacionadas		(194)	381
Outras contas a receber		29	142
Despesas antecipadas		(309)	(1)
Depósitos judiciais		(6)	(9)
Fornecedores		296	(376)
Provisão de ressarcimento		(8.639)	
Tributos a pagar		(977)	(405)
Caixa gerado proveniente das operações		15.693	18.849
Juros pagos de financiamento	14	(4.479)	(5.059)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.250)	(1.122)
Caixa gerado nas operações		9.964	12.668
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	12	(754)	(694)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(754)	(694)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de financiamento	14	(6.193)	(5.972)
Depósitos vinculados a financiamento		(53)	(80)
Aumento de capital			5.500
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(6.246)	(552)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		2.964	11.422
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		27.002	15.580
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		29.966	27.002

Notas explicativas

Informações gerais: Contexto operacional: A Ventos de Santo Augusto V Energias Renováveis S.A. ("Companhia" ou "Santo Augusto V") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 2014. A Companhia tem por objeto social: (i) a exploração, em nome próprio ou através da participação em consórcios ou sociedades, de usina de geração de energia elétrica a partir da fonte eólica Ventos de Santo Augusto V, com 29,6 MW de capacidade instalada, localizado no Estado do Piauí, na forma permitida em lei e mediante a obtenção das respectivas concessões e autorizações; (ii) a produção e comercialização de energia elétrica a partir de fonte eólica; e (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal desiderato. A Companhia é controlada pela Chapada do Piauí III Holding S.A. ("Controladora") que detém 100% das ações da Companhia. Em última instância a Companhia é controlada pela KKR Cretaceous Aggregator GP LLC. Em 4 de dezembro de 2015, a ANEEL emitiu, através do Despacho no 3.942, o atestado que as unidades geradoras do parque eólico de Ventos de Santo Augusto V atenderam aos requisitos necessários para entrarem em operação em teste a partir do dia 5 de dezembro de 2015. Em 15 de janeiro de 2016 foi publicado o Despacho nº 103 da ANEEL que libera as unidades geradoras das usinas eólicas Ventos de Santo Augusto V para início da operação comercial em 16 de janeiro de 2016. As atividades da Companhia são reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"). A Companhia possui outorga de geração emitida pelo Ministério de Minas e Energia – MME conforme listado abaixo:

Eólica	Portaria MME	Termino das outorgas
Ventos de Santo Augusto V Energias Renováveis S.A.	Portaria nº 341, de 17 de julho de 2014	Julho de 2049

Com contratos de *Power Purchase Agreement* ("PPA") com as seguintes características:

Eólica	Estado	Cidade	Capacidade instalada (MW)	Energia assegurada MWh/Ano	Inicio	Término
Ventos de Santo Augusto V Energias Renováveis S.A.	Piauí	Simões	29,60	101.616	Janeiro de 2016	Dezembro de 2036

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 01 de abril de 2024.

Diretor: **Daniel Pastro** — Contador: **Cristiano Pavane** - CRC 1SP271178/O-8

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no site: https://publilegal.diariodenoticias.com.br/. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 01 de abril de 2024, sem modificações.

VRental Locação de Máquinas e Equipamentos S.A.

CNPJ: 41.570.356/0001-48 - NIRE: 35300631048

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de Março de 2024

1. Data, Hora e Local: Às 9:00 horas do dia 21 de março de 2024, na sede social da VRental Locação de Máquinas e Equipamentos S.A. ("Companhia"), situada na Rua Pedro Gonçalves, n° 1400, sala 51, Centro, cidade de Indaiatuba, Estado de São Paulo, CEP: 13330-210. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação pela unanimidade dos membros do Conselho de Administração, estando todos presentes. **3. Composição da Mesa: Sr. João Paulo Bezerra Melo** como Presidente e **Sr. Jathiacy Sansonio Tavares** como Secretário. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a eleição de novo Diretor sem designação específica para a Diretoria da Companhia e (ii) a aprovação de uma nova versão do Código de Ética e Conduta da Companhia. **5. Deliberações:** Discutidas as matérias constantes da ordem do dia, os Conselheiros, por unanimidade e sem ressalvas: **5.1.** Aprovaram a eleição do Sr. **Rodrigo Simões**, brasileiro, divorciado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 5819308 (SDS/PE) inscrito no CPF sob o nº 008.176.494- 41, residente e domiciliado na Rua Divino Salvador, 12, Moema, São Paulo/SP – CEP 04078010, ao cargo de Diretor, sem designação específica, para cumprir mandato até o encerramento do mandato unificado dos demais Diretores, o qual, nesta data, firma o termo de posse que consta no Anexo I a esta ata, por meio do qual declara, na forma do artigo 147 da Lei nº 6.404/1976, que não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. **5.1.1.** Nos termos do artigo 16, parágrafo sexto, do estatuto social da Companhia, as seguintes competências foram atribuídas ao Diretor sem designação específica ora eleito: (i) gestão estratégica da área de seminovos; (ii) gerenciamento e avaliação do estoque de máquinas e equipamentos seminovos; (iii) monitoramento do desempenho da área de seminovos; (iv) gestão e gerenciamento da equipe de vendas; (v) desenvolvimento e implementação de processos e procedimentos; (vi) gerenciamento de avaliações e precificações de máquinas e equipamentos seminovos; (vii) análises de mercado; (viii) gerenciamento de propostas e negociações comerciais; e (ix) representação da área de seminovos perante a alta administração. **5.2.** Aprovaram a nova versão do Código de Ética e Conduta da Companhia, nos termos do Anexo II. **5.3.** Ratificaram todos os atos anteriormente praticados que estejam em concordância com o previsto nesta ata, bem como autorizaram os Diretores da Companhia a praticar todos os atos e assinar todos os documentos que se fizerem necessários ao bom e fiel cumprimento das deliberações acima. **6. Encerramento e Lavratura da Ata:** Não mais havendo matéria a tratar, suspendeu-se a reunião para lavratura desta ata, a qual, após lida e aprovada, foi assinada por todos os membros do Conselho de Administração da Companhia. Indaiatuba, 21 de março de 2024 **Mesa: João Paulo Bezerra Melo** - Presidente; **Jathiacy Sansonio Tavares** - Secretário. **Membros Efetivos do Conselho de Administração: João Paulo Bezerra Melo**; **Jathiacy Sansonio Tavares**; **Felipe Villela Dias**; **Newton Soares Ribeiro Neto**.

CBDN - CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS NA NEVE

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA CONVOCAÇÃO

A CBDN - Confederação Brasileira de Desportos na Neve, através de seu representante legal e em conformidade com o Artigo 22º. do Estatuto Social, convoca a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada na CBDN – Confederação Brasileira de Desportos na Neve na Rua Urussuí, 300 – Cj 102, CEP 04542-903, nesta Capital, no próximo dia 30 de Abril de 2024, às 13:30 horas, a fim de tratar da seguinte: **ORDEM DO DIA** a) Alteração do Estatuto da entidade Será facultado, nos termos do parágrafo 3º. do Artigo 23 do Estatuto Social, o envio do voto por escrito. São Paulo, 28 de Março de 2024. **Karl Anders Ivar Pettersson - Presidente**

CBDN - CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS NA NEVE

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA CONVOCAÇÃO

A CBDN - Confederação Brasileira de Desportos na Neve, através de seu representante legal e em conformidade com o Artigo 22º. do Estatuto Social, convoca a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no próximo dia 30 de Abril de 2024, às 14:00 horas, em primeira convocação com presença de 50% dos associados, e as 14:30, em segunda e última chamada, com qualquer número de associados, a ser realizada de forma híbrida, na Rua Urussuí, 300 – Cj 102, CEP 04542-903, nesta Capital, e com possibilidade de participação virtual, a fim de tratar da seguinte: **ORDEM DO DIA** a) Conhecer o Relatório do Presidente referente às atividades do ano de 2023. b) Aprovação das Contas do Exercício de 2023. c) Eleição do Conselho de Administração Para o item b) da ordem do dia, será facultado, nos termos do §3o. do Artigo 23º do Estatuto Social, o envio do voto por escrito. Para o item c) da ordem do dia, nos termos Art. 22º §3º item b) do Estatuto social, será realizada votação eletrônica. São Paulo, 28 de Março de 2024. **Karl Anders Ivar Pettersson - Presidente**

AGROGALAXY

AGROGALAXY PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 21.240.146/0001-84 - NIRE 35300489543

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2024

Ficam os senhores acionistas do AgroGalaxy Participações S.A. ("**Companhia**") convocados, na forma prevista no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das S.A.**"), para se reunirem na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("**AGOE**") da Companhia, a ser realizada em 29 de abril de 2024, às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, §2º, inciso I e artigo 28, §§2º e 3º da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), por meio da Plataforma Digital Ten Meetings ("**Plataforma Digital**"), para deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: **I - Em Assembleia Geral Ordinária: (a)** Exame, discussão e deliberação acerca das Demonstrações Financeiras da Companhia contendo as Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório e Parecer dos Auditores Independentes e do Relatório Anual Resumido e Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; **(b)** Exame, discussão e deliberação acerca do Relatório da Administração e respectivas Contas dos Administradores referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; **(c)** Aprovação da destinação do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e **(d)** Aprovação da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2024. **II - Em Assembleia Geral Extraordinária: (a)** Alteração do número de membros e ratificação da composição do Conselho de Administração da Companhia; **(b)** Eleição de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, em mandato unificado com os demais membros, até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024; **(c)** Aprovação da criação do Plano de Incentivos Baseados em Ações da Companhia; e **(d)** Reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia a fim de refletir as disposições da Lei das S.A. em seu artigo 31. **1. Documentos à disposição dos Acionistas.** O Manual de Participação dos Acionistas com as orientações detalhadas para participação na AGOE ("**Manual de Participação dos Acionistas**"), a Proposta da Administração ("**Proposta**"), bem como todos os documentos e informações pertinentes relacionados às matérias referidas acima encontram-se à disposição dos acionistas na sede e no *website* da Companhia (https://ri.agrogalaxy.com.br/), bem como nos *websites* da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**") (www.b3.com.br), conforme previsto na Lei das S.A. e na Resolução CVM 81. **2. Participação dos acionistas na AGOE.** A AGOE será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação dos acionistas (por si, seus representantes legais ou procuradores) somente poderá ocorrer: **(a)** via Boletim de Voto a Distância ("**Boletim**"), sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a votação à distância constam do Boletim e do Manual de Participação dos Acionistas, que podem ser acessados nos websites da Companhia (https://ri.agrogalaxy.com.br/), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br); e **(b)** via Plataforma Digital, nos termos do artigo 28, §§2º e 3º da Resolução CVM 81, caso em que o acionista ou seu procurador devidamente constituído poderá: (i) simplesmente participar da AGOE, tenha ou não enviado o Boletim; ou (ii) participar e votar na AGOE, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o Boletim e que, caso queira, votar na AGOE, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim serão desconsideradas. **3. Participação na AGOE via Plataforma Digital.** Poderão participar da AGOE ora convocada os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores. Os acionistas que desejarem participar da AGOE por meio da Plataforma Digital, deverão acessar o link https://assembleia.ten.com.br/462814838 e realizar seu cadastro com antecedência mínima de 2 (dois) dias da realização da AGOE (ou seja, **até o dia 27 de abril de 2024**), o qual deverá ser devidamente realizado anexando-os documentos indicados no Manual para Participação dos Acionistas. Os acionistas e procuradores, quando efetuarem os cadastros, receberão um e-mail informando que a Companhia irá avaliar a solicitação de cadastro. Em caso de aprovação, os acionistas e procuradores receberão uma confirmação por e-mail de que o cadastro foi aprovado. Em caso de rejeição, receberão um e-mail explicando o motivo da rejeição e, se for o caso, orientando como podem fazer a regularização do cadastro. Após cadastrado, o procurador terá um ambiente virtual, "Painel de Representantes", que também é acessado através da Plataforma Digital. Nesse ambiente ele pode acompanhar a situação da aprovação de cada representado, bem como atualizar suas documentações, ao acessar com o login e senha previamente cadastrado. **Nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81, não será admitido o acesso à Plataforma Digital de acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto.** A Companhia esclarece que dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas para a sede da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista, a notarização, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua inglesa ou espanhola para representação do acionista, bastando o envio de cópia simples em arquivo (.pdf) das vias originais de tais documentos através da Plataforma Digital, conforme indicado acima. A Companhia não admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico (i.e., procurações assinadas digitalmente sem qualquer certificação digital). **4. Participação via Boletim.** Os Boletins poderão ser enviados pelos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador das ações da Companhia ou diretamente à Companhia, conforme disposto no Boletim. **5. Informações para participação e votação na AGOE.** Informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na AGOE, inclusive orientações sobre acesso à Plataforma Digital e para envio do Boletim, constam no Manual de Participação dos Acionistas, na Proposta, e demais documentos disponíveis nos *websites* da Companhia (https://ri.agrogalaxy.com.br/), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br).

São Paulo/SP, 28 de março de 2024.

Sebastian Marcos Popik

Presidente do Conselho de Administração

DIAGNÓSTICOS DA AMÉRICA S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 61.486.650/0001-83 - NIRE 35.300.172.507

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

O Conselho de Administração da Diagnósticos da América S.A. ("**Companhia**" ou "**Dasa**"), por sua Co-Presidente, Sra. Dulce Pugliese de Godoy Bueno, tem a honra de convidar os Senhores e as Senhoras Acionistas da Companhia para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("**AGOE**" ou "**Assembleia**"), a ser realizada no dia 30 de abril de 2024, às 15h00min, de **modo exclusivamente digital**, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(a) Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do parecer do conselho fiscal, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(ii)** fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024. **(b) Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** ratificar a eleição do Sr. Pedro de Godoy Bueno ao cargo de membro do Conselho de Administração; **(ii)** alterar de 6 (seis) para 7 (sete) o número de membros do Conselho de Administração para o mandato em curso, dentro dos limites previstos no Estatuto Social da Companhia; **(iii)** eleger a Sra. Maria Letícia de Freitas Costa como membro do Conselho de Administração e deliberar sobre a sua condição de conselheira independente; **(iv)** alterar o regime de funcionamento do Conselho de Administração para o mandato em curso de Co-Presidência para Presidência; **(v)** tendo em vista as deliberações objeto dos itens acima, (a) confirmar que a Sra. Dulce Pugliese de Godoy Bueno permanecerá no cargo de Presidente; (b) confirmar que o Sr. Romeu Côrtes Domingues deixará o cargo de Co-Presidente, passando a ter o cargo de Conselheiro (independente); (c) aprovar a indicação do Sr. Pedro de Godoy Bueno como Vice-Presidente do Conselho de Administração; e (d) confirmar que o Sr. Oscar de Paula Bernardes Neto deixará o cargo de Vice-Presidente, passando a ter o cargo de Conselheiro (independente); **(vi)** rerratificar a remuneração anual e global dos administradores da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(vii)** alterar os artigos 3º, 21, inciso XIV e 42 do Estatuto Social da Companhia; **(viii)** consolidar o Estatuto Social da Companhia para refletir as alterações previstas no item (vii) acima; **(ix)** aprovar a celebração de contrato de indenidade entre a Companhia e os membros do Conselho de Administração; **(x)** Ratificar a nomeação e a contratação da APSIS CONSULTORIA E AVALIAÇÕES LTDA. como sociedade independente especializada e responsável pela elaboração do laudo de avaliação do LABORATÓRIO DE PESQUISAS CLÍNICAS E BROMATOLÓGICAS LTDA. ("**Laudo de Avaliação**" e "**Laboratório Biomédico**", respectivamente), a ser incorporado pela Companhia, nos termos e condições descritos no Protocolo e Justificação celebrado entre as administrações das sociedades ("**Protocolo e Justificação**" e "**Incorporação**", respectivamente); **(xi)** examinar e aprovar o Laudo de Avaliação; **(xii)** examinar e aprovar o Protocolo e Justificação de Incorporação do Laboratório Biomédico pela Companhia; **(xiii)** aprovar a Incorporação, nos termos e condições previstos no Protocolo e Justificação; e **(xiv)** autorizar a Diretoria a praticar os atos necessários à implementação das deliberações ora aprovadas. **Do Exercício do Direito de Voto:** A participação do acionista poderá ser pessoal, por seu representante legal ou procurador devidamente constituído (observado o disposto no art. 126 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada), ou por meio dos seguintes meios a serem detalhados abaixo: **(i)** Participação de forma digital. Será realizada por meio da plataforma Ten Meetings ("**Plataforma Digital**"). O acionista que desejar participar da AGOE a distância por meio da Plataforma Digital deverá observar atentamente a todas as condições indicadas abaixo, e que constam no Manual e Proposta da Administração. O acionista (ou representante e procuradores) deverá realizar o cadastro na Plataforma Digital (via *link* https://assembleia.ten.com.br/058905935), até o dia 28 de abril de 2024, preenchendo todas as informações solicitadas e enviando todos os documentos indicados no parágrafo seguinte deste Edital de Convocação. O acesso via Plataforma Digital está restrito aos acionistas e a seus representantes ou procuradores que se credenciarem dentro do referido prazo e conforme os procedimentos aqui previstos. Ainda que o acionista tenha seu cadastro aprovado pela Companhia, caso ele não tenha ações registradas na relação da base acionária da Companhia obtida em 30 de abril de 2024 e com data-base de 25 de abril de 2024, ele não conseguirá acessar o ambiente da Assembleia. • Os seguintes documentos são de envio obrigatório pelo acionista (ou representante e procuradores), via Plataforma Digital, para viabilizar a sua participação: **(a)** comprovante de participação expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia; **(b)** instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei e do Estatuto Social da Companhia, na hipótese de representação do acionista por procurador; **(c)** instrumentos que comprovam a identidade do acionista; e, se acionista pessoa jurídica ou fundo de investimento, **(d)** os atos que comprovem a representação, como **(d.1)** no caso de acionista pessoa jurídica: último contrato social/estatuto social consolidado e registrado, atos que comprovem a eleição dos representantes e, caso representado por procurador, procuração e documentos que comprovem a representação; **(d.2)** no caso de acionista fundo de investimento: último regulamento consolidado do fundo; último contrato social/estatuto consolidado e registrado do seu administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, em conjunto com os documentos societários que comprovem os poderes de representação; atos que comprovem a eleição dos representantes e, caso representado por procurador, procuração e documentos que comprovem a representação. • Após realização do cadastro na Plataforma Digital, o acionista (ou representante e procuradores) receberá um e-mail confirmando o recebimento da solicitação de cadastro, a qual será analisada pela Companhia. A Companhia poderá requisitar outros documentos necessários para a habilitação do acionista (ou representante e procuradores) para participação na AGOE, que deverão ser enviados pelo acionista (ou representante e procuradores) até o dia 28 de abril de 2024. Os documentos recebidos após tal data serão desconsiderados. • Após a solicitação de cadastro, o acionista ou seus representantes terão acesso a um ambiente virtual chamado "Painel de Representantes", que pode ser acessado por meio do *link*: https://assembleia.ten.com.br/058905935. Nesse ambiente, poderão acompanhar a situação da aprovação de seu cadastro, bem como atualizar a documentação enviada, ao acessar com o login e senha previamente cadastrados. • Após a solicitação, os acionistas (ou representante e procuradores) cadastrados regularizados receberão uma confirmação por e-mail de que o cadastro foi aprovado. Caso o acionista (ou representante e procuradores) não receba o e-mail de confirmação ou de aprovação de seu cadastro em até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da realização da AGOE, deverá entrar em contato com a Companhia por meio do e-mail ir@dasa.com.br. • Caso a solicitação de cadastro do acionista (ou representante e procuradores) seja rejeitada, este receberá um e-mail explicando o motivo da rejeição e, se for o caso, orientando como proceder para a regularização do cadastro. Será permitido ao acionista (ou representante e procuradores) regularizar o seu cadastro até o dia 28 de abril de 2024. • A Companhia não se responsabilizará por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que o acionista (ou representante e procuradores) possa enfrentar, bem como por eventuais questões alheias à Companhia que possam dificultar ou impossibilitar a sua participação na AGOE por meio da Plataforma Digital. • A Companhia recomenda, ainda, que os acionistas (ou representantes e procuradores) se familiarizem previamente com o uso da Plataforma Digital e que garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da plataforma (por vídeo e por áudio). Adicionalmente, a Companhia solicita a tais acionistas (ou seus representantes ou procuradores devidamente constituídos) que, no dia da AGOE, acessem a plataforma com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência a fim de permitir a validação do seu acesso e a sua participação. Após o início da AGOE, não será permitida a entrada de acionistas (ou representante e procuradores). **(ii)** Participação por meio de votação à distância. A Companhia, atendendo à Resolução CVM 81, assegurará aos acionistas a possibilidade de exercerem seu voto à distância na AGOE. O acionista que optar por exercer seu direito de voto a distância poderá: **(a)** transmitir as instruções de voto diretamente pelas instituições e/ou corretoras que mantém suas posições em custódia, caso essas disponibilizem esses serviços; **(b)** transmitir as instruções de voto diretamente ao Escriturador das ações da Companhia por meio do site Itaú Assembleia Digital, sendo necessário realizar um cadastro e possuir certificado digital, cujas orientações estão descritas em (https://assembleiadigital.certificadodigital.com/itausecuritiesservices/artigo/home/assembleia-digital); **(c)** preencher os boletins de voto a distância disponível nos endereços indicados abaixo e enviá-lo diretamente à Companhia por meio do e-mail ir@dasa.com.br, junto com os documentos aplicáveis ("**BVD Físico**"); ou **(d)** preencher os boletins de voto a distância digital diretamente na Plataforma Digital por meio do link https://assembleia.ten.com.br/058905935, enviando os documentos aplicáveis e confirmando a manifestação de voto ao fim do preenchimento dos campos disponíveis para votação ("**BVD Digital**"). Considera-se, para todos os fins, o BVD Digital como enviado diretamente à Companhia. Para mais informações, observar as regras previstas Resolução CVM 81 e nos boletins de voto a distância disponibilizado pela Companhia nos endereços indicados abaixo. **Quórum para o exercício dos direitos previstos nos artigos 4º-A e 141, parágrafo 4º, da Lei das S.A.:** Nos termos do Fato Relevante divulgado em 22 de fevereiro de 2024, a Companhia informa que as Ações em Circulação (conforme definido no Regulamento do Novo Mercado) representam 19,32% (dezenove inteiros e trinta e dois centésimos por cento) do capital social da Companhia e o quórum para o exercício dos direitos previstos nos artigos 4º-A e 141, parágrafo 4º, da Lei das S.A. é de 8% (oito por cento) das Ações em Circulação e 8% (oito por cento) do capital social da Companhia, respectivamente. **Dos Documentos:** Em observância ao Artigo 133 da Lei das S.A. e a Resolução CVM 81, encontram-se à disposição dos Senhores e das Senhoras Acionistas nos websites de Relações com Investidores da Companhia (www.dasa3.com.br), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), os documentos relacionados às deliberações previstas neste Edital de Convocação, incluindo a proposta da administração e os boletins de voto à distância. O relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, as cópias das demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes foram divulgados, em 28 de março de 2024, no jornal Diário de Notícias (https://publilegal.diariodenoticias.com.br/).

Barueri, 30 de março de 2024.

Dulce Pugliese de Godoy Bueno

Co-Presidente do Conselho de Administração

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - ECOPISTAS

CNPJ/MF nº 10.841.050/0001-55 - NIRE 35.300.368.657

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DATA, HORÁRIO E LOCAL: Em 12/03/2024, às 13h, na sede social da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas, na Rodovia Ayrton Senna, km 32, Pista Oeste, Itaquaquecetuba/SP. **PRESENÇA**: Participação da totalidade dos conselheiros efetivos, por meio de conferência telefônica. **MESA**: Presidente: Marcello Guidotti; e Secretário: Rui Juarez Klein. **ORDEM DO DIA**: Deliberar sobre: **(i)** a convocação e a recomendação de aprovação, pela Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 16/04/2023, às 15h ("AGO"): **(a.i)** das contas da administração, do relatório da administração, do balanço patrimonial da Companhia e demais demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; **(a.ii)** da destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31/12/2023 e distribuição de dividendos; **(a.iii)** da indicação para reeleição dos atuais membros do conselho de administração da Companhia para o próximo mandato; **(a.iv)** da remuneração global dos administradores para o exercício social de 2023; e **(b)** a publicação, em 14/03/2024, das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023. **DELIBERAÇÕES**: Após exame e discussão das matérias da ordem do dia, o Conselho de Administração decidiu, por unanimidade dos votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições aprovar: **(a):** a convocação da AGO e recomendar: **(a.i):** a aprovação das contas da administração, do relatório da administração, do balanço patrimonial da Companhia e demais demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, sendo que tais documentos, incluindo o parecer dos auditores independentes, estarão disponíveis na sede da Companhia e serão submetidos à deliberação do acionista da Companhia na AGO; **(a.ii):** a destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício encerrado em 31/12/2023, apurado no montante de R$ 106.605.775,79, o qual será submetido à deliberação do acionista da Companhia na AGO, conforme abaixo: **(a.ii.i)** constituição de Reserva Legal no montante de R$ 5.330.288,79 conforme disposto no artigo 193 da Lei das SA; **(a.ii.ii)** dividendos no montante de R$35.148.794,24, sendo que: (iii.ii.a) R$1.373.991,57 do valor total, já foram pagos como dividendos intermediários, no decorrer do exercício de 2023; e (iii.ii.b) e já foram declarados como juros sobre capital próprio, o montante de R$ 33.774.802,67. **(a.ii.iii)** constituição de Reserva de Retenção de Lucros para Orçamento de Capital, no montante de R$66.126.692,76. **(a.iii):** a indicação para reeleição dos atuais membros do conselho de administração da Companhia para o próximo mandato. Os atuais membros do conselho de administração da Companhia informaram que estão em condições de firmar a declaração de desimpedimento, prevista no artigo 147 da Lei das SA e na Resolução CVM nº 80/2022, nos respectivos Termos de Posse caso sejam reeleitos na AGO. **(a.iv):** a fixação da remuneração global dos administradores, até a próxima AGO destinada a apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social a ser encerrado em 31/12/2024, no valor total de até R$ 1.475.225,00, ao qual estão incorporadas as contribuições do INSS e ILP. **(b):** a publicação das demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, a ser realizada em 14/03/2024 no jornal Diário de Notícias. O Conselho de Administração autorizou a diretoria da Companhia a realizar todos os atos necessários para formalizar as deliberações acima. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lida, aprovada e assinada pelos conselheiros. Itaquaquecetuba, 12/03/2024. Conselheiros: Marcello Guidotti, Rui Juarez Klein, Alberto Luiz Lodi, Luiz Cezar Correa Velloso, Eduardo Augusto Alckmin Jacob e Rodrigo José de Pontes Seabra Monteiro Salles. **Mesa:** Rui Juarez Klein - **Secretário.** JUCESP nº 128.767/24-8 em 26/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Central Eólica Aventura I S.A.

CNPJ/MF nº 19.980.957/0001-70 - NIRE: 35.300.464.044

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de março de 2024

1. Hora, Data e Local: Às 10:00 do dia 15 quinze de março de 2024, na sede da CENTRAL EÓLICA AVENTURA I S.A. ("Companhia") na cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3729, 9º Andar, Sala 13, Itaim Bibi, CEP 04.538-905. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação tendo em vista a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), conforme assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Presidente e Secretário: Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a rerratificação da Ata de Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 30 de agosto de 2023 e registrada na JUCESP sob o nº 364.304/23-6 no dia 13 de setembro de 2023 ("AGO"). **5. Deliberações:** Após a leitura e discussão da Ordem do Dia, os acionistas deliberaram, por unanimidade de votos e sem ressalvas, o que se segue: **5.1.** Rerratificar o item 6 da AGO, de forma que o representante da acionista China Three Gorges Brasil Energia S.A. (nova denominação de China Three Gorges Brasil Energia Ltda.) passe a constar como sendo o Sr. Silvio Alexandre Scucuglia da Silva, de forma que o item 6 da AGO passará a ser redigido da seguinte forma: **6. Encerramento:** *Nada mais havendo a tratar, foi a assembleia suspensa para lavratura da presente ata, a qual foi lida e aprovada pelos presentes. Assinaturas: Mesa: Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Presidente e Secretário. Acionistas: EDP Renováveis Brasil S.A. (representada por seus diretores Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior e Luis Fernando Mendonça de Barros Filho); e China Three Gorges Brasil Energia S.A. (nova denominação da China Three Gorges Brasil Energia Ltda.) (representada pelo Sr. Silvio Alexandre Scucuglia da Silva).* **6.1.** As demais deliberações da AGO foram, na ocasião, ratificadas no que não conflitem com a alteração acima. **6. Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. *Assinaturas: Mesa: Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Presidente e Secretária. Acionistas: EDP Renováveis Brasil S.A. (representada por seus diretores Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior e Luis Fernando Mendonça de Barros Filho); e China Three Gorges Brasil Energia S.A. (nova denominação da China Three Gorges Brasil Energia Ltda.) (representada pelo Sr. Silvio Alexandre Scucuglia da Silva). Certificamos que a presente ata é cópia fiel extraída do Livro próprio da Companhia.* São Paulo, 15 de março de 2023. **Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior -** Presidente e Secretário. JUCESP nº 128.152/24-2 em 26/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Central Eólica Baixa do Feijão I S.A.

CNPJ/MF nº 14.496.492/0001-62 - NIRE: 35.300.414.616

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de março de 2024

1. Hora, Data e Local: Às 10h15 do dia 15 quinze de março de 2024, na sede da Central Eólica Baixa do Feijão I S.A. ("Companhia") na cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3729, 9º Andar, Sala 3, Itaim Bibi, CEP 04.538-905. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação tendo em vista a presença de acionistas representado 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), conforme assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Presidente e Secretário: Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a rerratificação da Ata da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de agosto de 2023, registrada na Junta Comercial de São Paulo ("JUCESP") sob o nº 365.372/23-7 em 13 de setembro de 2023 ("AGO"). **5. Deliberações:** Após a leitura e discussão da Ordem do Dia, os acionistas deliberaram, por unanimidade de votos e sem ressalvas, o que se segue: **5.1.** Rerratificar o item 6 da AGO, de forma que o representante da acionista China Three Gorges Brasil Energia S.A. (nova denominação de China Three Gorges Brasil Energia Ltda.) passe a constar como sendo o Sr. Silvio Alexandre Scucuglia da Silva, de forma que o item 6 da AGO passará a ser redigido da seguinte forma: **6. Encerramento:** *Nada mais havendo a tratar, foi a assembleia suspensa para lavratura da presente ata, a qual foi lida e aprovada pelos presentes. Assinaturas: Mesa: Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Presidente e Secretário. Acionistas: EDP Renováveis Brasil S.A. (representada por seus diretores Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior e Luis Fernando Mendonça de Barros Filho); e China Three Gorges Brasil Energia S.A. (nova denominação da China Three Gorges Brasil Energia Ltda.) (representada pelo Sr. Silvio Alexandre Scucuglia da Silva).* **6.1.** As demais deliberações da AGO foram, na ocasião, ratificadas no que não conflitem com a alteração acima. **7. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foi a assembleia suspensa para lavratura da presente ata, a qual foi lida e aprovada pela unanimidade dos presentes. *Mesa: Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Presidente e Secretário. Acionistas: EDP Renováveis Brasil S.A. (representada por seus diretores Antônio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior e Luis Fernando Mendonça de Barros Filho); e China Three Gorges Brasil Energia S.A. (nova denominação da China Three Gorges Brasil Energia Ltda.) (representada pelo Sr. Silvio Alexandre Scucuglia da Silva). Certificamos que a presente ata é cópia fiel extraída do Livro próprio da Companhia* São Paulo, 15 de março de 2024. **Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior -** Presidente e Secretário. JUCESP nº 128.317/24-3 em 26/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

INBRANDS S.A.

(Companhia Aberta) - CNPJ/MF nº 09.054.385/0001-44 - NIRE: 35.300.362.870

AVISO AOS ACIONISTAS

A Inbrands S.A. ("Companhia") em atendimento ao disposto no artigo 133, da Lei nº 6.404/76, vem informar aos senhores Acionistas que, os documentos e informações relacionados às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada no dia 29 de abril de 2024, encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia, localizada na cidade e estado de São Paulo, na Avenida Maria Coelho Aguiar, nº 215, Blocos C/E e G – Piso Panamby, lojas 102, I, J e K, Jardim São Luiz, CEP 05804-900 e no seu endereço eletrônico (http://www.inbrands.com.br), podendo ser obtidos também na página da Comissão de Valores Mobiliários (http://www.cvm.gov.br). Comunicamos, ainda, que a publicação dos documentos exigidos pela legislação aplicável será tempestivamente realizada pela Companhia no jornal costumeiro. São Paulo, 28 de março de 2024. **INBRANDS S.A. -** Juliana Regina Guerra - Diretora Administrativa e Financeiro e de Relação com Investidores.

HAUSCENTER S.A.

Companhia Aberta - CNPJ 56.444.250/0001-75

Aviso aos Acionistas

Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas, os documentos de que trata o Artigo 133 da Lei 6404/76, referente ao exercício encerrado em 31.12.2023, na sede Companhia, à Avenida das Nações Unidas, 12551 - 17° andar - Sala 1709, Brooklin Paulista, na cidade de São Paulo - SP

São Paulo, 28 de março de 2024 - **A Administração.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO MORATO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3721/2024. A Prefeitura do Município de Francisco Morato, com sede na Praça da Liberdade, nº 10, Jardim Sinobe, torna público que, encontra-se aberta, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, tendo como objeto Registro de Preços para aquisição de materiais de Papel Higiênico e Papel Toalha com a finalidade de atender as demandas dos diversos departamentos. Sessão de Abertura dia 12 de abril de 2024 às 10:00 horas. O edital se encontrará disponível no site www.novobbmnet.com.br e no departamento de licitações bastando trazer mídia para gravação ou pelo e-mail licitacao@franciscomorato.sp.gov.br e no site www.franciscomorato.sp.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Rodrigo Colauto Taborda - Secretário Municipal de Infraestrutura

PREGÃO ELETRÔNICO nº 020/2024 - PROCESSO n° 06.942/2024 - Nº COMPRA 0202024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE MURETAS DE CONCRETO. DATA INICIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 02 DE ABRIL DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 17 DE ABRIL DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br .

Botucatu, 01 de Abril de 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

José Gustavo Celestino de Campos - Secretário Municipal de Educação

PREGÃO ELETRÔNICO nº 047/2024 PROCESSO n° 08.585/2024

UASG 986249 Nº COMPRA 0472024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS - PÃES. DATA INICIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 02 DE ABRIL DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 15 DE ABRIL DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br .

Botucatu, 01 de Abril de 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Rodrigo Colauto Taborda - Secretário Municipal de Infraestrutura

PREGÃO ELETRÔNICO nº 039/2024 - PROCESSO n° 07.917/2024 - Nº COMPRA 0392024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE CANALETAS EM CONCRETO ARMADO PARA ESCOAMENTO DE ÁGUA. DATA INICIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 02 DE ABRIL DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 18 DE ABRIL DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br .

Botucatu, 01 de Abril de 2024

Consurb S/A Empreendimentos Imobiliários

CNPJ/MF 55.323.455/0001-30

Comunicado aos Acionistas

Comunicamos aos senhores acionistas da sociedade, que se encontram a disposição os Relatórios da Administração e cópia das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31.12.2023, que poderão ser obtidas, em sua sede social localizada na Avenida Nove de Julho, n° 3.981, Jardim Paulista, nesta Capital do Estado de São Paulo.

São Paulo, 28 de março de 2024.

Ceci Soares Krahenbuhl Piccina – Diretora Presidente.

Elebrás Projetos S.A.

CNPJ/ME n° 04.823.041/0001-39 - NIRE 35.300.487.532

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de março de 2024

1. Data, Hora e Local: Aos 15 [quinze] dias de março de 2024, às 12h30min, na sede social da **Elebrás Projetos S.A.** ("Companhia"), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 9º andar, sala 1, Itaim Bibi, CEP 04538-905, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Presença:** Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("LSA"), por estarem presentes as acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Assumiu a presidência da mesa e o secretariado da reunião o Sr. Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior**. 4. Ordem do Dia:** Deliberar acerca da (i) rerratificação da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 15 de agosto de 2023 e registrada na JUCESP sob o nº 365.674/23-0 no dia 14 de setembro de 2023 ("AGE 15 de agosto de 2023"); (ii) rerratificação da Ata de Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 30 de agosto de 2023 e registrada na JUCESP sob o nº 364.844/23-1 no dia 13 de setembro de 2023 ("AGE 30 de agosto de 2023"); e (iii) rerratificação da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 29 de dezembro de 2023 e registrada na JUCESP sob o nº 3.804/24-0 no dia 10 de janeiro de 2024 ("AGE 29 de dezembro de 2023" e, em conjunto com a AGE 15 de agosto de 2023 e a AGE 30 de agosto de 2023, "Assembleias Gerais"). **5. Deliberações:** Instalada a Assembleia, após a discussão das matérias, as acionistas presentes deliberaram, por unanimidade, sem quaisquer ressalvas: **5.1.** Rerratificar o item 6 da AGE 15 de agosto de 2023, de forma que o representante da acionista China Three Gorges Brasil Energia S.A. (nova denominação de China Three Gorges Brasil Energia Ltda.) passe a constar como sendo o Sr. Silvio Alexandre Scucuglia da Silva, de forma que o item 6 da AGE 15 de agosto de 2023 passará a ser redigido da seguinte forma: **6. Encerramento e Lavratura da Ata**: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. *Assinaturas: Mesa: Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Presidente e Secretário. Acionistas: EDP Renováveis Brasil S.A. (representada por seus diretores Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior e Luis Fernando Mendonça de Barros Filho); e China Three Gorges Brasil Energia S.A. (nova denominação da China Three Gorges Brasil Energia Ltda.) (representada pelo Sr. Silvio Alexandre Scucuglia da Silva).* **6.1.** Rerratificar o item 6 da AGE 30 de agosto de 2023, de forma que o representante da acionista China Three Gorges Brasil Energia S.A. (nova denominação de China Three Gorges Brasil Energia Ltda.) passe a constar como sendo o Sr. Silvio Alexandre Scucuglia da Silva, de forma que o item 6 da AGE 30 de agosto de 2023 passará a ser redigido da seguinte forma: **7. Encerramento:** *Nada mais havendo a tratar, foi a assembleia suspensa para lavratura da presente ata, a qual foi lida e aprovada pelos presentes. Assinaturas: Mesa: Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Presidente e Secretário. Acionistas: EDP Renováveis Brasil S.A. (representada por seus diretores Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior e Luis Fernando Mendonça de Barros Filho); e China Three Gorges Brasil Energia S.A. (nova denominação da China Three Gorges Brasil Energia Ltda.) (representada pelo Sr. Silvio Alexandre Scucuglia da Silva).* **7.1.** Rerratificar o item 6 da AGE 29 de dezembro 2023, de forma que o representante da acionista China Three Gorges Brasil Energia S.A. (nova denominação de China Three Gorges Brasil Energia Ltda.) passe a constar como sendo o Sr. Silvio Scucuglia, de forma que o item 6 da AGE 29 de dezembro de 2023 passará a ser redigido da seguinte forma: **8. Encerramento e Lavratura da Ata:** *Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. Assinaturas: Mesa: Ana Paula Giunti Ferreira Berti - Presidente e Secretária. Acionistas: EDP Renováveis Brasil S.A. (representada por seus diretores Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior e Luis Fernando Mendonça de Barros Filho); e China Three Gorges Brasil Energia S.A. (nova denominação da China Three Gorges Brasil Energia Ltda.) (representada pelo Sr. Silvio Alexandre Scucuglia da Silva).* **8.1.** As demais deliberações das Assembleias Gerais foram, na ocasião, ratificadas no que não conflitem com a alteração acima. **9. Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. *Assinaturas: Mesa: Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Presidente e Secretária. Acionistas: EDP Renováveis Brasil S.A. (representada por seus diretores Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior e Luis Fernando Mendonça de Barros Filho); e China Three Gorges Brasil Energia S.A. (nova denominação da China Three Gorges Brasil Energia Ltda.) (representada pelo Sr. Silvio Alexandre Scucuglia da Silva).* São Paulo, 15 de março de 2024. **A presente ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio.** Mesa: **Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior** - Presidente e Secretário. JUCESP nº 128.339/24-0 em 26/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

INBRANDS S.A.

(Companhia Aberta) - CNPJ/MF nº 09.054.385/0001-44 - NIRE 35.300.362.870

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Conselho de Administração da INBRANDS S.A. ("Companhia"), por seu Presidente, Sr. Nelson Alvarenga Filho, tem a honra de convidar os Senhores acionistas para se reunirem no dia 29 de abril de 2024, às 10 horas, em **Assembleia Geral Ordinária** ("AGO"), a ser realizada na sede da Companhia localizada na cidade e estado de São Paulo, na Avenida Maria Coelho Aguiar, nº 215, Blocos C/E e G - Piso Panamby, lojas 102, I, J e K, Jardim São Luiz, CEP 05804-900, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias objeto das ordens do dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia e o Relatório da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhados das Notas Explicativas e do parecer dos Auditores Independentes; (ii) deliberar sobre a proposta dos administradores para a destinação dos resultados apurados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (iii) fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2024; (iv) deliberar sobre proposta do orçamento anual da Companhia relativo ao exercício de 2024; e (v) autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários para formalizar e implementar as deliberações eventualmente aprovadas. **Informações Gerais:** Para tomar parte e votar na AGO, cada acionista deverá apresentar à Companhia, o seu documento de identidade, documentos comprobatórios de sua representação e comprovante de sua condição de acionista expedido pelo Banco Itaú S.A., instituição financeira depositária das ações de emissão da Companhia, na forma do Artigo 126 da Lei 6.404/1976. Todos os documentos e informações relacionados às matérias a serem deliberadas na AGO encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, na forma da legislação aplicável. São Paulo, 28 de março de 2024. Nelson Alvarenga Filho - Presidente do Conselho de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO 25/2024 cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL PARA DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA.** O período de envio das propostas será a partir de 03/04/2024 até 15/04/2024 às 08:00h no endereço eletrônico bll.org.br. O início da disputa ocorrerá no dia 15/04/2024 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br ou bll.org.br. Edital à disposição na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 03/04/2024. Orlândia, SP, 01 de Abril de 2024. SÉRGIO AUGUSTO BORDIN JÚNIOR. Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2024 - Processo Adm: Nº 44/2024

Objeto: REGISTRO FORMAL DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DESCARTÁVEIS. Empresas vencedoras valor total: R$ 371.927,37 (trezentos e setenta e um mil e novecentos e vinte e sete reais e trinta e sete centavos):

VINI HIGIENE PROFISSIONAL LTDA (44275051000100) com os lotes: 4, 5, 12, 14 no valor total de R$ 55.207,00 (cinquenta e cinco mil e duzentos e sete reais).

LECI APARECIDA DE SOUZA JORGE LTDA (44871434000132) com os lotes: 11, 18 no valor total de R$ 16.701,60 (dezesseis mil e setecentos e um reais e sessenta centavos).

AMP LIMP COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS SANEANTES E DOMISSANITARIOS LTDA (50144064000134) com os lotes: 1, 9 no valor total de R$ 12.334,50 (doze mil e trezentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos).

PAPERLIMP COMÉRCIO DE MATERIAIS DE LIMPEZA EIRELI ME (28257900000138) com os lotes: 3, 8, 10, 15 no valor total de R$ 5.915,07 (cinco mil e novecentos e quinze reais e sete centavos).

EVOL COMERCIO, SERVICO E IMPORTACAO LTDA (37119920000133) com os lotes: 13, 16, 19 no valor total de R$ 8.245,40 (oito mil e duzentos e quarenta e cinco reais e quarenta centavos).

KING PLAST EMBALAGENS LTDA (38007305000106) com os lotes: 6, 17 no valor total de R$ 273.523,80 (duzentos e setenta e três mil e quinhentos e vinte e três reais e oitenta centavos).

A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE ARACATUBA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) EDITAL, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

DILADOR BORGES DAMASCENO - AUTORIDADE COMPETENTE

ARAÇATUBA (SP), sexta-feira, 22 de março de 2024

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024 - Processo Adm: Nº 120/2024

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), COM FORNECIMENTO DE PLACAS, NA ROTATÓRIA NELSON DOS SANTOS NO CRUZAMENTO DA AVENIDA JOSÉ FERREIRA BAPTISTA COM A VIA DE ACESSO ETELVINO FERREIRA DOS SANTOS E NA AVENIDA GOVERNADOR MÁRIO COVAS, NO CRUZAMENTO COM A RUA ALZIRO ZARUR.

Empresas vencedoras valor total: R$ 220.083,22 (duzentos e vinte mil e oitenta e três reais e vinte e dois centavos):

PEROLA CONSTRUTORA EIRELI (37354382000161) com os lotes: 1 no valor total de R$ 220.083,22 (duzentos e vinte mil e oitenta e três reais e vinte e dois centavos).

A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE ARACATUBA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) EDITAL, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

ARAÇATUBA (SP), sexta-feira, 22 de março de 2024

DILADOR BORGES DAMASCENO - AUTORIDADE COMPETENTE

HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 043/2024 - PROCESSO DIGITAL Nº 2.198/2024

O Município de Araçatuba, por meio da Secretaria Municipal de Administração – Divisão de Licitação e Contratos TORNA PÚBLICO a todos os interessados que o Pregão Eletrônico de menor preço por item, destinado ao REGISTRO FORMAL DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE URNAS MORTUARIAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei o Sr. Prefeito Municipal, DILADOR BORGES DAMASCENO, adjudica e homologa o presente certame, conforme Ata da Sessão Pública, para as empresas classificadas:

- INDUSTRIA DE URNAS BIGNOTTO LTDA, para fornecer o item: 02;
- VALE VERDE IND. E COM. DE URNAS LTDA-EPP, para fornecer os itens: 03, 04, 07, E 08;
- SH MACIEL LOPES LTDA, para fornecer os itens: 01, 05, 06, 09, 10, 11, E 12.

GABINETE DO PREFEITO, 25 de março de 2024.

DILADOR BORGES DAMASCENO - PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2024 Processo Adm: Nº 105/2024

Objeto: REGISTRO FORMAL DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS LOCAÇÕES DE MÁQUINAS PARA EXECUÇÃO DE REPERFILAMENTO ASFÁLTICO. Empresas vencedoras valor total: R$ 1.208.112,00 (um milhão e duzentos e oito mil e cento e doze reais):

APA QUIMICA INDUSTRIA E COMERCIO DE ASFALTO E PRODUTOS QUIMICOS LTDA (08050381000125) com os lotes: 1 no valor total de R$ 1.208.112,00 (um milhão e duzentos e oito mil e cento e doze reais).

A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE ARACATUBA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) EDITAL, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

ARAÇATUBA (SP), quarta-feira, 27 de março de 2024

DILADOR BORGES DAMASCENO - AUTORIDADE COMPETENTE

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

CONTEXTO JURÍDICO

EDIÇÃO NACIONAL

Tribunal do Pará firma acordo em prol de vítimas de crime e ato infracional

O Poder Judiciário do Pará, por meio de sua presidente, desembargadora Maria de Nazaré Gouveia dos Santos, firmou Termo de Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica 029/2023, para desenvolver ações transversais voltadas à garantia de acesso às vítimas de crime e ato infracional à informação, ao atendimento especializado e à orientação. O ato solene ocorreu na terça-feira, 26, no edifício-sede do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA). Além do TJPA, participam do acordo a Secretaria de Saúde Pública (Sespa), s Secretaria Municipal de Saúde (Sesma), o Centro Universitário do Estado do Pará (Cesupa), o Centro Universitário Fibra a Universidade da Amazônia (Unama) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). A presidente do TJPA enfatizou a grande procura de vítimas mulheres pelo CEAV, bem como a importância da existência de um mecanismo de proteção às vítimas. "Hoje nós temos uma lei forte, com instrumentos fortes e assim chegamos ao nosso termo de acordo de cooperação técnica para as vítimas. Fiquei muito feliz com este termo de adesão. O Judiciário era visto apenas como um poder que cuidava de jurisdição, de processos, de condenação, e hoje vemos o TJPA como um poder que tem esta função social", disse. O coordenador adjunto do CEAV, juiz David Jacob Bastos, disse sentir orgulho de celebrar o acordo junto aos parceiros e explicou as funcionalidades do centro e das redes de atendimento que opera nele.

STF mantém validade de interrogatórios prestados por diplomata alemão acusado de matar marido no RJ

Por unanimidade, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou pedido para invalidar interrogatórios realizados pela Polícia Civil do Rio de Janeiro com o então cônsul alemão Uwe Herbert Hahn, acusado de matar o marido, o belga Walter Henri Maximilien Biot, em 2022, no apartamento do casal, em Ipanema.

A defesa do diplomata alegou que, dois dias após o fato, ele deu um depoimento "informal" aos policiais em seu apartamento sem que fosse informado do direito ao silêncio. Apontou também que, em depoimento prestado na delegacia, não lhe foi facultada a presença de advogado nem de intérprete, o que violaria a ampla defesa e o devido processo legal.

Argumentou que os interrogatórios seriam nulos, pois teriam afrontado a decisão do STF no julgamento das Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPFs) 395 e 444. Na ocasião, o Plenário declarou a impossibilidade da condução coercitiva de réu ou investigado para interrogatório.

Votação popular escolherá foto para divulgar exposição comemorativa dos 35 anos do STJ

O Superior Tribunal de Justiça abriu ontem (1º) uma votação pública para a escolha da foto que será usada na divulgação da exposição Cidadania em Concreto, que faz parte das atividades comemorativas oficiais do 35º aniversário de instalação da corte, a ser celebrado em 7 de abril. Buscando envolver tanto seus colaboradores quanto a população em geral, o tribunal realizou, de 1º dezembro de 2023 a 23 de fevereiro de 2024, um concurso fotográfico, no qual os servidores, terceirizados e estagiários foram convidados a compartilhar o seu olhar sobre a arquitetura e a história do STJ. A competição teve ampla participação, com 286 fotos enviadas pelos participantes, refletindo a diversidade de lugares e momentos que fazem parte da rotina das pessoas que constroem a história do Tribunal da Cidadania.

Dino dá 3º voto no STF contra poder moderador das Forças Armadas: 'Função militar é subalterna'

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou, domingo, 31, data em que o golpe militar de 1964 completa 60 anos, contra qualquer interpretação que permita uma intervenção das Forças Armadas sobre os Poderes da República ou as classifique como "poder moderador". No voto, o magistrado afirmou que não existe um "poder militar".


(Foto: EBC)

"O poder é apenas civil, constituído por três ramos ungidos pela soberania popular, direta ou indiretamente. A tais poderes constitucionais, a função militar é subalterna", destacou o ministro Flávio Dino.

É o terceiro voto no sentido de definir os limites constitucionais da atuação das Forças Armadas e de ressaltar que a Constituição não dá aos militares a atribuição de moderar conflitos dos Três Poderes.

"O poder é apenas civil, constituído por três ramos ungidos pela soberania popular, direta ou indiretamente. A tais poderes constitucionais, a função militar é subalterna", destacou o ministro Flávio Dino.

Flávio Dino ainda usou o voto para criticar o golpe de 1964, que ele chamou de "período abominável". "O Estado de Direito foi destroçado pelo uso ilegítimo da força", escreveu. "São páginas, em larga medida, superadas na nossa história. Contudo, ainda subsistem ecos desse passado que teima em não passar, o que prova que não é tão passado como aparenta ser."

No voto, Dino ainda sugeriu que todas as organizações militares, inclusive escolas de formação, sejam comunicadas do resultado do julgamento assim que ele for finalizado.

"Dúvida não paira de que devem ser eliminadas quaisquer teses que ultrapassem ou fraudem o real sentido do artigo 142 da Constituição Federal, fixado de modo imperativo e inequívoco por este Supremo Tribunal", pontuou o ministro.

Amplamente citado por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro, durante manifestações na porta de quartéis do Exército, entre novembro e dezembro de 2022, o artigo 142 versa sobre a função das Forças Armadas no País. O dispositivo legal aponta que "as Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem".

Na visão dos apoiadores de Bolsonaro, contudo, este trecho da legislação seria uma autorização constitucional para que Exército, Marinha e Aeronáutica atuassem como um "poder moderador", se convocados a uma "intervenção militar". Este entendimento seria uma forma de embasar ações antidemocráticas e contestar o resultado das urnas, que haviam dado a vitória ao atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas eleições de 2022.

Juristas consultado pelo Estadão, naquela ocasião, apontavam que não havia respaldo legal para a interpretação dos apoiadores de Bolsonaro. O ex-presidente havia mencionado o artigo 142 durante uma reunião ministerial em 2020, com a tese de que as Forças Armadas teriam poder de moderar conflitos entre os Três Poderes.

Sérgio Moro começa a ser julgado nesta segunda. O que está em jogo no TRE-PR?

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) vai começou a julgar ontem, 1º, o senador Sérgio Moro (União-PR), acusado de abuso de poder econômico. O processo, que pode render a cassação do mandato e ainda deixar o ex-juiz da Lava Jato inelegível por oito anos, é encabeçado pelo PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, e pela Federação Brasil da Esperança, composta por PCdoB, PV e PT - sigla do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O julgamento tem o efeito de impactar todo o cenário político nacional, dadas as repercussões possíveis de um resultado ou outro, e por conta da relevância de Moro no contexto nacional nos últimos anos. O teor das ações que serão julgadas giram em torno de gastos pré-eleitorais de Sergio Moro entre 2021 e 2022, período em que ele se apresentava como pré-candidato à Presidência da República pelo Podemos.

A candidatura ao Palácio do Planalto não prosperou e, em março de 2022, Moro migrou para o União Brasil e tentou concorrer a deputado federal por São Paulo. A troca de domicílio eleitoral, de Curitiba para a capital paulista, foi barrada pela Justiça Eleitoral e ele acabou se lançando candidato a senador pelo Paraná, sendo eleito com mais de 1,9 milhão de votos. As ações apontam que os gastos e a estrutura da pré-campanha à presidência foram "desproporcionais" e acabaram rendendo ao ex-juiz uma vantagem decisiva sobre qualquer outro candidato ao Senado no Paraná. Além disso, a soma dos gastos das pré-campanhas com a despesa que teve com candidatura a senador ultrapassariam o teto estipulado. Em dezembro do ano passado, o Ministério Público Eleitoral (MPE) emitiu um parecer defendendo que o senador perca o mandato e fique inelegível até 2030.

PUBLICIDADE LEGAL


Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

2º CADERNO

CULTURA

Cia dOs Inventivos celebra vida e obra da artista plástica Maria Auxiliadora da Silva em nova temporada da peça que comemora 20 anos do grupo

___ Em curta temporada no Sesc Casa Verde, o espetáculo coloca em foco o protagonismo dos artistas negros na construção da cidade de São Paulo



(Foto: Zé Barretta)

Para celebrar seus 20 anos, a Cia dOs Inventivos estreou espetáculo que homenageia a artista plástica Maria Auxiliadora da Silva (1935 - 1974), expoente cultural da capital paulista e uma das primeiras artistas plásticas negras a expor no Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP). Com concepção e direção de Flávio Rodrigues e dramaturgia de Dione Carlos, o espetáculo Maria Auxiliadora ganha novas sessões no Sesc Casa Verde de 6 a 14 de abril, com sessões aos sábados e domingos; às 16h, na quinta (11), às 14h30 e na sexta (12), às 19h30. Os ingressos são gratuitos.

Em cena estão os artistas criadores Adilson Fernandes, Aysha Nascimento, Danilo de Carvalho, Dirce Thomaz, Flávio Rodrigues, Marcos di Ferreira, Tayná Azevedo e Val Ribeiro.

A ideia da peça é usar o teatro popular para reconstruir as trajetórias de vida de famílias que chegaram e ajudaram a construir a cidade. "Trazer à cena a vida e obra de Maria Auxiliadora da Silva é reverenciar a produção de toda a família Silva, fortalecendo as lutas das(os) artistas negras(os) brasileiras(os), sempre partindo da premissa de que nós não estamos sozinhas(os)", aponta o diretor Flávio Rodrigues.

No final da década de 1930, Maria Auxiliadora e seus irmãos formam uma grande família de artistas negros que migram para a zona norte de São Paulo. Em meio aos desafios da cidade, a família Silva vai tecendo a sua história e exercendo o seu protagonismo junto a tantas outras.

A história de Maria Auxiliadora também é forte como inspiração: uma mulher negra de origem pobre que ascende como artista visual em um meio elitista. Mas essa luta está permeada pelas relações de comunidade com uma rede de apoio que se conecta por familiaridade ou por compartilhar valores sociais, espirituais e culturais.

A dramaturga Dione Carlos ressalta a multiplicidade de Marias que serão apresentadas no espetáculo. "Maria Auxiliadora é fruto de uma comunidade composta de artistas de várias áreas. Sua mãe era uma artesã brilhante, rainha dos bordados. Seu pai era músico. São muitas Marias em uma só e cada uma delas é apresentada sempre em comunhão seja com a própria família, em mutirões para construir casas, na escola de samba, no baile black, no mundo das artes visuais ou em momentos de espiritualidade, no qual se conecta com sua ancestralidade afro-indígena".

Por meio desta história de vida e relações, a Cia dOs Inventivos convida o público a pensar sobre ética comunitária, famílias alargadas e práticas ancestrais herdadas e reatualizadas na cidade. Ela põe uma lupa na participação dos negros na construção da metrópole paulistana.

Para compor a direção, Flávio Rodrigues trabalhou com três eixos fundamentais. "O primeiro deles foi reconstituir as memórias, mesmo que lacunares, da vida de Maria Auxiliadora da Silva e de sua família. O segundo eixo foi partir da multiplicidade de experiências artísticas do elenco (a dança, a música e as artes plásticas), e por último, buscamos aproximar as artes plásticas ao universo do samba, linguagem muito presente na produção dos artistas da família Silva", explica o diretor.

O cenário do espetáculo é composto por um mobiliário amontoado que remete às dificuldades de uma vida precária na cidade. A cenografia se transforma para dar lugar à residência da família Silva, ao ateliê, às ruas, à praça da República, aos bailes e aos barracões. "Os objetos cênicos desmontam, se encaixam, formam alturas diferentes, e se transformam em palco, palanque e oratório. Sob o ponto de vista estético, o tom do barroco mineiro entrecruza-se às nuances da São Paulo desvairada do néon, das máquinas fabris e dos projetos de modernização", explica Flávio Rodrigues.

Já o figurino reflete as habilidades da família Silva, que costurava as próprias roupas; a representação dos corpos nas obras produzidas por Maria Auxiliadora e seus irmãos e a tecelagem estética de confecção e pintura de tecidos entre as décadas de 1940 a 1970. Por fim, a trilha sonora bebe no samba, no jongo, nos batuques, nas congadas e no samba-rock.

1º Museu de Hip Hop da América Latina está com agenda de visitações e workshops aberta

___ Localizado em Porto Alegre, o Museu funciona de quarta-feira à domingo, das 9h às 12h e das 14h às 17h, inclusive aos feriados. Realização Ministério da Cultura e patrocínio master da Petrobras



(Foto: Leo Zanini/Reprodução/Jc)

O Museu da Cultura Hip Hop RS é o primeiro da América Latina dedicado ao movimento, sendo um exemplo de metodologia para todo o Brasil e demais países latinos. Com uma ampla estrutura para a celebração, preservação e resgate histórico da cultura hip hop, o espaço estima receber mais de 30 mil visitações no ano de 2024. O Museu conta com o financiamento da Lei Federal de Incentivo à Cultura e patrocínio master da Petrobras. Realização do Ministério da Cultura, Governo Federal, União e Reconstrução.

A visitação é totalmente gratuita. Localizado na Rua Parque dos Nativos 545, Vila Ipiranga, em Porto Alegre, o Museu fica aberto de quarta-feira a domingo, das 9h às 12h e das 14h às 17h, inclusive aos feriados. Neste período acontecem as visitas agendadas e livres. As visitas agendadas acontecem duas vezes ao dia, às 9h e às 14h, sendo destinadas a grupos de até cinquenta pessoas. Toda visita agendada é guiada por mediadores (artistas da cultura hip hop), que conduzem o grupo com explicações sobre as mostras em cartaz.

As visitas livres são abertas ao público, não sendo obrigatório agendamento. Nesta modalidade, caso o interessado deseje ser guiado pelos mediadores, basta chegar ao Museu no horário em que se iniciam as visitas agendadas para participar junto ao grupo do dia. As visitas livres são individuais ou permitidas para grupos pequenos de até cinco pessoas.

Visitação inclui Ação Educativa de Hip Hop

Mais de 30 grupos já visitaram o Museu de Cultura do Hip Hop RS desde a inauguração em dezembro de 2023. As visitas guiadas para escolas e instituições também incluem experiências práticas relacionadas aos cinco elementos do hip hop - graffiti, breaking, MC, DJ, e conhecimento. Como os guias do Museu são artistas da cultura hip hop, os visitantes têm a oportunidade de participar de um workshop na segunda parte da visitação.

Na primeira hora de visitação, as exposições são apresentadas, durante cerca de 1h15. Após a visita, um pocket show embala o intervalo que antecede a segunda parte do passeio. Neste segundo momento, workshops baseados nos cinco elementos do hip hop acontecem. De forma que o público tem a opção de participar, durante 1h15, das atividades propostas pelos guias.

A estrutura do Museu da Cultura Hip Hop RS

Com quase seis mil itens de acervo físico e digital sobre a história do hip hop gaúcho, o Museu da Cultura Hip Hop RS conta com salas expositivas, atelier de oficinas, café, loja, estufa agroecológica, biblioteca, estúdio musical, multipalco e a Quadra Petrobras. São quase quatro mil metros quadrados, localizados na Vila Ipiranga em Porto Alegre.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

CULTURA

Galeria Passado Composto Século XX leva obras de Rubem Dario para a SP-Arte entre 3 e 7/4



(Foto: Rubem Dario - O Poeta das Cores)

Conhecido como "o mágico das cores", o artista mineiro-carioca Rubem Dario Horta Bittencourt (1941 – 1978) será tema de uma pequena mostra da Galeria Passado Composto Século XX durante a 20ª edição da SP-Arte, entre 3 e 7 de abril, no Pavilhão da Bienal, situado no Parque do Ibirapuera.

De acordo com a proprietária da galeria, a curadora Graça Bueno, levar Dario para SP-ARTE reveste-se de especial significado.

"Vamos divulgar em nosso espaço um pouco desse artista em uma espécie de preview de uma exposição mais abrangente que vai ocorrer na galeria entre 13/4 e 29/6, 'Rubem Dario: o Poeta das Cores', resgatando sua memória a partir de documentos históricos e uma coleção de obras que estiveram sob os cuidados da irmã dele, Anna Lúcia Bittencourt.

Na SP-Arte apresentaremos 15 obras únicas, sendo uma tapeçaria monumental e outra menor, além de 13 cartões modelo", antecipa.

Em relação à importância do artista, Graça contextualiza: "Ele não vivia sem a paisagem ou sem a visão da natureza. Criou tapeçarias com temas da vegetação tropical e com a junção dos opostos, máquina e natureza, simbolizando o homem da cidade e do campo. Iniciado em pintura e com vocação muralista, produziu obras únicas em guache como base para as suas tapeçarias, pelas quais obteve sucesso, reconhecimento e o título de o mágico das cores".

Pia Fraus comemora seus 40 anos com estreia de espetáculo sobre a vida dos Dinossauros do Brasil

___ A Cia. estará no Sesc Pinheiros, gratuitamente, trazendo Cultura Popular Brasileira com os diversos personagens de dinossauros



(Foto: Divulgação)

Reconhecida pelo Brasil e por vários países, a Cia. Pia Fraus está prestes a fazer 40 anos de muita história para contar. É por meio do Teatro de Bonecos e de uma mescla de danças, máscaras, circo e artes plásticas que a Cia. marca presença com sua linguagem poética.

Para comemorar as quatro décadas, a Pia Fraus leva ao Sesc Pinheiros, nos dias 20, 21, 27 e 28 de abril, gratuitamente, a estreia "Dinossauros do Brasil", um espetáculo sobre a extraordinária época em que os dinossauros brasileiros habitavam por aqui. Tema rico e pouco explorado nos mapas brasileiros, mas que tanto as crianças, quanto os adultos admiram muito.

A peça valoriza temas com os quais a Cia. Pia Fraus muito se identifica: meio-ambiente e animais. O espetáculo contará sobre o surgimento desses animais fascinantes da pré-história, ancestralidade que faz parte da evolução do universo e ainda possibilita um passeio pela Cultura Popular Brasileira.

"Já passamos por muitos locais do planeta, mais de 25 países e agora estamos felizes por estarmos em uma ótima fase, trazendo ao Brasil o primeiro espetáculo até o momento que aborda os dinossauros brasileiros expressando uma grande potência artística regional", comemora Beto Andreetta, diretor da Pia Fraus.

O espetáculo "Dinossauros do Brasil"

A estreia retrata sobre os dinossauros, animais exuberantes para a humanidade, que desapareceram há cerca de 65 milhões de anos e marcaram presença neste planeta.

Inspirado livremente no livro "Novo Guia Completo dos Dinossauros do Brasil", do paleontólogo e escritor Luiz Eduardo Anelli, as cenas percorrem os caminhos por onde os dinossauros passaram: Maranhão, Ceará, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Tratando assuntos como geografia, Cultura Popular, história e pré-história, ética, além de muita música brasileira, a peça traz a harmoniosa trilha sonora de Ricardo Prado, com o Forró, Chorinho, Xaxado, músicas essas que encantam o público com as personagens dinossauros. Alguns são representados pelo Amazonsaurus, Ubirajara jubatus, Kurupi, Saturnalia Tupiniquim, Sacisauro, entre tantos outros.

"Não pense que sua vida nada tem a ver com os dinossauros. Eles moldaram a evolução de seus ancestrais ao longo de milhões de anos, e por isso hoje você, e todos os outros mamíferos, gozam de uma vida sofisticada e diversa em todos os ecossistemas terrestres", cita o Luiz Anelli, autor do livro "Novo Guia Completo dos Dinossauros do Brasil", da editora Peirópolis.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

CIDADES

Nova parceria do Ministério das Cidades apoia redução da desigualdade em favelas e comunidades urbanas

___ Serão apoiados locais nos municípios identificados pelo Programa Periferia Viva. O investimento é de R$ 50 milhões



(Foto: Divulgação)

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em parceria com a Secretaria Nacional de Periferias do Ministério das Cidades, lançou no último dia 21 o BNDES Periferias. A iniciativa de apoio a comunidades das periferias brasileiras com foco na promoção da diversidade e redução da desigualdade.

O Secretário Nacional de Periferias do Ministério das Cidades, Guilherme Simões, esteve no Rio de Janeiro para lançar mais um esforço do governo Lula para desenvolver potencialidades e combater a desigualdade. "Esse momento é um marco no reconhecimento da existência desses territórios e sobretudo dessas pessoas. Estamos aprendendo a fazer política pública para as favelas e para as periferias", disse Guilherme Simões.

Para o secretário, o conceito geral do programa Periferia Viva é justamente levar política pública para os lugares deficitários. "Quando o BNDES nos procura para fazer essa parceria, a gente contribui apontando onde estão esses territórios e quais devem ser priorizados nesse primeiro momento e nessa primeira abordagem", destacou.

O lançamento ocorreu por meio de chamada pública do Fundo Socioambiental (FSA) do BNDES, com foco em geração de trabalho e renda, educação, cultura e inclusão social, irá destinar R$ 50 milhões não reembolsáveis para projetos de inclusão produtiva urbana em favelas e periferias em duas frentes iniciais: Polos BNDES de Desenvolvimento e Cultura e Trabalho e Renda da Periferia. Considerando captações de parceiros privados e públicos, os investimentos totais podem chegar a R$ 100 milhões.

Poderão participar da chamada entidades privadas sem fins lucrativos, atuando em rede ou não, que tenham experiência na implantação e operação de projetos similares nos territórios contemplados pela iniciativa. Serão apoiadas as favelas e comunidades periféricas incluídas nos municípios identificados pelo Programa Periferia Viva do Ministério das Cidades.

"A iniciativa BNDES Periferias é pioneira no BNDES. Vamos reforçar nossa atuação na redução das desigualdades a partir da estruturação de polos culturais e iniciativas para geração de emprego e renda. A periferia precisa de um espaço público, onde você possa, fazer atividade, formação profissional, que tenha equipamentos e um ambiente adequado", afirmou o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante.

A iniciativa foi apresentada inicialmente a mais de 50 entidades representativas dos movimentos sociais, que participaram, no dia 20 de março, de oficina de apresentação e detalhamento do BNDES Periferia. O encontro, na sede do banco, no Rio de Janeiro, contou com a presença do presidente do Banco, Aloizio Mercadante, da diretoria Socioambiental, Tereza Campello, e do secretário Nacional de Periferias do Ministério das Cidades, Guilherme Simões.

No âmbito do Polo BNDES de Desenvolvimento e Cultura serão criados espaços multidisciplinares de inovação, cultura e geração de trabalho e renda. O BNDES apoiará a implantação de espaços adaptáveis, em territórios periféricos, para integração e oferta de serviços à comunidade, como cursos, práticas esportivas e culturais etc. Cada polo terá característica própria, adaptado para funcionalidades e usos definidos coletivamente pelas comunidades, com base em suas potencialidades e vocações.

A segunda frente, Trabalho e Renda da Periferia, apoiará projetos que visem a realização de capacitação, mentoria e aporte de recursos de "capital semente" para negócios periféricos que priorizem mulheres, jovens e população negra. O objetivo do Banco é contribuir para melhoria do resultado dos negócios, ampliação de mercados e acesso a financiamentos.

"Hoje, estamos abrindo a chamada permanente pública para esse primeiro ciclo, que abrange os polos e a ação de trabalho e renda. Vamos dar apoio para empreendedores, valorizando mulheres, jovens e população negra, prioritariamente", disse a diretora Tereza Campello, explicando que o projeto é resultado de um diálogo iniciado em 2023 com as comunidades. "Já tivemos muitos diálogos e, para avançarmos, é fundamental manter a escuta e a contribuições de todos".

A chamada desse primeiro ciclo ficará aberta até 31 de maio.

Durante a oficina para as entidades, a diretora Socioambiental informou que está sendo estruturado um segundo ciclo do BNDES Periferia, que passará a envolver novas ações, como qualificação e capacitação; ações de conectividade nas favelas; projetos com finanças híbridas, reunindo recursos não reembolsáveis e crédito; fortalecimento de cooperativas e; microcrédito produtivo orientado. "Estamos inaugurando uma nova fase no BNDES. O BNDES Periferias é uma nova estratégia, estruturada em várias frentes", explicou Tereza Campello.

Inovações do novo Minha Casa Minha Vida são apresentados

___ Novos projetos terão bibliotecas para facilitar o acesso à leitura

(Foto: Divulgação)



O secretário nacional de Habitação do Ministério das Cidades, Hailton Madureira, chamou atenção para as inovações do novo programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV). Ele destacou que os novos condomínios do MCMV serão equipados com espaço para bibliotecas para fazer com que o máximo de pessoas leiam "e tornar as bibliotecas um espaço de convivência dentro das unidades habitacionais".

Madureira explicou que essas bibliotecas serão abastecidas com livros selecionados em parceria com a Academia Brasileira de Letras. A ABL se juntou ao projeto do Governo Federal de ampliar a leitura nos conjuntos habitacionais e atuará como consultores do programa, ajudando o governo a orientar a montagem das bibliotecas. "A gente quer que a literatura tenha um alcance mais amplo, por isso a ABL vai selecionar livros que devem ser encaminhados ao MCMV", ressaltou Merval Pereira, presidente da instituição.

O MCMV, gerido pelo Ministério das Cidades, é o maior programa de habitação popular que o Brasil já teve. Oferece subsídio e taxa de juros abaixo do mercado para facilitar a aquisição de moradias populares tanto na cidade ou quanto no campo. O programa federal, em sua nova versão, estabeleceu como meta contratar, até 2026, dois milhões de moradias.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

CIDADES

"Cidade das Crianças" reduz casos de mortalidade infantil, enquanto há crescimento em todo país



(Foto: Divulgação)

Na contramão dos números divulgados pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no dia 27 de março, o município de Jundiaí (SP) registrou uma queda de 40% em casos de mortalidade infantil entre os meses de janeiro e novembro de 2023. Os dados são do Hospital Universitário (HU), referência no atendimento materno-infantil da cidade.

"O crescimento produtivo do HU é resultado de investimentos e do trabalho das equipes. A queda da mortalidade infantil é fruto da busca constante pela excelência, tanto da gestão, quanto dos colaboradores", afirma o prefeito Luiz Fernando Machado. Ele conta que o investimento em Saúde representa um quarto de todo o orçamento municipal.

Conhecida como "Cidade das Crianças", o município se destaca pelas políticas públicas voltadas especialmente para a primeira infância, muitas delas desenvolvidas com base no Observatório Jundiaí, uma plataforma com 300 indicadores vinculados aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs), formulados pela ONU (Organização das Nações Unidas).

"A ferramenta traz 100 indicadores voltados exclusivamente à primeira infância. Os dados incluem, por exemplo, coberturas de vacinas, saúde bucal e internações. A partir desse raio-X temos condições de compreender melhor o que deve ser aperfeiçoado no atendimento médico e hospitalar das nossas crianças, intervindo de maneira muito mais precisa e eficiente", explica Luiz Fernando Machado.

Solução inovadora pode acelerar o desenvolvimento do saneamento no Nordeste

Sistema Fluxus, inovação que utiliza motores a gás natural em substituição aos convencionais alimentados a energia elétrica, reduz tempo e custo de construção de novas elevatórias de água

Construir estações elevatórias mais compactas e econômicas com maior confiabilidade e regularidade na operação. Essas são algumas vantagens do Sistema Fluxus, que adota motores a gás natural como alternativa energética para sistemas de bombeamento em substituição aos motores elétricos. A solução, que viabiliza a construção de novas estações de forma mais rápida e com menor custo, ultrapassa os limites da eletricidade e dispensa a necessidade do diesel dos geradores para contingência.


(Foto: Divulgação)

O Marco Legal do Saneamento entrou em vigor há três anos e ainda terá um longo percurso a ser percorrido para que o Brasil atinja suas metas de 99% de acesso à água potável e 90% de acesso ao tratamento e coleta de esgoto. De acordo com um estudo do Instituto Trata Brasil, que utilizou dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continuada Anual (PNADCA), produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as estatísticas mostram que mais de 8 milhões de moradias brasileiras não estavam ligadas à rede geral de abastecimento de água tratada em 2022. A região que mais sofre com ausência de saneamento básico é o Nordeste (35%), principalmente nos estados da Bahia, Pernambuco e Maranhão.

Especialistas apontam que a inovação tecnológica terá papel central nesse processo de expansão e algumas soluções pioneiras estão contribuindo para a promoção da segurança hídrica e da eficiência energética no setor de saneamento. "Para atingir a universalização do serviço de saneamento é fundamental a construção de milhares de elevatórias em todo o país. O Sistema Fluxus pode colaborar para o alcance das metas previstas no Marco do Saneamento ao ser instalado em lugares onde a energia elétrica não chega ou é muito instável", explica o Diretor Executivo da Fluxus Soluções em Energia, Caio Mario Mutz.

Desenvolvida pela Fluxus Soluções em Energia e distribuída com exclusividade no Brasil pela Energ Geradores, a inovação foi implantada em três estações elevatórias no Estado de São Paulo e se encontra em fase final em outras três unidades.

A solução é promissora no Nordeste, uma vez que a região é destaque no processo de abertura do mercado de gás natural e na atuação de novos players. Além do mercado livre, que vem se consolidando, as companhias de saneamento podem contar com as concessionárias de gás para fornecer a energia necessária para expandir seus serviços. "Essa fonte energética possui regularidade 88 vezes superior à da eletricidade, o que impacta positivamente a prestação desse serviço essencial, mudando a realidade de milhões de pessoas", conclui Caio Mutz.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676